

ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA E INSEGURANÇA ALIMENTAR DOMÉSTICA NAS FAMÍLIAS PORTUGUESAS COM CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR

- RELATÓRIO FINAL -

2015

Autores:

Mónica Truninger

José Teixeira

Ana Fontes

Ana Horta

Índice

Índice de quadros.....	3
Índice de figuras.....	5
Sumário Executivo	6
1. Introdução	8
2. Metodologia	10
Universe e amostra do inquérito por questionário.....	12
Desenho do inquérito por questionário.....	12
Caracterização da amostra do inquérito por questionário.....	14
As entrevistas.....	18
Caracterização das famílias entrevistadas.....	18
Parte I	20
3. Desigualdades, Pobreza e Alimentação em Portugal.....	21
Breve síntese das principais políticas nacionais de proteção social	21
Dinâmicas recentes das desigualdades sociais, da pobreza e do consumo alimentar em Portugal.....	30
A insegurança alimentar nas agendas políticas da Europa e de Portugal.....	38
Iniciativas de combate à insegurança alimentar promovidas pela sociedade civil.....	41
Parte II	44
4. Segurança Alimentar nas Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar: Resultados de um Inquérito Nacional.....	45
Situação de segurança alimentar das famílias	45
Caracterização das famílias, por situação de segurança alimentar	47
Prevalência da insegurança alimentar	55
Estratégias de adaptação	57
Meios alternativos de provisão alimentar.....	59
Mudanças nos consumos alimentares das famílias	61

Problemas de acesso a locais de compra de alimentos	69
Parte III	72
5. Vivências da insegurança alimentar e estratégias de adaptação: análise de entrevistas.....	73
Alterações ocorridas na alimentação.....	73
Vivências alimentares quotidianas.....	76
Estratégias de adaptação.....	80
Conclusões	82
Bibliografia	90
Anexos	92
Anexo 1	93
Anexo 2	103
Anexo 3	106
Anexo 4	110
Anexo 5	113

Índice de quadros

Quadro 1 - Síntese dos eixos, dimensões e técnicas de análise.....	11
Quadro 1 – Inquéritos realizados, por região (NUTS II) e por nível de escolaridade das crianças do agregado.....	12
Quadro 3 - Situações de (in)segurança alimentar consideradas no índice.....	14
Quadro 2 - Síntese da situação de desemprego dos pais.....	17
Quadro 5 - Caracterização das famílias entrevistadas por situação profissional e tipo de apoio alimentar.....	19
Quadro 6 - Situação que melhor descreve a alimentação do agregado familiar nos últimos 12 meses (% em coluna).....	45
Quadro 7 - Fatores explicativos da situação alimentar do agregado familiar (%).....	46
Quadro 8 - Distribuição das famílias por região (NUT II), por situação de segurança alimentar (% em coluna).....	48
Quadro 9 - Distribuição das famílias por tipo de meio de residência, por situação de segurança alimentar (% em coluna)	48
Quadro 10 - Nível de escolaridade mais elevado completado pelo pai e pela mãe, por situação de (in)segurança alimentar (% em coluna)	49
Quadro 11 - Situação profissional dos pais, por situação de segurança alimentar (% em coluna).....	49
Quadro 12 - Profissão dos pais (Classificação Nacional de Profissões), por situação de segurança alimentar (% em coluna)	50
Quadro 13 - Rendimento médio mensal do agregado (€), por situação de segurança alimentar (%)	51
Quadro 14 - Caracterização dos perfis de insegurança alimentar identificados (n=232)	52
Quadro 15 - Distribuição das famílias inseguras por região (NUT II) e por perfil de insegurança alimentar (% em coluna)	53
Quadro 16 - Distribuição das famílias inseguras por tipo de meio e por perfil de insegurança alimentar (% em coluna). ..	54
Quadro 17 - Prevalência da insegurança alimentar, por região (% em coluna)	55
Quadro 18 - Prevalência da insegurança alimentar, por tipo de meio (% em coluna)	55
Quadro 19 - Prevalência da insegurança alimentar, por nível de escolaridade dos pais (% em coluna).....	56
Quadro 20 - Prevalência da insegurança alimentar, por situação profissional dos pais (% em coluna).....	56
Quadro 21 - Prevalência da insegurança alimentar, por escalão de rendimento mensal médio do agregado (% em coluna)	57
Quadro 22 - Adesão a estratégias de adaptação, por situação de segurança alimentar (% de “sim”)	59
Quadro 23 - Entidade com maior responsabilidade no apoio alimentar às famílias, por situação de segurança alimentar (% em coluna)	60
Quadro 24 - Entidade com maior responsabilidade no apoio alimentar às famílias, por nível de escolaridade mais elevado completado pelos pais (%)	60
Quadro 25 - Recurso a meios alternativos de provisão alimentar, por situação de segurança alimentar (% de “sim”)	61
Quadro 26 - Alterações na alimentação nos últimos dois anos (sim/não), por situação de segurança alimentar (% em linha)	62
Quadro 27 - Natureza das alterações na alimentação nos últimos dois anos, por situação de segurança alimentar (% em coluna)	62
Quadro 28 - Evolução das despesas com alimentação nos últimos dois anos, por situação de segurança alimentar (% em linha)	62
Quadro 29 - Alterações na frequência dos consumos alimentares, por tipo de produto e por situação de segurança alimentar (% em coluna).....	63
Quadro 30 - Caracterização dos perfis de insegurança alimentar	65
Quadro 31 - Distribuição das famílias por região (NUT II) e por perfil de consumo alimentar (% em coluna).....	66
Quadro 32 - Distribuição das famílias inseguras por tipo de meio e por perfil de insegurança alimentar (% em coluna). ..	66
Quadro 33 - Alterações na frequência de algumas práticas alimentares, por situação de segurança alimentar (%)	69

Quadro 34- Distribuição das famílias com dificuldade em deslocar-se aos locais de compra de alimentos habituais por região (NUT II) e por tipo de meio (% em coluna)	69
Quadro 35 - Adesão a estratégias de adaptação, por facilidade em deslocar-se aos locais de compra de alimentos habituais (sim/não) (% de “sim”)	70
Quadro A1 - Variância explicada (Apêndice ao Anexo 2)	103
Quadro A2 - Sumário do modelo (Apêndice ao Anexo 2)	103
Quadro A3 - Medidas de discriminação (Apêndice ao Anexo 2)	104
Quadro A4 - Caracterização do perfil 1 (Apêndice ao Anexo 3)	107
Quadro A5 - Caracterização do perfil 2 (Apêndice ao Anexo 3)	108
Quadro A6 - Caracterização do perfil 3 (Apêndice ao Anexo 3)	109
Quadro A7 - Variância explicada (Apêndice ao Anexo 4)	110
Quadro A8 - Sumário do Modelo (Apêndice ao Anexo 4).....	110
Quadro A9 - Medidas de Discriminação (Apêndice ao Anexo 4)	111
Quadro A10 - Caracterização do perfil 1 (Apêndice ao Anexo 5)	114
Quadro A11 - Caracterização do perfil 2 (Apêndice ao Anexo 5)	115
Quadro A12 - Caracterização do perfil 3 (Apêndice ao Anexo 5)	116
Quadro A13 - Caracterização do perfil 4 (Apêndice ao Anexo 5)	117

Índice de figuras

Figura 1 - Distribuição dos respondentes, por faixa etária (%) (n=2007).....	15
Figura 1 - Escalão das famílias com apoios no âmbito da Ação Social Escolar (%) (n=534).....	16
Figura 3 - Nível de escolaridade mais elevado completado pelos pais.....	17
Figura 4 - Beneficiários de algumas prestações sociais (n.º).....	25
Figura 5 - Beneficiários dos apoios concedidos no âmbito da ação social escolar (n.º).....	27
Figura 6 - Taxa de risco de pobreza antes e após transferências sociais, por grupo etário (%)	31
Figura 7 - Taxa de risco de pobreza, antes e após transferências sociais (%)	31
Figura 8 - Limiar do risco de pobreza e salário mínimo nacional (€/mês)	32
Figura 9 - Estrutura de despesas dos agregados familiares, por divisões da COICOP, por quintis de rendimento (%)	34
Figura 10 - Estrutura de despesas dos agregados domésticos, por composição do agregado (%).....	35
Figura 11 - Estrutura de despesas com alimentação, por divisões da COICOP (%).....	36
Figura 12- Estrutura de despesas com alimentação, por divisões da COICOP, por composição do agregado (%).....	36
Figura 13 - Estrutura de despesas com alimentação, por categoria da COICOP, por quintil de rendimento (%)	37
Figura 14 - Estrutura de despesas com alimentação, por categoria da COICOP, por quintil de rendimento (%) (dados de 2005)	38
Figura 15 - Pessoas assistidas pelo Banco Alimentar em Portugal (n.º)	42
Figura 16 - Situação de segurança alimentar das famílias (n=2007) (%)	46
Figura 17 - Severidade da insegurança alimentar das famílias (n=232) (%)	47
Figura 18 - Índice de segurança alimentar (média), por escalão de rendimento médio mensal do agregado	52
Figura 19 - Configuração do espaço social da insegurança alimentar, com projeção da variável perfil de insegurança alimentar (clusters).....	54
Figura 20 - Configuração do espaço das alterações nos consumos alimentares, com projeção da variável perfil de consumo alimentar (clusters)	67
Figura 21 - Configuração do espaço das alterações nos consumos alimentares, com projeção da variável perfil de consumo alimentar e perfil de insegurança alimentar (clusters)	68
Figura A1 - Representação gráfica das medidas de discriminação (Apêndice ao Anexo 2).....	105
Figura A2 - Projeção dos scores (Apêndice ao anexo 2)	105
Figura A3 - Representação gráfica das medidas de discriminação (Apêndice ao Anexo 4).....	111
Figura A4 - Projeção dos scores (Apêndice ao Anexo 4).....	112

Sumário Executivo

O presente relatório dá conta dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do “Estudo de caracterização da pobreza e insegurança alimentar nas famílias portuguesas com crianças em idade escolar”, desenvolvido no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa sob coordenação da Doutora Mónica Truninger. O estudo foi financiado pelo Programa Operacional de Assistência Técnica do Fundo Social Europeu e decorreu entre Novembro de 2013 e Março de 2015.

Procurámos, com este projeto, explorar situações de pobreza e insegurança alimentar das famílias portuguesas com crianças em idade escolar, reconhecendo que, desde o espoletar da crise económica global, em 2008, as condições de vida das famílias portuguesas têm vindo a deteriorar-se, registando-se uma diminuição no seu consumo privado, em particular um decréscimo no peso relativo da despesa com alimentação. Pareceu-nos relevante traçar um diagnóstico destas condições e examinar como a alimentação das crianças e das suas famílias está a ser afetada pelos atuais constrangimentos socioeconómicos (por exemplo, as suas estratégias para fazer face à transformação das suas condições de vida). Utilizámos uma metodologia mista, nomeadamente uma análise secundária de indicadores nacionais e europeus sobre pobreza alimentar; um questionário aplicado junto de uma amostra representativa nacional de famílias com crianças e; entrevistas a um conjunto de famílias carenciadas, com vista ao aprofundamento do conhecimento dos constrangimentos que enfrentam e das soluções que encontram para os ultrapassar. No final do estudo foram realizadas seis sessões de divulgação (2 em Lisboa, 1 em Vila Nova de Gaia, 1 em Évora, 1 em Cantanhede e 1 em Faro) onde foram apresentados os resultados do estudo; estas sessões potenciaram uma partilha de experiências bastante produtiva no sentido que nos permitiu conhecer, a partir dos relatos dos intervenientes locais, a realidade quotidiana do apoio alimentar às famílias carenciadas. Em Janeiro de 2015 recebemos um convite da Câmara Municipal de Évora para divulgar o estudo numa sessão organizada pelo município designada de ‘Fórum Social’, com a participação de cerca de 70 pessoas.

Pretendemos assim contribuir para o desenvolvimento de processos de diagnóstico e monitorização da situação de segurança alimentar das famílias portuguesas, avançando resultados que orientem a intervenção política e institucional na promoção da segurança alimentar, em particular no que concerne às famílias com crianças, um dos grupos mais vulneráveis aos riscos da pobreza.

Apresentamos de forma sucinta os principais resultados do inquérito por questionário, aplicado junto de uma amostra de 2007 famílias com crianças em idade escolar, do pré-escolar ao 3º ciclo do ensino básico, residentes em todas as regiões do continente. E também os principais resultados 12 entrevistas realizadas junto de famílias carenciadas.

- ➔ A amostra de famílias com crianças registou um total de 11,6% (n=232) em situação de insegurança alimentar. Destas, 7,5% (n=150) encontram-se no nível ligeiro de insegurança alimentar; 3,1% (n=62) dos casos inscrevem-se em situações de insegurança alimentar moderada; e por último, 1% (n=20) das famílias encontram-se em situação de insegurança alimentar severa, sendo a redução na ingestão de alimentos transversal a todos os elementos do agregado, incluindo as crianças.
- ➔ A maior parte das famílias que enfrentam situações de insegurança alimentar prefere recorrer ao apoio das redes de sociabilidade imediatas bem como à produção própria de alimentos, observando-se uma utilização mais reduzida dos meios de apoio institucionais, como as cantinas sociais ou a oferta de cabazes.
- ➔ Para 38,4% (n=89) das famílias em insegurança alimentar o Estado é a entidade que detém maior responsabilidade na provisão de apoio alimentar, sendo que para 26,7% (n=62) a situação mais favorável para solucionar este problema é a existência de uma distribuição partilhada de responsabilidades entre Estado, terceiro setor, empresas e sociedade civil.
- ➔ A resiliência das famílias manifestada através do desenvolvimento de estratégias de adaptação não deverá ser interpretada como sinal tranquilizador no desenho de políticas públicas para o sector já que estas adaptações e ajustamentos no quotidiano são acompanhadas, frequentemente, por mudanças ao nível do consumo alimentar. Ou seja, estes resultados mostram de forma preocupante que os cortes na alimentação vão no sentido da adopção de hábitos alimentares considerados nutricionalmente desequilibrados.
- ➔ A insegurança alimentar, apesar de ser mais prevalente nos segmentos mais pobres, atravessa o tecido social de modo transversal.
- ➔ É importante a promoção de redes solidárias locais onde a participação forte do Estado esteja presente, não só como facilitador dos elos entre os parceiros mas partilhando a responsabilidade de forma mais equilibrada com os municípios para a segurança alimentar dos seus cidadãos.
- ➔ É importante produzir conhecimento detalhado e rigoroso sobre a realidade portuguesa sobre segurança alimentar, tanto através de métodos extensivos (quantitativos) como intensivos (qualitativos).

1. Introdução

O presente relatório apresenta os resultados obtidos no âmbito do “Estudo de caracterização da pobreza e insegurança alimentar nas famílias portuguesas com crianças em idade escolar” financiado pelo Programa Operacional de Assistência Técnica, Fundo Social Europeu e Governo Português, entre Novembro de 2013 e Março de 2015, pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Procurámos, com este estudo, analisar as situações de pobreza e insegurança alimentar das famílias portuguesas com crianças em idade escolar, reconhecendo que, desde o esopletar da crise económica global, as condições de vida das famílias portuguesas têm vindo a deteriorar-se, registando-se uma diminuição no seu consumo privado, em particular, um decréscimo no peso relativo das despesas com alimentação. Pareceu-nos relevante traçar um diagnóstico destas condições e examinar como a alimentação das famílias com crianças está a ser afetada pelos atuais constrangimentos socioeconómicos (por exemplo, as suas estratégias para fazer face à transformação das suas condições de vida). Utilizámos uma metodologia mista, composta por análises documentais, de dados estatísticos de fontes primárias e secundárias, e de entrevistas. Assim, numa primeira fase, realizamos uma análise de fontes estatísticas secundárias, bem como de fontes bibliográficas relacionadas com a temática do estudo; numa segunda fase, desenhámos e foi aplicado por telefone o Inquérito à pobreza e segurança alimentar das famílias com crianças em idade escolar, a uma amostra de 2007 famílias com crianças nas cinco regiões de Portugal Continental; e numa terceira fase realizaram-se 12 entrevistas semiestruturadas a famílias carenciadas com crianças, algumas alvo de ajuda alimentar de associações locais ou do Banco Alimentar Contra a Fome. Posteriormente, o estudo foi disseminado pelas cinco regiões em estudo, através de sessões de divulgação que tiveram lugar em Lisboa, Vila Nova de Gaia, Évora, Cantanhede e Faro, junto de representantes das comunidades locais e regionais. Fizemos ainda uma sessão extra no seminário ‘Forum Social’, em Janeiro de 2015, a convite da Câmara Municipal de Évora.

Começamos por apresentar a metodologia que norteou o desenvolvimento do estudo, seguindo-se uma primeira parte do relatório onde se congregam os dados do trabalho de exploração realizado numa fase inicial do projeto, compreendendo informação obtida a partir de análise de legislação e outras fontes documentais oficiais e não oficiais e de fontes estatísticas secundárias, bem como de fontes bibliográficas relacionadas com a temática do estudo.

A segunda parte do relatório dá conta dos resultados obtidos através da aplicação do inquérito por questionário. Apresentam-se dados relativos à prevalência da insegurança alimentar no território nacional e sobre as estratégias adaptativas mais frequentes nas famílias em análise, bem como sobre o recurso aos meios alternativos de provisão alimentar existentes. São ainda apresentados elementos sobre mudanças nos

consumos alimentares das famílias, com identificação de perfis com características distintas. Por fim, apresentam-se elementos sobre os problemas da acessibilidade geográfica no plano da alimentação.

Na terceira parte do presente relatório apresenta-se a análise aos dados recolhido através das entrevistas realizadas junto de famílias carênciadas, enfatizando as alterações ocorridas na alimentação dessas famílias no passado recente e as suas vivências alimentares no presente, incluindo as estratégias de adaptação que levam a cabo.

No fim, apresentamos um conjunto de reflexões, conclusões e recomendações que decorreram do desenvolvimento do estudo, objecto do presente relatório.

2. Metodologia

A presente pesquisa com a designação de ‘Estudo de caracterização da pobreza e insegurança alimentar nas famílias portuguesas com crianças em idade escolar’ foi financiada pelo Programa Operacional de Assistência Técnica do Fundo Social Europeu e pelo Estado português, e esteve em curso no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, cujo trabalho de campo foi desenvolvido em 2014.

Este estudo teve como objetivo principal fazer um diagnóstico das situações de pobreza e insegurança alimentar e do modo como os consumos (sobretudo alimentares) das famílias com crianças estão a ser afetados pelos atuais constrangimentos socioeconómicos. Foi delineado um conjunto de eixos de análise relativamente amplo, a saber:

- identificação das transformações ocorridas na organização das despesas familiares com alimentação;
- análise dos discursos sobre as práticas alimentares das famílias com crianças e identificar mudanças nessas práticas;
- identificação e caracterização das situações de insegurança alimentar entre a população inquirida;
- identificação e análise de estratégias de adaptação ou de gestão da privação entre as famílias com crianças inquiridas, nomeadamente o recurso a sistemas de provisão alternativos para satisfazer necessidades alimentares básicas;
- análise dos programas comunitários, de apoio social do Estado e outras iniciativas de combate à pobreza alimentar bem como análise de dados estatísticos secundários para caracterizar a situação atual nesta matéria.

Para concretizar os objetivos definidos, optou-se por privilegiar uma metodologia mista. Esta incluiu diferentes métodos e técnicas de recolha de dados. Em primeiro lugar, realizou-se uma análise de dados secundários relativos a indicadores nacionais (INE) e europeus sobre pobreza (EU-SILC) bem como uma análise das políticas públicas, sobretudo, as nacionais e municipais dirigidas à pobreza e insegurança alimentar. Em segundo lugar, aplicou-se um questionário a uma amostra de famílias com crianças inscritas na educação pré-escolar, no 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico a residir em Portugal continental. Em terceiro lugar, realizaram-se entrevistas semi-estruturadas a doze famílias com crianças, com vista à exploração das suas vivências e adaptações que foram fazendo das suas práticas alimentares durante os últimos dois anos.

O recurso ao inquérito por questionário beneficia de um conjunto de vantagens. De destacar a recolha de dados junto de uma amostra de grande dimensão num período de tempo relativamente curto, bem como, a

identificação de diferenças e continuidades entre os vários grupos inquiridos através de procedimentos estatísticos. Porém, para uma compreensão mais profunda do fenómeno da insegurança alimentar e da sua diversidade interna (e.g. experiências, discursos, práticas, conhecimentos), reconhece-se que a informação recolhida através de um inquérito telefónico é menos rica quando comparada com outro tipo de abordagens que recorrem, por exemplo, à entrevista presencial ou a outras técnicas qualitativas. Estão em causa discursos, reflexividades e estratégias criativas que escapam à rigidez do inquérito por questionário e que podem ser melhor compreendidas combinando diferentes métodos e técnicas. No seguinte quadro (1) explicitam-se os principais eixos, dimensões de análise e as técnicas de pesquisa utilizadas.

Quadro 3 - Síntese dos eixos, dimensões e técnicas de análise

Eixos	Dimensões	Técnicas
Despesas com alimentação	Evolução ao longo do tempo	Análise secundária de indicadores estatísticos – INE-IDEF (2005; 2010/11) Inquérito, Entrevistas
Mudanças nos hábitos alimentares	Frequência do consumo de géneros alimentares	Inquérito, Entrevistas
	Frequência de práticas alimentares	Inquérito, Entrevistas
Avaliação da situação de segurança alimentar	Segurança alimentar, Insegurança alimentar ligeira, moderada ou grave/severa	Inquérito
Alternativas para realizar consumos alimentares	Apoios sociais existentes	Estudo das políticas públicas europeias, nacionais e locais dirigidas ao problema da pobreza alimentar Inquérito
	Estratégias de gestão da privação	Inquérito, Entrevistas
Fatores de compra de alimentos	Critérios de qualidade, preço, gosto, ambiente, higiene e segurança alimentar	Inquérito, Entrevistas
Locais de compra de alimentos	Grande ou pequeno retalho	Inquérito, Entrevistas
Acesso aos locais de compra de alimentos	Carro, transportes públicos	Inquérito, Entrevistas

Universo e amostra do inquérito por questionário

O “Inquérito à pobreza e segurança alimentar das famílias com crianças em idade escolar” foi aplicado pela empresa E.M. – Estudos de Mercado e Sondagens de Opinião entre 22 de Abril e 1 de Julho de 2014. O inquérito foi feito através de entrevistas telefónicas conduzidas por entrevistadores supervisionados.

O Universo correspondeu ao conjunto das famílias com crianças em idade escolar a frequentar o pré-escolar, o 1º, o 2º ou o 3º ciclo do ensino básico, residentes nas cinco regiões de Portugal Continental (NUTS II – Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve), e a unidade de análise foi o agregado familiar. Foi entrevistado um dos responsáveis pela educação das crianças, residentes no mesmo lar e com telefone móvel ou habitando em lares com telefone da rede fixa.

Utilizámos uma amostra estratificada em quotas de forma a cumprir os seguintes critérios: famílias residentes por região NUTS II (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve) e o nível de escolaridade das crianças do agregado (pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico) (ver quadro 2). O erro máximo da amostra é de $\pm 1,8\%$ para um intervalo de confiança de 95%. Foram efetuados e validados 2007 inquéritos aplicados telefonicamente.

Quadro 4 – Inquéritos realizados, por região (NUTS II) e por nível de escolaridade das crianças do agregado

		Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Total
Número de crianças/ Nível de ensino	Pré-Escolar	190	109	167	32	19	517
	1º Ciclo	435	261	364	72	55	1187
	2º Ciclo	237	146	191	41	31	646
	3º Ciclo	278	169	219	55	31	752
	Total	1140	685	941	200	136	3102
Número de agregados		<u>749</u>	<u>433</u>	<u>596</u>	<u>138</u>	<u>91</u>	<u>2007</u>

Desenho do inquérito por questionário

O inquérito por questionário foi o instrumento de pesquisa privilegiado da investigação e, como tal, procurou elevar-se ao máximo o seu potencial de análise. Tendo em conta que se trata de um estudo exploratório e relativamente inovador no contexto português, procurámos integrar no nosso questionário um conjunto alargado de dimensões de análise¹:

¹ O inquérito completo encontra-se em anexo (Ver Anexo 1).

- *Alterações nas despesas com alimentação*: perguntou-se se estas aumentaram, reduziram ou não se alteraram ao longo dos últimos dois anos; nos casos em que reduziram, apuraram-se as razões dessa redução (e.g. diminuição do agregado, aumento de outras despesas, diminuição dos rendimentos do agregado);
- Sobre as *mudanças nos consumos alimentares*, pedimos que se indicasse, para um conjunto de géneros alimentares (e.g. carne, fruta, legumes) e também para algumas práticas (e.g. comer fora de casa, reaproveitar as sobras das refeições), se a frequência de consumo alimentar ou de realização das práticas tinha aumentado, diminuído ou se não tinha sofrido alterações;
- Em relação aos *critérios de compra*, apresentou-se um conjunto de fatores (e.g. preço, frescura, higiene e segurança alimentar, preferências da família) e pediu-se aos inquiridos que indicassem os três mais relevantes na compra de alimentos;
- Perguntou-se também quais os *locais de compra* habituais e se existiam dificuldades de deslocação até esses locais;
- Em relação às alternativas para realizar os consumos alimentares, procurou-se avaliar a adesão a um conjunto de práticas que expressam *estratégias de adaptação* (e.g. reaproveitamento de refeições, poupança energética, opção por alimentos mais baratos) e o recurso aos *apoios alimentares existentes* (e.g. cantinas sociais, oferta de cabazes) refletindo, em parte, a operacionalização de uma estratégia mais solidária (recurso à família, amigos, vizinhos) ou uma estratégia mais institucional (recurso a apoios alimentares institucionalizados);
- Procurou-se ainda avaliar as opiniões dos inquiridos quanto à *distribuição da responsabilidade* na disponibilização de apoios alimentares (e.g. Estado, terceiro sector, empresas).

Para avaliar a *insegurança alimentar* dos agregados, utilizou-se a metodologia adotada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos – USDA e desenvolvida por Mark Nord e colegas. Como é habitual quando se utiliza esta bateria de indicadores, a avaliação da situação de segurança alimentar das famílias é precedida de uma questão de filtro. Esta seleciona apenas os respondentes que indicam ter uma situação alimentar global desfavorável ou de carência.

O índice de (in)segurança alimentar que realizámos teve por base a contagem de respostas afirmativas a um conjunto de questões que remetem para a fragilidade da situação alimentar do agregado familiar. O conjunto de perguntas consideradas, por ordem de gravidade crescente, inclui os seguintes itens:

- Receio que a comida acabasse
- A comida acabou e não foi possível comprar mais
- Comprar apenas alguns alimentos baratos para alimentar as crianças

- Não conseguir assegurar refeições equilibradas
- Não conseguir assegurar refeições equilibradas às crianças
- Reduzir o tamanho ou o número de refeições
- Não comer o suficiente
- Reduzir o tamanho ou o número de refeições (frequentemente)
- Não comer o suficiente (crianças)
- Ter fome e não comer
- Perda de peso
- Reduzir o tamanho ou o número de refeições das crianças
- Passar um dia inteiro sem comer
- Ter fome (crianças)
- Passar um dia sem comer (frequentemente)
- Saltar refeições (crianças)
- Saltar refeições (crianças) (frequentemente)
- Passar um dia inteiro sem comer (crianças)

A partir da contagem dos itens com respostas afirmativas para cada caso da amostra, é atribuída uma pontuação que varia entre 1 e 18 e que se utiliza posteriormente como base para posicionar os casos no índice de (in)segurança alimentar. O índice compreende quatro modalidades, três das quais associadas a situações de risco (ver quadro 3). Para efeitos analíticos e de apresentação de resultados, optou-se, nalguns casos, por distinguir apenas entre o nível de segurança e o de insegurança alimentares.

Quadro 5 - Situações de (in)segurança alimentar consideradas no índice

		N.º de itens afirmativos
Segurança alimentar		0-2
Insegurança alimentar	Ligeira	3-7
	Moderada	8-12
	Severa	13-18

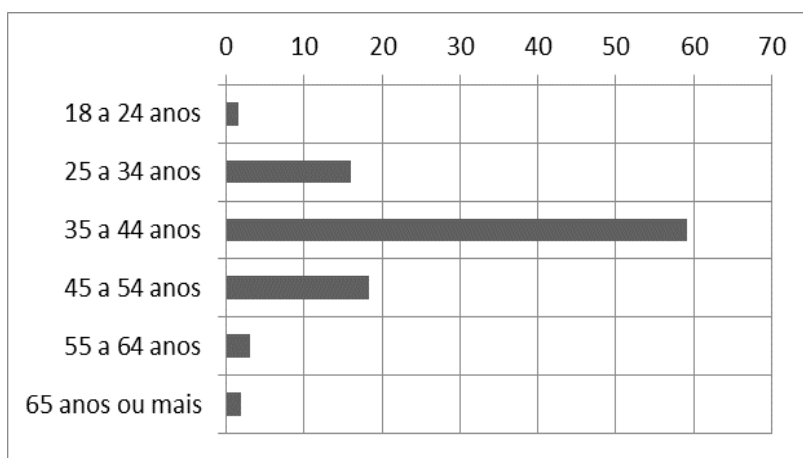
Caracterização da amostra do inquérito por questionário

A amostra inclui um total de 2007 agregados familiares e os dados recolhidos dizem respeito à família. Não obstante, na maioria dos casos o membro da família que respondeu ao inquérito foi a mãe.

Do total de respondentes, 67,7% (n=1358) dos representantes dos agregados familiares contactados são do sexo feminino e 32,3% (n=649) do sexo masculino. Esta distribuição é, por si só, interessante de aprofundar em futuros estudos, no sentido de se perceber melhor a relação entre insegurança alimentar e as questões de género. No fundo, quando existe uma crise alimentar quais os membros da família que mais ficam sobrecarregados no lidar com a crise? Esta pergunta não encontra uma resposta completa neste estudo, mas aponta pistas para futuras investigações. Também é de constatar que esta distribuição reflete a tendência da mulher em se disponibilizar mais facilmente para responder a inquéritos sobre alimentação, muitas vezes porque são elas que cuidam da preparação de alimentos e cozinha, e portanto, consideradas como estando mais dentro do assunto, mesmo pelos próprios homens.

Uma vez que o nosso foco eram famílias com crianças em idade escolar, e apesar de termos variadas idades (dos 18 aos 82 anos), há uma clara tendência para a distribuição da amostra se centrar no escalão etário dos 35-44 anos (59,1%; n=1187). A este grupo maior, seguem-se os inquiridos que têm entre 45 e 54 anos (18,3%; n=367); os que tem entre 25 e 34 anos (16%; n=321); e com percentagens mais pequenas surgem os grupos etários mais velhos (3,1% têm entre 55 e 64; e 1,9% têm mais de 65 anos); bem como os mais novos (1,5% têm entre 18 e 24 anos) (figura 1).

Figura 1 - Distribuição dos respondentes, por faixa etária (%) (n=2007)



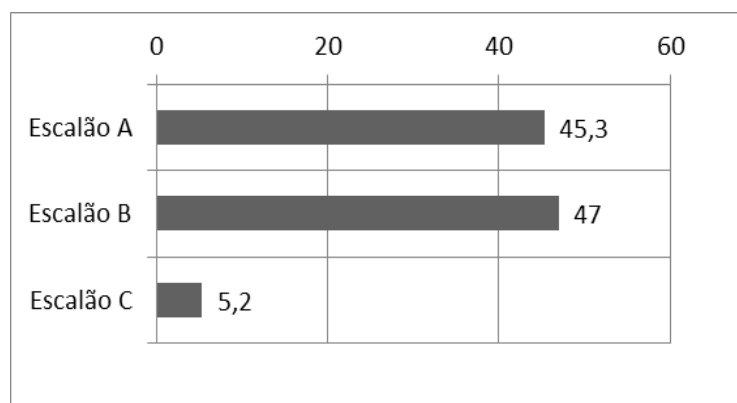
Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

No que concerne à dispersão geográfica por regiões (NUTS II), a amostra obedece aos critérios pré-estabelecidos e que assistiram ao seu desenho (famílias com crianças), sendo que encontra uma maior dimensão na região Norte (37,3%; n=749); depois segue-se a região de Lisboa (29,7%; n=596), Centro (21,6%; n=433); Alentejo (6,9%; n=138) e Algarve (4,5%; n=91). Já em relação ao tipo de meio onde reside, do total dos respondentes, 57,1% (n=1146) afirma que reside num meio predominantemente urbano; ao passo que um quarto afirma residir num meio semiurbano (25,1%; n=503) e menos de 20% num meio rural (17,8%; n=357), não estando muito distante de uma distribuição nacional, onde a maioria da população se concentra em meio urbano.

No que diz respeito à composição do agregado familiar, encontramos maioritariamente agregados com uma criança (43,3%, n=869) ou com duas (46,1%, n=926), estando em consonância com a distribuição nacional, com tendência para agregados com poucos filhos. No entanto, alguns tinham três crianças no agregado (8,6%; n=172); quatro (1,4%; n=28), sendo os agregados com cinco ou mais crianças praticamente insignificantes em termos numéricos (contabilizando menos de 1% da amostra).

Do total da amostra, 26,6% (n=534) dos representantes dos agregados afirmou que as crianças têm acesso a apoios no âmbito da Ação Social Escolar, contra 73% (n=1466) que dizem não ter qualquer apoio. Dos 534 agregados em que os filhos têm acesso à Ação Social Escolar², 45,3% (n=242) auferem do escalão A, 47% (n=251) situam-se no escalão B e 5,2% (n=28) no escalão C (figura 2).

Figura 2 - Escalão das famílias com apoios no âmbito da Ação Social Escolar (%) (n=534)



Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

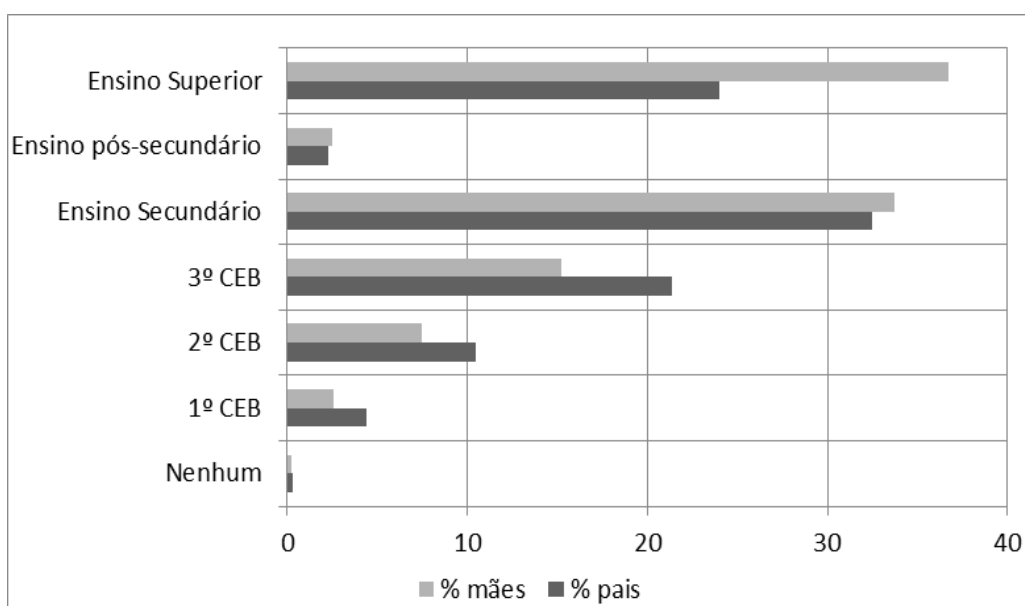
Acrescente-se ainda que, dos agregados em que as crianças não têm acesso a apoios da Ação Social Escolar, 4,8% (n=70) dos inquiridos afirma ter algum tipo de apoio no preço do almoço contra a grande maioria (95,1%; n=1394) que admite não ter qualquer tipo de apoio. Do total da amostra, 13,5% (n=270) admitem que as crianças têm acesso a outros apoios como a oferta de pequeno-almoço ou lanche; 14,3% (n=288) têm acesso à oferta de fruta na escola e 5,3% (n=106) ao refeitório fora do período letivo.

Quanto à escolaridade dos pais, e no que diz respeito aos homens, apenas 0,3% (n=6) não têm qualquer escolaridade. Dos que frequentaram a escola, 36,3% (n=728) têm até ao ensino básico completo; 32,5% (n=652) tem até o ensino secundário; 2,3% (n=47) tem o ensino pós-secundário e 24% (n=482) tem o ensino superior. No que diz respeito ao nível de instrução da mãe, 0,2% (n=5) não possui qualquer escolaridade. Das

² A ação social escolar comparticipa plenamente, ou em parte, com subsídios às refeições escolares (entre outras áreas de apoio na educação). No escalão A os beneficiários tem 100% de comparticipação usufruindo de refeições escolares gratuitas. No escalão B os alunos beneficiam de 50% de comparticipação pagando apenas metade do preço da refeição, e no escalão C encontram-se os alunos que pagam as refeições escolares a um preço acessível (1,46 euros), sendo o restante custo da refeição assegurada pelo Estado e pelos municípios (ver também Wall *et al.* 2015: 84).

que possuem, encontramos 25,3% (n=508) com o ensino básico completo; 33,7% (n=677) com o ensino secundário; 2,5% (n=51) com o pós-secundário e 36,7% (n=736) com o ensino superior (figura 3).

Figura 3 - Nível de escolaridade mais elevado completado pelos pais



Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

No que respeita à situação profissional dos pais, 79,5% (n=1595) dos homens encontram-se a trabalhar a tempo inteiro; 8,2% (n=165) estão desempregados e à procura de emprego; 2,2% (n=44) noutra situação; 1,5% (n=31) estão a trabalhar em part-time; 0,9% (n=19) encontram-se à espera de emprego; 0,7% (n=15) estão em situação de doença ou incapacidade/invalidez permanente; 0,2% (n=5) a fazer serviço cívico ou militar; 0,6% (n=13) estão emigrados. Dos pais que se encontram desempregados (n=165), 31,5% (n=58) estão desempregados há menos de um ano; 45,7% (n=84) recebe subsídio de desemprego e 52,2% (n=96) não tem acesso ao subsídio de desemprego.

Por sua vez, a maioria das mães trabalha a tempo inteiro (72,3%, n=1451); uma percentagem relevante encontram-se desempregadas à procura de emprego (13%; n=261); 4,3% (n=86) tem um trabalho em part-time; 3,1% (n=62) encontra-se a fazer trabalho doméstico; 2,4% (n=49) são desempregadas à espera de emprego; 0,9% (n=18) está em situação de doença ou incapacidade e apenas 0,4% (n=8) está a estudar e, num caso único, a mãe está emigrada.

Quadro 6 - Síntese da situação de desemprego dos pais

	Pais	Mães
% desempregados	9,2	15,4
% desempregados c/ subsídio desemprego	45,7	29,7

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Entre as mães que se encontram desempregadas (n=310), 24,2% (n=75) estão desempregadas há menos de um ano e apenas 29,7% (n=92) está a receber subsídio de desemprego.

Em média os pais trabalham 44 horas semanais; já as mães trabalham fora de casa 40,22 horas semanais. Entre os respondentes, 6,4% (n=104) dos pais trabalha por contra própria com empregados; 8,9% (n=145) por contra própria sem empregados; 83,4% (n=1356) trabalha por conta de outrem; 0,1% (n=1) é trabalhador familiar não remunerado e 0,1% (n=2) é aprendiz, praticante ou frequenta um estágio profissional. Apenas 9,7% (n=194) diz ter mais algum emprego ou biscoite. Entre as mães, 3,4% (n=52) trabalha por contra própria com empregados, 6,5% (n=100) por contra própria sem empregados, 89,3% (n=1373) por conta de outrem e 0,2% (n=3) são trabalhadoras familiares não remuneradas. Sobre se têm mais algum trabalho ou biscoite, apenas 9% (n=180) respondeu afirmativamente.

As entrevistas

Com o objetivo de ilustrar alguns dos dados obtidos a partir do inquérito por questionário com os discursos das famílias e, também, de explorar com mais detalhe as vivências das famílias, foram realizadas doze entrevistas semiestruturadas junto de uma amostra de famílias carenciadas.

A seleção e recrutamento das famílias entrevistadas foi feita com base no apoio de um conjunto de instituições ou associações que prestam algum tipo de ajuda alimentar. As mesmas sinalizaram famílias que estão, ou estiveram, a experimentar situações de carência alimentar ou a receber algum tipo de ajuda alimentar, e colaboraram no recrutamento disponibilizando o contacto das mesmas ou contactando-as para aferir a sua disponibilidade para participar neste estudo.

O guião de entrevista reproduziu parcialmente as dimensões contidas no inquérito e, nesse sentido, foram recolhidos testemunhos sobre as mudanças ocorridas nos consumos alimentares das famílias, os critérios e locais de compra, o acesso aos locais de compra habituais e, também, relativamente às alternativas que encontram para realizar os seus consumos alimentares, em particular as estratégias de adaptação que desenvolvem e o recurso a programas ou iniciativas de apoio alimentar. A duração das entrevistas foi curta - não ultrapassando, na maioria dos casos, os 30 minutos. Estas decorreram em locais diferentes mediante a disponibilidade dos entrevistados, nomeadamente nas instalações das associações que prestam apoio e, num dos casos, na instituição que acolheu o estudo, já que era mais conveniente para o entrevistado.

Caracterização das famílias entrevistadas

As entrevistas foram realizadas maioritariamente com mulheres, representantes de famílias com crianças em idade escolar a residir na região de Lisboa. São famílias cujos membros pertencem a grupos

socioeconómicos com rendimentos reduzidos e baixos níveis de escolaridade, maioritariamente desempregados e que, em alguns casos, são de etnia cigana ou origem africana e estão a receber algum tipo de ajuda alimentar (e.g. Banco Alimentar, associações locais). Este perfil enquadra, de um modo geral, as famílias que se encontram em situação de maior vulnerabilidade ou risco de pobreza e exclusão social.

Quadro 5. Caracterização das famílias entrevistadas por situação profissional e tipo de apoio alimentar

N.	Família	Representante	Situação profissional	Apoio alimentar
1	Nóbrega	Mãe	Empregada de limpeza	Banco Alimentar e associações locais
2	Silva	Mãe		Nenhum
3	Góis	Mãe		Nenhum
4	Nogueira	Mãe	Desempregada/o	Associação local
5	Jacinto	Mãe		Associação local
6	Almeida	Mãe		Associação local
7	Aleixo	Mãe		Associação local
8	Fernandes	Mãe		Associação local
9	Sousa	Mãe		Associação local
10	Pinto	Mãe		Associação local
11	Alves	Mãe		Banco Alimentar e Associações locais
12	Abreu	Pai		Associações locais

Parte I

3. Desigualdades, Pobreza e Alimentação em Portugal

Breve síntese das principais políticas nacionais de proteção social

Em Portugal, as políticas de proteção social e, num sentido mais amplo, o Estado-Providência, surgem a partir dos anos 30 do século XX e, com particular ênfase, durante o período pós-guerra para dar resposta a um conjunto de questões sociais e económicas às quais o Estado, nos moldes em que operava anteriormente, não tinha como responder. Num contexto de acentuada crise económica como o que marcou esse período, o Estado foi chamado a intervir no sentido de reabilitar os mercados, gerando emprego e estimulando o poder de compra. Este novo modelo de Estado, com funções de regulação do mercado e de provisão de bem-estar, encontrou uma grande legitimação junto das populações europeias que, por um lado, viram as suas condições de vida melhoradas por via da introdução de políticas sociais de mecanismos de redistribuição e de combate às desigualdades, e, por outro lado, foram envolvidas num novo tipo de contrato social com o Estado baseado no diálogo social (Mozzicafreddo, 1997).

Entre os anos 40 e 70, o modelo de Estado-Providência encontrou o seu período de maior expansão e popularidade, favorecido por uma conjuntura económica de forte crescimento económico. Após o choque petrolífero de 1979, as condições que permitiram a expansão do Estado-Providência desapareceram e deram lugar a um clima de austeridade permanente, que promoveu debates intensos sobre a falência do Estado-Providência (Mozzicafreddo, 1997). As transformações demográficas que condicionaram a sustentabilidade dos esquemas de proteção social, a par com os fracos índices de crescimento económico forçaram uma reflexão profunda sobre o futuro do Estado-Providência (Ferrera, Hemerijck e Rhodes, 2000). No início do séc. XXI, Esping-Andersen (2000) sugeriu que a conjuntura europeia se aproximava da que caracterizou o pós-guerra, quando emergiu o Estado-Providência, referindo-se à urgência de um “melhor alinhamento das prioridades redistributivas e dos direitos sociais” (Esping-Andersen, 2000: 79). Mais recentemente, com o advento das crises financeira global e das dívidas soberanas, as questões sociais voltaram a abalar a Europa, solicitando aos Estados respostas urgentes no âmbito da proteção social (Matsaganis e Leventi, 2014). Porém, as dimensões económica e política têm modelado a sua capacidade de resposta, particularmente em Portugal, onde as pressões externas para o cumprimento das metas do défice e para a redução da dívida pública têm condicionado, de forma clara, a formulação de políticas sociais.

De um modo geral, o que se tem verificado é uma tendência acentuada para a contenção das despesas com a proteção social, racionalizando recursos e, ao mesmo tempo, para a atualização das políticas sociais no sentido de responder aos novos riscos sociais. No caso português, a tendência tem sido para o corte orçamental, com introdução de critérios de seletividade mais estreitos no acesso às prestações sociais e

diminuição dos montantes transferidos. A evolução do esquema de proteção social nacional não tem, contudo, assumido um percurso linear, registando-se avanços e recuos na intervenção do Estado na amortização dos efeitos da crise económica.

Até à fundação da Casa Pia de Lisboa, em 1780, não havia em Portugal sinais visíveis de intervenção pública no âmbito da assistência social. Até ao século XIX, o apoio às populações desfavorecidas dependia da ação das misericórdias, que se multiplicaram pelo território nacional desde a criação da Irmandade da Misericórdia, pela Rainha D. Leonor, em 1498, e de outras instituições privadas de caridade. Já no início do século XX, emergiram as primeiras ideias sobre a intervenção do Estado no plano da proteção social, então concebida como complemento à atuação das entidades particulares de caridade³. Com a viragem republicana, desenvolveu-se alguma legislação no sentido de “proteger o conjunto da população trabalhadora [...] em situações de doença, acidentes de trabalho, desemprego, invalidez e velhice” (Wall, 1995: 432). Não houve, contudo, grande operacionalização destas ideias, que foram sendo adiadas até serem estabelecidas, em 1935, as bases para a criação de um sistema de seguros sociais obrigatórios semelhante ao que vigorava então noutros países europeus⁴. Nesta época, o Estado assume novas funções na promoção e tutela das instituições de previdência e, em meados dos anos 40, passa a ter responsabilidades diretas no âmbito da proteção social.

“Em síntese, o sistema de benefícios que emergiu nos anos 40 e 50 baseava-se no princípio de que o direito aos benefícios estava dependente da atividade profissional (e apenas em certos setores) (...). O sistema de benefícios baseava-se ainda na assunção de que a proteção social promovida pelo Estado tinha um papel paliativo e uma extensão limitada. A proteção social, para alguns trabalhadores da indústria e dos serviços, cobria as contingências resultantes de doença, invalidez, velhice e das despesas com membros dependentes da família. Os níveis de pagamento eram extremamente baixos, nomeadamente no que diz respeito a pensões de velhice e abonos de família. Não havia qualquer proteção social para a maternidade, para sobreviventes, para situações de desemprego, para acidentes de trabalho ou para doenças profissionais.” (Wall, 1995: 434).

Mais tarde, ainda durante o período de governação pré-democrático, foram introduzidas algumas medidas adicionais no quadro de proteção nacional, entre as quais se salienta a criação do subsídio de maternidade, em 1962, das pensões de sobrevivência, em 1970, e do subsídio por morte, em 1973 (Wall, 1995: 435). Como também refere Karin Wall (1995), com a transição democrática, foram introduzidas importantes alterações ao esquema de proteção social português, como a definição de um salário mínimo nacional. Ao longo deste período registou-se um “considerável alargamento de objetivos, quer em termos do papel do

³ Evolução do Sistema de Segurança Social, disponível em <http://www4.seg-social.pt/evolucao-do-sistema-de-seguranca-social> (consultado a 3 de Novembro de 2014).

⁴ Lei n.º 1884, de 16 de Março de 1935.

Estado, quer em termos da população beneficiária, bem como em termos de taxas de cobertura e tipos de benefícios e serviços.” (Wall, 1995: 435).

Depois, nos anos 80, com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, iniciou-se uma fase de forte aposta na realização de projetos de âmbito local, com particular enfoque na luta contra a pobreza e exclusão social. Os avanços levados a cabo ao longo desta época, contudo, não foram longe o suficiente para resistir aos esforços de contenção orçamental que mais tarde viriam a abalar o esquema de proteção social nacional.

“Os serviços de cuidados e apoio aos diversos grupos necessitados ainda não se tinham desenvolvido nos anos 80 quando o Estado começou a tentar reduzir os custos públicos e a incentivar o desenvolvimento de serviços especialmente através do setor privado não lucrativo [...]; As lacunas existentes entre a previdência formal e as necessidades reais são preenchidas pela família e por redes informais de solidariedade.” (Wall, 1995: 455).

Os anos 90 foram, apesar de tudo, uma época importante do ponto de vista do aprofundamento de alguns direitos sociais dos cidadãos portugueses, por exemplo, através da criação do Rendimento Mínimo Garantido (RMG)⁵ em 1997, desde 2003 Rendimento Social de Inserção (RSI)⁶.

No início dos anos 2000 registou-se um incremento dos serviços e apoios no combate à pobreza, com a criação de um conjunto de equipamentos sociais de natureza local, dos quais são exemplo as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). No período que antecedeu o espoletar da crise económica global, o Governo português estava a apostar fortemente no aprofundamento do quadro de proteção social – medidas que visavam salvaguardar as condições de vida da população. O investimento em políticas ‘almofada’, para minimizar os efeitos da crise económica, contudo, não foi prosseguido devido a uma conjuntura de forte pressão para a contenção orçamental.

“Initially, they increased social spending and put in place large fiscal stimulus packages that included greater resources for social measures. But the large fiscal imbalances that governments now face restrict the available policy options. [...] Social spending, which remains part of most fiscal consolidation plans, looks set to come under further pressure – with potentially serious consequences for the capacity of social policy to provide crucial support.” (OECD, 2014: 35).

Entre 2005 e 2009, procedeu-se ao reforço de um conjunto de medidas de apoio às famílias, nomeadamente dos apoios financeiros, com a introdução do complemento solidário para idosos; o aumento em 25% do abono de família para o 1º e 2º escalão; a generalização do 13º mês do abono de família aos 2º, 3º, 4º e 5º escalões; a majoração de 20% do abono para as famílias monoparentais; a majoração do abono para o dobro

⁵ A introdução do RMG consta da Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho, e surge na sequência da Recomendação do Conselho Europeu, de 24 de Junho de 1992, relativa a critérios comuns respeitantes a recursos e prestações suficientes nos sistemas de proteção social.

⁶ Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro.

em caso de nascimento de uma segunda criança e para o triplo no caso da terceira e seguintes; a criação do passe escolar para crianças e jovens entre os 4 e os 23 anos, com redução de 50% sobre o preço do título de transporte; a equiparação entre os escalões do abono de família e da ação social escolar (Wall et al., 2012).

No contexto de crise que conduziria Portugal a solicitar, a 7 de Abril de 2011, a assistência financeira do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia, foram tomadas diversas medidas que permitiram reduzir as despesas do Estado com prestações sociais. De facto, a publicação do Decreto-Lei n.º 70/2010 assinala um recuo acentuado nas políticas de apoio à família, que altera as condições de acesso a todos os apoios sociais do Estado do regime não contributivo com condição de recursos, abrangendo o abono de família, os subsídios sociais de parentalidade, o subsídio social de desemprego e o rendimento social de inserção (RSI). O Decreto-Lei estabelece o alargamento do conceito de agregado familiar, a inclusão de outros rendimentos no apuramento do rendimento de referência do agregado familiar⁷ e a introdução de uma capitação do rendimento do agregado familiar. Estas alterações traduziram-se numa maior restrição no acesso às prestações e consequente diminuição do número de beneficiários e numa diminuição dos montantes das prestações atribuídas (Wall et al., 2012). O Governo procurou legitimar as alterações introduzidas invocando a necessidade de concentrar os apoios nos grupos mais carenciados da população, afirmando nos textos oficiais que “com as medidas agora adotadas, mantém-se ainda um nível elevado de proteção social, sobretudo em relação àqueles que mais necessitam, e que se situam nos escalões mais baixos”^{8,9}.

Conforme se pode observar na figura 4, nos últimos anos registou-se uma diminuição bastante significativa do número de beneficiários de algumas destas prestações sociais, em particular do abono de família: entre 2010 e 2014, mais de meio milhão de crianças e jovens (551 948) terão perdido o direito a este apoio financeiro – uma redução de cerca de 30% (cf. Wall et al. 2015). No mesmo período, cerca de 206 mil beneficiários perderam o acesso ao rendimento social de inserção – uma redução de 39%¹⁰.

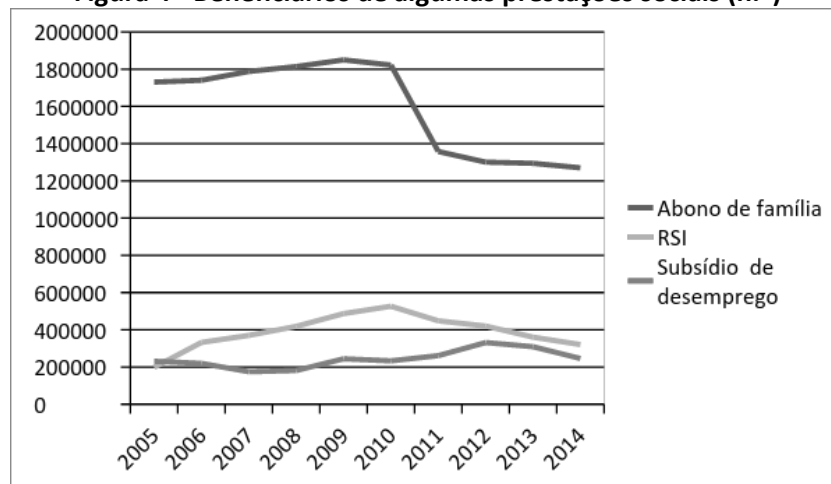
⁷ Portaria 257/2012, de 27 de Agosto, no caso do RSI.

⁸ Decreto-Lei n.º 116/2010, de 22 de Outubro.

⁹ Desde 2009 foram implementadas diversas medidas de austeridade, tais como o aumento dos impostos sobre o consumo e sobre os rendimentos, o congelamento e os cortes nas pensões e nos ordenados da função pública, o controlo e redução orçamental dos ministérios (e.g. saúde, educação), a diminuição das transferências sociais, entre outras (Caritas, 2014).

¹⁰ Cálculos próprios com base em II/MSESS,PORDATA (consulta a 18 de Março de 2015).

Figura 4 - Beneficiários de algumas prestações sociais (n.º)



Fonte: II/MSESS, PORDATA (consulta a 18 de Março de 2015)

Em 2011, o Governo apresentou um pacote de políticas sociais para atenuar os efeitos da crise e responder aos casos de carência mais graves – o Programa de Emergência Social (PES). O PES apresenta com clareza a posição do Governo em relação ao papel do Estado na provisão de bem-estar e no combate à pobreza: “É um programa que não significa mais Estado, significa sim mais IPSSs e melhor política social”¹¹. O Fundo de Socorro Social (FSS), criado em 1945¹² foi recuperado e enquadrado no PES com vista à concessão de “apoios em situações de emergência social, alerta, contingência ou de calamidade e de exclusão social, assim como o apoio às instituições de solidariedade social que prossigam fins de ação social”¹³. O FSS é gerido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e os apoios suportados pelo seu orçamento podem ser concedidos a pessoas singulares ou famílias, bem como a entidades particulares de solidariedade social¹⁴. A regulamentação do FSS esclarece quanto à noção de situação de “emergência social”, definindo-a como “ocorrências súbitas e imprevistas que coloquem as pessoas e famílias em situações de grande vulnerabilidade e desproteção social, resultantes de não estarem asseguradas condições de vida condignas e desde que não tenham enquadramento no apoio prestado pelos serviços competentes e recursos locais”¹⁵. De um modo geral, os grupos sociais mais desfavorecidos têm sido os principais destinatários das políticas de proteção social. Entre outros apoios, têm sido também apresentadas algumas medidas de proteção em relação às pessoas endividadadas, nomeadamente com previsão de dispensa excecional do pagamento de

¹¹ Página do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, disponível em http://www.mercadosocialarrendamento.msss.pt/programa_emergencia_social.jsp (consultado a 29 de Novembro de 2014).

¹² Decreto-Lei n.º 35427, de 31 de Dezembro de 1945, com revisão no Decreto-Lei n.º 47500, de 18 de Janeiro de 1967.

¹³ Decreto-Lei n.º 112/2012, de 11 de Maio.

¹⁴ *Idem.*

¹⁵ *Idem.*

dívidas à segurança social¹⁶ e com a criação de um regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil¹⁷.

Em 2012 foi inaugurado o Programa de Emergência Alimentar, da responsabilidade do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e em cooperação com a Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade (CNIS), com a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UDIPSS) e com a União das Mutualidades Portuguesas (UMP). O protocolo estabelecido entre o Governo central e as unidades locais de solidariedade prevê o alargamento da Rede Solidária de Cantinas Sociais, com um investimento de 50 milhões de euros que vai permitir alargar significativamente o número de cantinas para 947 – existiam previamente 62 cantinas sociais. De acordo com a CNIS, em Dezembro de 2012 existiam cerca de 600 cantinas sociais a funcionar no país¹⁸. Também em 2012 foi lançado o Programa Escolar de Reforço Alimentar (PERA), que pretende conciliar a educação alimentar com a necessidade de suprir carências alimentares detetadas em crianças que frequentam as escolas públicas. O PERA consiste na distribuição de um pequeno-almoço e em ações de sensibilização sobre a importância da alimentação saudável e, concretamente, do pequeno-almoço tomado em casa. O programa opera a partir de um conjunto de parcerias entre o Ministério da Educação, empresas, municípios, escolas e redes locais de ação social, bancos alimentares e IPSS (Truninger et al., 2013b).

No âmbito da ação social escolar, os apoios foram sendo progressivamente alargados de modo a fazer face à emergência de um número crescente de situações de carência em crianças em idade escolar. O enquadramento da ação social escolar, conforme estabelecido em 2009, assenta na valorização da escola enquanto instrumento de equidade social e vem “reforçar e alargar a política de apoio às famílias no âmbito socioeconómico”¹⁹, nomeadamente através do Programa de Leite Escolar, do Programa de Generalização das Refeições Escolares e do Apoio Alimentar Complementar. Efetivamente, estes apoios têm assumido uma relevância crescente na compensação das perdas económicas das famílias (ver figura 5). Entre 2005 e 2011 registou-se um aumento de 45% no número de beneficiários destes apoios, salientando-se a evolução do número de beneficiários de apoio socioeconómico (+67,7%), do regime de leite escolar (+21,6%) e das refeições subsidiadas (+20,1%)²⁰. O número de beneficiários do abono de família, em contrapartida, caiu 27,3% entre 2005 e 2012, com a maior diminuição anual a registar-se de 2010 para 2011 (-24,1%)²¹.

¹⁶ Decreto-Lei n.º 213/2012, de 25 de Setembro.

¹⁷ Lei n.º 58/2012, de 9 de Novembro.

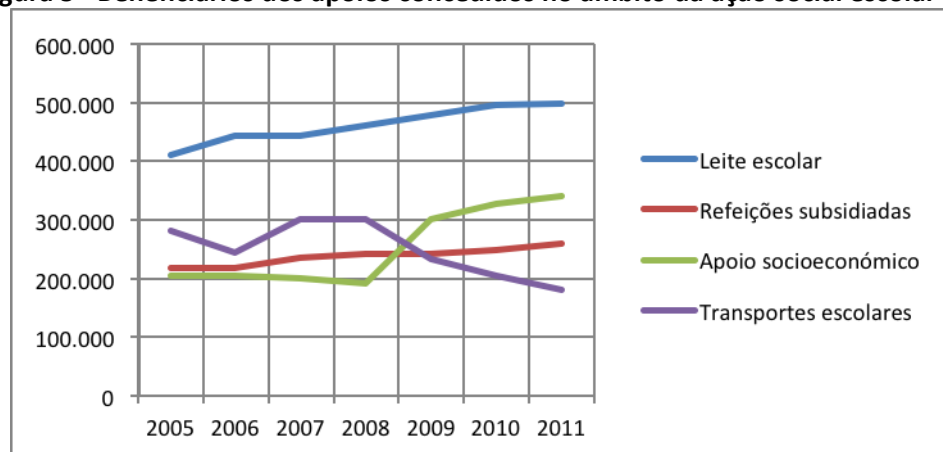
¹⁸ Consulta de informação através do link <http://www.impulsopositivo.com/content/feac-dota-portugal-de-157-milhoes-de-euros-para-apoiar-os-mais-carenciados> acedido no dia 13 de Fevereiro de 2014.

¹⁹ Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março e; Despacho n.º 198987/2009, de 17 de Agosto.

²⁰ Fonte: DGPGF/MEC, PORDATA, 2013.

²¹ *Idem*.

Figura 5 - Beneficiários dos apoios concedidos no âmbito da ação social escolar (nº)



Fonte: DGPGF/MEC, 2013

O aumento exponencial do número de beneficiários dos apoios socioeconómicos, e o seu desfasamento face à evolução do número de beneficiários do abono de família, estará relacionado com a flexibilização de procedimentos para acesso a estes apoios, através da viabilização da “reavaliação dos escalões de rendimentos nas situações em que, após a prova anual (...) se verifique a alteração de rendimentos ou da composição do agregado familiar do titular ou titulares do abono de família para crianças e jovens que determine a alteração do rendimento de referência a considerar na determinação do escalão de rendimentos”²². Como referem Truninger *et al.* (2013a: 35), a propósito desta flexibilização de procedimentos para aceder a apoios sociais: “Apesar da atual fragilização do Estado Social, as redes de provisão estatais continuam a ser centrais para providenciar bens e serviços, tais como a alimentação escolar, recorrendo a arranjos criativos que tentam colmatar os efeitos da crise económica e das políticas de teor neoliberal”.

Em relação a outro tipo de apoio de cariz alimentar, embora não hajam indicadores relativos ao número de crianças que beneficiam do Regime de Fruta Escolar (RFE), introduzido em 2009²³, este é um instrumento de reforço alimentar a considerar no quadro dos apoios alimentares em meio escolar (Truninger *et al.*, 2013b). O RFE foi entretanto simplificado e flexibilizado, encontrando-se atualmente em vigor num maior número de escolas e abrangendo um maior número de alunos²⁴. Em contrapartida, e também no campo da alimentação, foram introduzidas alterações ao Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, que garante o pagamento da pensão de alimentos quando o progenitor não cumpre o seu dever, com diminuição do limite de rendimentos a partir do qual se pode recorrer a este apoio: “a partir de Janeiro de 2013, para ter direito a este fundo o rendimento líquido do menor, ou a capitação de rendimentos do respetivo agregado familiar, não pode ser superior a 419,22 euros, ao invés de um salário mínimo (485 euros), tal

²² Portaria n.º 244/2012, de 26 de Outubro.

²³ Portaria n.º 1242/2009, de 12 de Outubro.

²⁴ Portaria n.º 206/2012, de 5 de Julho.

como na lei anterior. Com esta medida, prevê-se a diminuição do número crianças e jovens menores de 18 anos beneficiários deste fundo” (Wall *et al.*, 2013: 141).

A necessidade de contenção orçamental tem caracterizado as opções realizadas pelo Governo em matéria de políticas de proteção social. Em síntese, para apoiar os mais necessitados, o Estado não pode apoiar toda a população, e isso tem tido, conforme exposto, fortes impactos nos apoios reais concedidos. O Governo assumiu um modelo de gestão de recursos centrado na eficácia e eficiência, no aproveitamento dos recursos existentes e direcionamento das respostas sociais para os grupos com carências sociais mais graves. Os agentes de governação ou das comunidades locais (e.g. municípios, juntas de freguesia, IPSS, Igreja) muitas vezes são chamados a intervir para solucionar situações a que o Estado Central não consegue chegar, sendo sublinhada a importância de uma política de proximidade na proteção dos mais desfavorecidos.

Em Portugal, para além de algumas iniciativas específicas e de alcance relativamente curto, e excluindo os apoios prestados à população infantil no âmbito da ação social escolar, só muito recentemente, e na sequência da crise económica, foram formulados instrumentos de combate à pobreza no quadro da provisão social. De facto, para além do progressivo e significativo alargamento dos apoios alimentares prestados em meio escolar, são ainda parcas as iniciativas do Estado no sentido de prestar apoio alimentar aos grupos sociais desfavorecidos. As existentes são de âmbito muito focalizado. É o caso do fornecimento de refeições às pessoas sem-abrigo apoiadas por instituições da cidade de Lisboa, no âmbito do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados e do II Plano Nacional de Ação para a Inclusão (2003-2005), que visava cobrir uma média de 650 mil pessoas por ano.

Em 2013, com a disponibilização de um orçamento de cerca de 157 milhões de euros no âmbito do Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados (FEAC) são estabelecidas as operações ‘Aquisição de Produtos Alimentares’ e ‘Distribuição de Produtos Alimentares’²⁵, das quais se desconhecem, para já, os procedimentos operacionais e os impactos no terreno.

A crescente consciencialização pública sobre o problema da pobreza e insegurança alimentar é expressa não apenas pela formulação de instrumentos de combate à pobreza mas também de instrumentos que tentam combater o desperdício alimentar. É disso exemplo o recente Plano Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar que foi apresentado no dia Mundial da Alimentação (16 de Outubro de 2014) pelo secretário de Estado da Alimentação e da Investigação Agro-alimentar. Este plano foi elaborado pela Comissão de Segurança Alimentar criada em Maio de 2014 e tem várias medidas, desde incentivos fiscais às empresas para evitarem o desperdício alimentar (e no fundo atuarem dentro de uma lógica da economia circular) até a uma grande aposta no comércio de proximidade (mercados locais) de forma a que os produtores consigam escoar os excedentes agrícolas diretamente para o consumidor. Alinhado com este

²⁵ Resolução do Conselho de Ministros nº100/2013, de 30 de Dezembro de 2013.

plano nacional, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou em Janeiro de 2015 o seu plano municipal para o Combate ao Desperdício Alimentar, e que é composto por 22 ações a serem implementadas até Novembro de 2016. Um dos objectivos é monitorizar e investigar do ponto de vista social, económico e ecológico as questões relacionadas com o desperdício alimentar (através de um observatório nesta área), mas também inclui a ambição de implementar uma rede de núcleos para o combate ao desperdício alimentar nas 24 freguesias do município²⁶.

Mas para além das questões das desigualdades sociais, pobreza e desperdício alimentar, a saúde também tem mobilizado intervenções relevantes nesta matéria. Veja-se por exemplo a renovada vontade dos especialistas de saúde em repetir o único instrumento nacional de avaliação dos consumos alimentares dos portugueses – o Inquérito Alimentar Nacional –, cuja primeira edição data de 1980. Enquanto esperamos pela realização do segundo Inquérito Alimentar Nacional (já desenhado mas ainda não aplicado até ao momento da escrita deste relatório), temos disponíveis alguns relatórios que compilam de forma bastante exaustiva a situação alimentar no país. É o caso dos relatórios anuais Portugal – Alimentação Saudável em Números, já com duas edições (2013 e 2014) e promovido pela Direção Geral de Saúde. Do último relatório, publicado em 2014, constam os resultados de um inquérito aplicado nos centros de saúde portugueses que integra a escala de insegurança alimentar utilizada pelas autoridades de saúde norte-americanas, segundo a qual 23,9% dos portugueses inquiridos em 2013 nem sempre come o suficiente porque não tem dinheiro para comprar alimentos e 25,4% admite que nem sempre tem os alimentos que quer ou que necessita também por questões económicas (DGS, 2014).

Este relatório enquadra-se, aliás, no âmbito de um relevante instrumento político na área da saúde alimentar e que tem possibilitado uma atenção concreta às questões do acesso da população portuguesa a uma alimentação nutricionalmente adequada. Trata-se do Programa Nacional para a Promoção de uma Alimentação Saudável (PNPAS). Este programa desenhado e implementado pela Direção Geral de Saúde (DGS) tem como diretor o nutricionista Pedro Graça, e foi aprovado em 2012 por Despacho de 3 janeiro daquele ano pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministério da Saúde. A missão deste programa é:

«[...] melhorar o estado nutricional da população, incentivando a disponibilidade física e económica dos alimentos constituintes de um padrão alimentar saudável e criando as condições para que a população os valorize, aprecie e consuma, integrando-os nas suas rotinas diárias. É pressuposto deste programa que um consumo alimentar adequado e a consequente melhoria do estado nutricional dos cidadãos tenha um impacto directo na prevenção e controlo das doenças mais prevalentes a nível nacional (cardiovasculares, oncológicas, diabetes, obesidade) e que permita, simultaneamente, o crescimento e a competitividade

²⁶ Informação coligida de notícias que saíram no Público e no Observatório. Ver Inês Ventura, Combate ao desperdício alimentar vai travar-se nas 24 freguesias de Lisboa, Público, 15 de Janeiro de 2015; Fábio Monteiro, Luta contra o desperdício alimentar vai começar na escola, Observador, 16 de Outubro de 2014.

económica do país em outros sectores como os ligados à agricultura, ambiente, turismo, emprego ou qualificação profissional.» (DGS, 2012: 3; Graça e Gregório 2013: 7).

Algumas das atividades realizadas no âmbito deste programa têm focado na diminuição das desigualdades sociais nas áreas da alimentação e saúde, com uma atenção especial às questões da obesidade, insegurança alimentar, malnutrição. A título de exemplo de iniciativas e atividades que enquadram estas preocupações, refira-se a publicação do livro Alimentação Inteligente: Coma Melhor, Poupe Mais publicado pela DGS em parceria com a Edenred Portugal em 2012 (no âmbito do programa europeu Food), bem como a participação no Projeto EPHE (EPODE for the Promotion of Health Equity)²⁷.

Dinâmicas recentes das desigualdades sociais, da pobreza e do consumo alimentar em Portugal

De acordo com os dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) realizado pelo INE em 2013 (INE, 2014), nesse ano 27,4% da população estava em risco de pobreza ou exclusão social²⁸, o que representou uma subida de 2,4 p.p. relativamente a 2007 (25%). A taxa de risco de pobreza (após transferências sociais), por sua vez, posicionou-se nos 18,7%, o que indica um aumento de 0,6 p.p. face a 2007 (18,1%) e de 0,8 p.p. face a 2009 (17,9%). Entre os mais vulneráveis encontram-se as famílias com crianças, com uma taxa de risco de pobreza de 22,2%, um valor 2,2 p.p. superior ao registado em 2007 (20,4%), e que ascende a 33,1% no caso dos agregados compostos por apenas um adulto e pelo menos uma criança (38,9% em 2007) e a 40,4% no caso dos agregados constituídos por dois adultos e três ou mais crianças (31,9% em 2007). A população desempregada constitui outro dos grupos mais vulneráveis, com uma taxa de risco de pobreza de 40,2% em 2012, que corresponde a um aumento de 5,6% face a 2007 (34,6%) (INE, 2014).

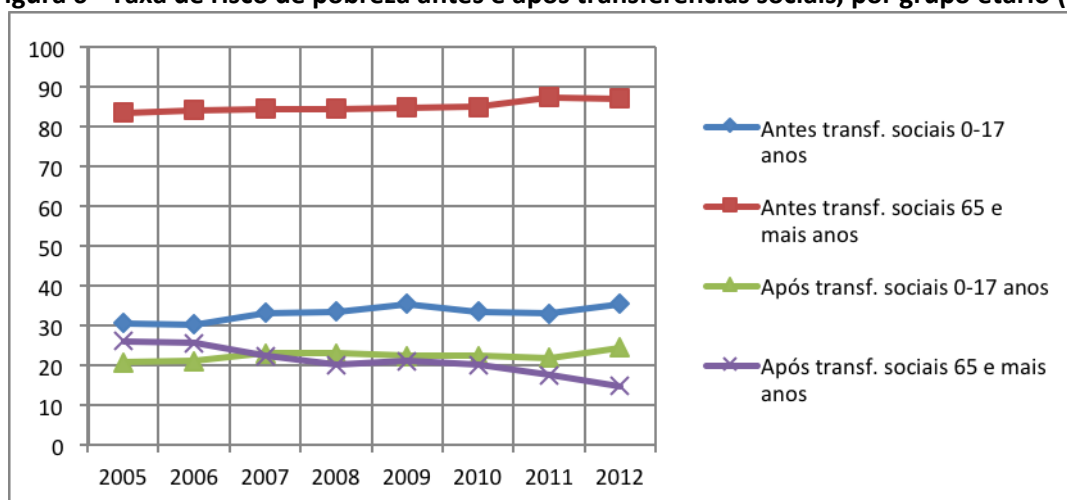
Conforme podemos verificar na figura 6, registou-se, também, um aumento da taxa de risco de pobreza (após transferências sociais) para crianças e jovens com idades até 17 anos, de 22,8% em 2007 para 24,4% em 2013. O crescimento da taxa de risco de pobreza (após transferências sociais) nas famílias com crianças e jovens (população com menos de 18 anos) contrasta com a manutenção da taxa de risco de pobreza na população idosa, que tem inclusive vindo a diminuir ligeiramente, situando-se atualmente nos 14,7% (INE, 2014). Apesar de a taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais também ter aumentado entre a população idosa, atingindo níveis preocupantes (i.e. superiores a 80%), observa-se que as transferências

²⁷ Informações mais detalhadas sobre estes programas e projetos ver o site do PNPAS <http://www.alimentacaosaudavel.dgs.pt/pnpas/>

²⁸ O indicador “População em risco de pobreza ou exclusão social combina indicadores construídos com base em informação relativa ao ano de referência do rendimento (Taxa de risco de pobreza e Intensidade laboral per capita muito reduzida) com um indicador com informação relativa ao ano do inquérito (Taxa de privação material severa)” (INE, 2014: 10).

sociais têm vindo a desempenhar um papel eficaz na atenuação do risco de pobreza (após transferências sociais) desta população, que é significativamente menor e com uma tendência regressiva.

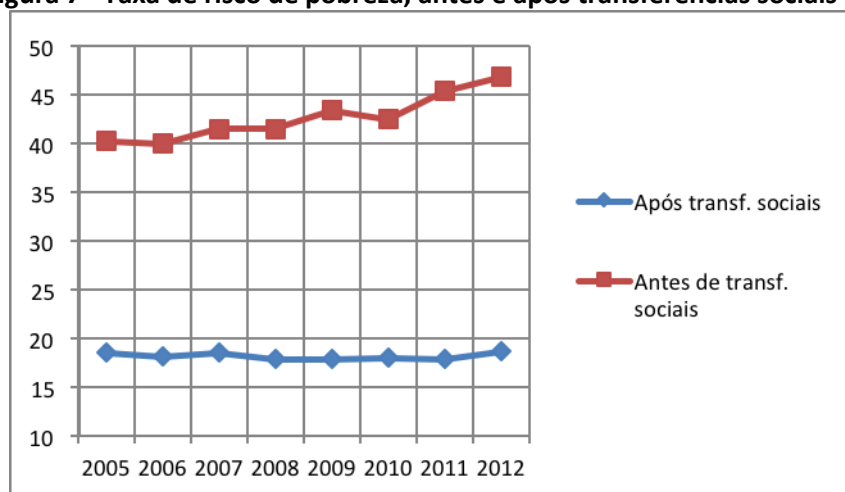
Figura 6 - Taxa de risco de pobreza antes e após transferências sociais, por grupo etário (%)



Fonte: INE, 2014

Os dados do EU-SILC (INE, 2014) permitem já avaliar o impacto dos recentes cortes nas prestações sociais (ver figura 7), observando-se uma redução na eficácia das transferências sociais do Estado na atenuação do risco de pobreza, nomeadamente no ligeiro aumento de 0,2 p.p. da taxa de risco de pobreza após transferência sociais (de 18,5% em 2007 para 18,7% em 2012). Todavia, as transferências sociais continuam a desempenhar um papel central atendendo ao facto de que a taxa de pobreza após transferência sociais variou significativamente menos do que a taxa de pobreza antes das transferências sociais (de 41,5% em 2007 para 46,9% em 2012), o que denota, também, os efeitos conjunturais da crise económica (e.g. desemprego) e de outras medidas de austeridade na precarização das condições de vida das famílias.

Figura 7 - Taxa de risco de pobreza, antes e após transferências sociais (%)

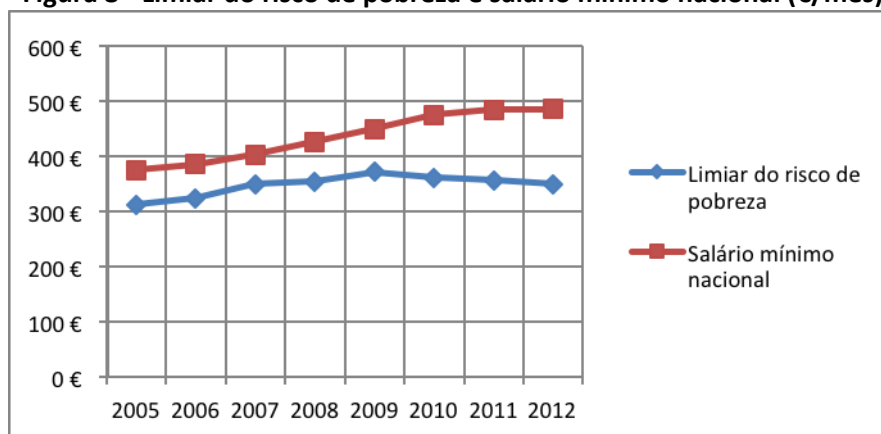


Fonte: INE, 2014

Considerando que Portugal apresentava, em 2013, uma taxa de desemprego de 16,5%, a quarta mais alta da União Europeia (INE, 2014), este é um dado particularmente preocupante e que deve ser colocado em

debate com o enfraquecimento do quadro de proteção social deste segmento registado nos últimos anos. Para além disso, a interpretação do agravamento dos indicadores de pobreza deve ter em conta a redução da linha de pobreza relativa (60% da mediana dos rendimentos monetários líquidos equivalentes) de 4.994 euros para 4.904 euros, ou noutros termos, de 416 euros para 409 euros mensais (ver figura 8)²⁹. Assim, as famílias em risco de pobreza apresentam neste período rendimentos por adulto equivalente consideravelmente inferiores ao salário mínimo nacional, fixado em 485 euros mensais desde 2011 (subindo recentemente para os 505 euros mensais).

Figura 8 - Limiar do risco de pobreza e salário mínimo nacional (€/mês)



Fonte: INE, 2014

Por outro lado, e apesar de o FMI ter vindo recentemente afirmar que os cortes progressivos nos salários da função pública e nas pensões foram eficazes do ponto de vista da proteção dos grupos com rendimentos mais baixos (FMI, 2014: 52), notando que os rendimentos do último quintil terão diminuído em cerca de 10%, enquanto os do primeiro quintil terão descido aproximadamente 5% (idem: 47), a evolução dos indicadores de desigualdades de rendimento não revela uma maior equidade³⁰. De acordo com os dados do EU-SILC (2013) (INE, 2014), o coeficiente de Gini em 2012 era de 34,2%, uma diminuição de apenas 0,3 p.p. face ao ano anterior. Acresce que se registou um aumento da disparidade de rendimentos entre segmentos com maiores e menores rendimentos: os 20% mais ricos tinham em 2012 rendimentos seis vezes mais altos do que os 20% mais pobres (5,6 em 2007) e; os 10% mais ricos tinham rendimentos 10,7 vezes superiores aos dos 10% mais pobres (9,2 em 2007) (INE, 2014).

²⁹ A taxa de risco de pobreza aumenta em todos estes casos quando se considera uma linha de pobreza ancorada em 2009, excluindo-se assim os condicionamentos inerentes à evolução do rendimento mediano e considerando a variação do índice de preços ao consumidor. A taxa de risco de pobreza calculada com base neste critério seria de 24,7% para a generalidade da população e de 30,9% para os menores de 18 anos (INE, 2014).

³⁰ Outros dados contestam parcialmente a progressividade do impacto distributivo das medidas de austeridade sobre o rendimento da população. De acordo com o Matsaganis e Leventi (2014), estima-se que o impacto tenha sido, entre o 2º e 9º decil, progressivamente entre 10% a 15% e, no primeiro e no último decil, de 20%. Ou seja, segundo a estimativa dos autores, entre o 1º e o 2º decil o impacto foi regressivo.

A taxa de privação material permite avaliar a situação económica das famílias atendendo à sua capacidade para adquirir bens e equipamentos essenciais e para fazer face a despesas básicas³¹ e permite aceder aos “sistemas de opções prioritárias dos cidadãos com menores possibilidades económicas, através do modo como orientam os seus escassos recursos, o que constitui informação preciosa sobre os respetivos valores e necessidades” (Almeida, 2013: 136). Os dados provisórios do EU-SILC (INE, 2014) apontam para um aumento considerável da taxa de privação material, que seria de 25,5% em 2013, mais 3,1 p.p. do que em 2007 (22,4%). A taxa de privação material severa sofreu também no mesmo período de tempo, passando de 9,6% em 2007 para 10,9% em 2013 (INE, 2014). A partir dos dados do módulo do EU-SILC (INE, 2014) sobre privação material fica também a saber-se que 2,2% das crianças portuguesas com idades até aos quinze anos pertenciam a agregados que afirmaram não ter capacidade para assegurar uma refeição diária de carne, peixe ou equivalente vegetariano para as crianças (4,9% em 2009) e que 1,4% das mesmas crianças não comiam fruta ou legumes pelo menos uma vez por dia (4,3% em 2009) (INE, 2014). A melhoria global das condições de vida das crianças, apesar da tendência genérica para a deterioração da disponibilidade financeira das famílias, poderá encontrar explicação num processo de desenvolvimento e estabilização de estratégias familiares para ultrapassar os constrangimentos impostos pela crise.

Para dar conta do agravamento das condições de vida das famílias portuguesas, é preciso considerar que, apesar da desaceleração da taxa de inflação (3,7% em 2011; 2,8% em 2012 e; 0,3% em 2013³²), o aumento das restrições impostas ao consumo (e.g. aumento do IVA de 21% para 23% em 2011) não foi acompanhado por um crescimento proporcional dos rendimentos da população, em particular dos mais pobres, que viram assim as suas condições de vida agravar-se. No quadro atual, a gestão de um orçamento familiar requer maior ponderação por parte das famílias, que, face ao aumento das despesas fixas de habitação, energia e transportes, e condicionadas por uma diminuição generalizada dos rendimentos, optam frequentemente por cortar na alimentação, muitas vezes a única rubrica de despesas em que conseguem fazer uma gestão mais flexível (INE, 2012).

“[...] recent cuts in social welfare have had disproportionate effect on different low income households’ budgetary capacity; since food expenditure is what many with insufficient money to manage have to cut, it is

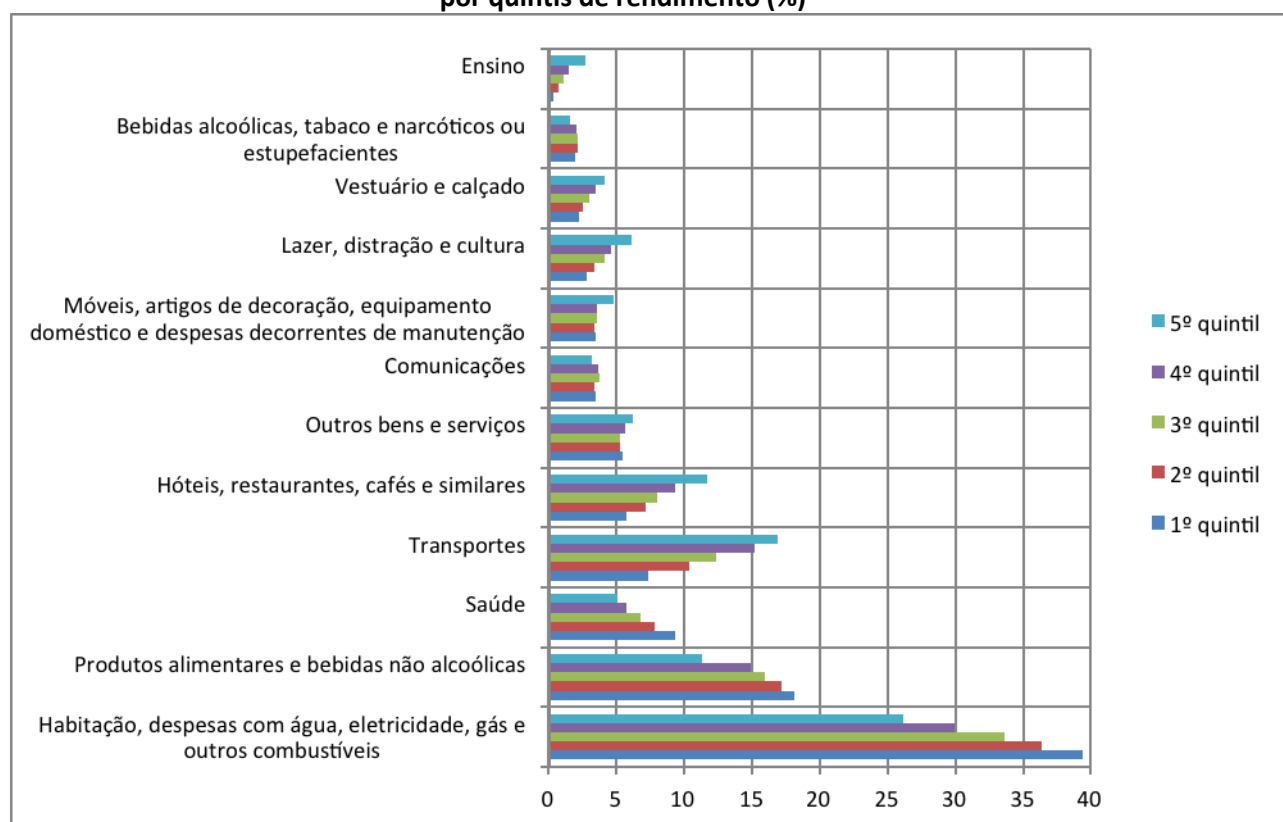
³¹ Condição do agregado doméstico privado no qual se verifica a carência forçada de pelo menos três dos seguintes nove itens, devido a dificuldades económicas: a) capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada e próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); b) capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) capacidade para pagar atempadamente rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) capacidade para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) capacidade para manter a casa adequadamente aquecida; f) capacidade para ter máquina de lavar roupa; g) capacidade para ter televisão a cores; h) capacidade para ter telefone fixo ou telemóvel; i) capacidade para ter automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) (INE, 2014).

³² Fonte: INE, Pordata.

extremely unlikely that such householders could purchase sufficient, appropriate food for health (Dowler, 2010).” (Dowler & O’Connor, 2012: 11)

De acordo com o relatório do IDEF – Inquérito às Despesas Familiares 2010/2011, publicado em 2012, a estrutura de despesas dos portugueses apresenta o mesmo perfil desde o início da década, registrando-se todavia uma quebra de 5,4% nas despesas com alimentação em 2010/11 face aos dados de 2000 (INE, 2012). Este decréscimo acompanha a tendência inversa registada ao nível das despesas com habitação, que aumentaram 9.4 p.p. no mesmo período (INE, 2012). Analisando a estrutura de despesas das famílias atendendo ao volume dos seus rendimentos (ver figura 9), verifica-se que, em 2010/11, havia uma maior concentração de despesa nas categorias da habitação, alimentação e saúde nos grupos mais desfavorecidos e uma maior dispersão de despesas entre os agregados com maiores rendimentos. De notar também que o peso relativo das despesas com hotéis, restaurantes, cafés e similares é bastante mais elevado nos grupos que auferem maiores rendimentos do que nos restantes, o que remete para um cenário de dificuldade de participação e acesso dos grupos mais carenciados a práticas alimentares situadas em espaço público (recorde-se como a restauração foi fortemente afetada com um aumento da taxa de IVA para 23% o que fez aumentar os preços das refeições) (INE, 2012).

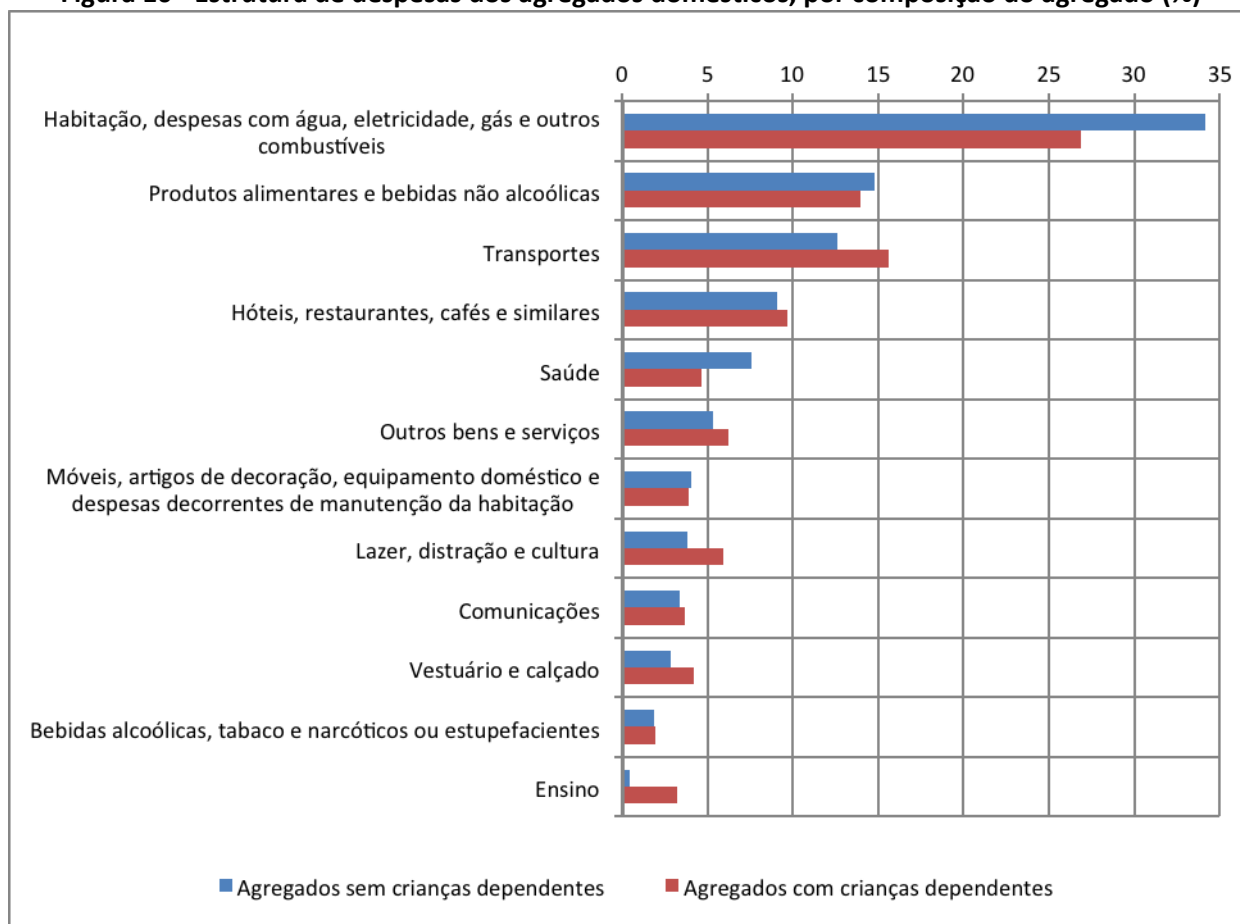
Figura 9 - Estrutura de despesas dos agregados familiares, por divisões da COICOP, por quintis de rendimento (%)



Fonte: IDEF, INE, 2012 (dados 2010/11)

A estrutura de despesas também varia em função da composição dos agregados familiares (ver figura 10). As famílias com crianças dependentes gastam uma maior proporção dos seus orçamentos com transportes (+3%), em ensino (+3%), em atividades de lazer, distração e cultura (+2%) e em vestuário e calçado (+1%) do que as famílias sem crianças, cujas despesas com habitação e consumos energéticos são superiores às dos restantes agregados em 8p.p. (INE, 2012).

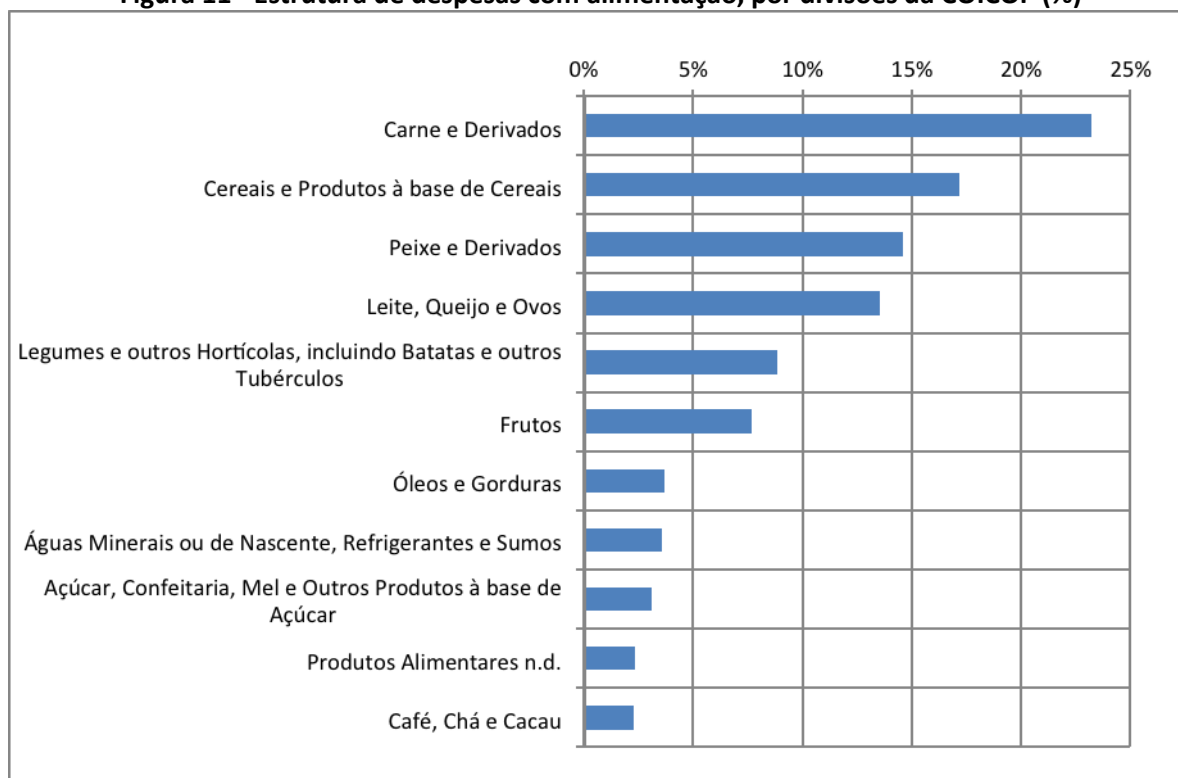
Figura 10 - Estrutura de despesas dos agregados domésticos, por composição do agregado (%)



Fonte: IDEF, INE, 2012 (dados 2010/11)

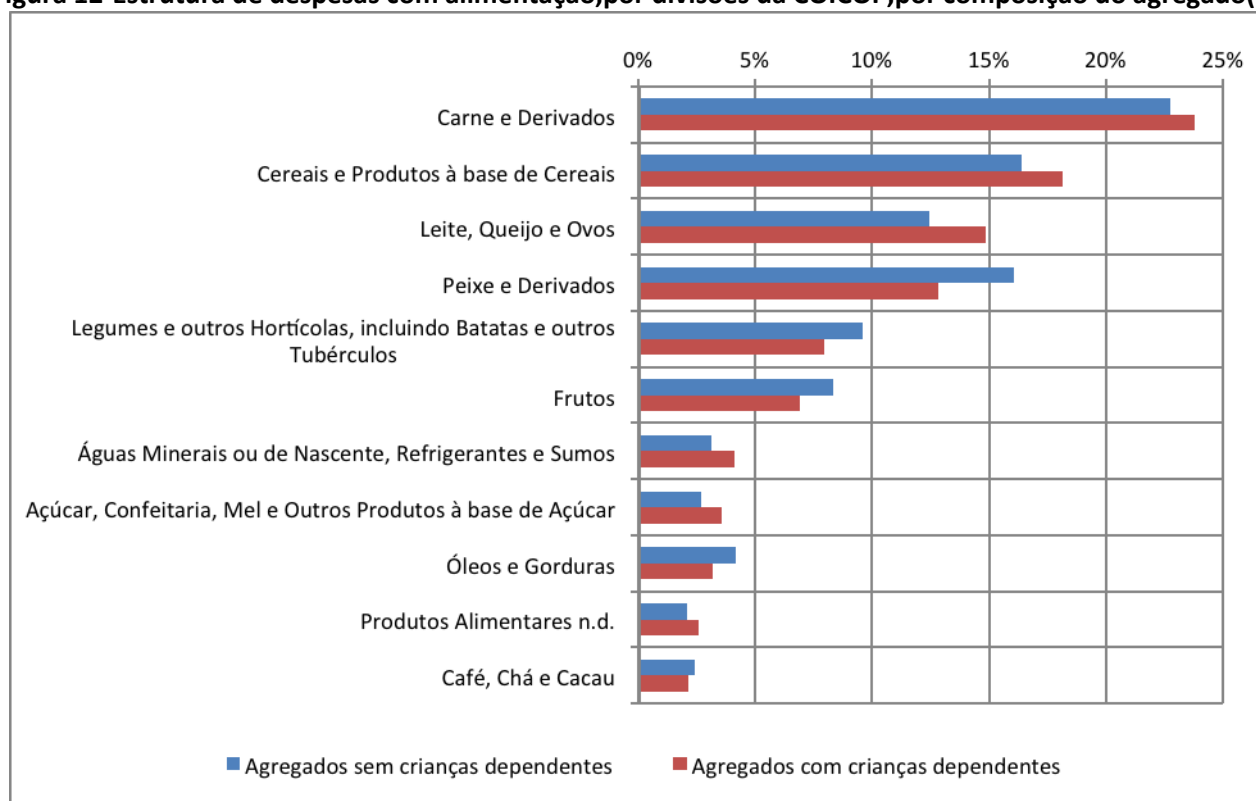
Em 2010/11, a despesa anual média dos agregados familiares com alimentação era de 2.508 euros. De acordo com o figura 11, as carnes são os produtos com os quais as famílias têm uma maior despesa anual (23%) independentemente dos rendimentos auferidos, seguindo-se os cereais e produtos derivados (17%), o peixe (15%) e os produtos lácteos (14%). Por sua vez, as famílias com crianças dependentes gastam, em média, mais 1.092 euros por ano em alimentação do que as famílias sem crianças, dedicando uma maior parte do seu orçamento a carnes (+1%), cereais (+2%) e produtos lácteos (+2%) (ver figura 12). Inversamente, as famílias sem crianças gastam proporções mais elevadas do seu orçamento em peixe (+3%), legumes (+2%) e frutos (+1%) (INE, 2012).

Figura 11 - Estrutura de despesas com alimentação, por divisões da COICOP (%)



Fonte: IDEF-INE 2012 (dados 2010/11)

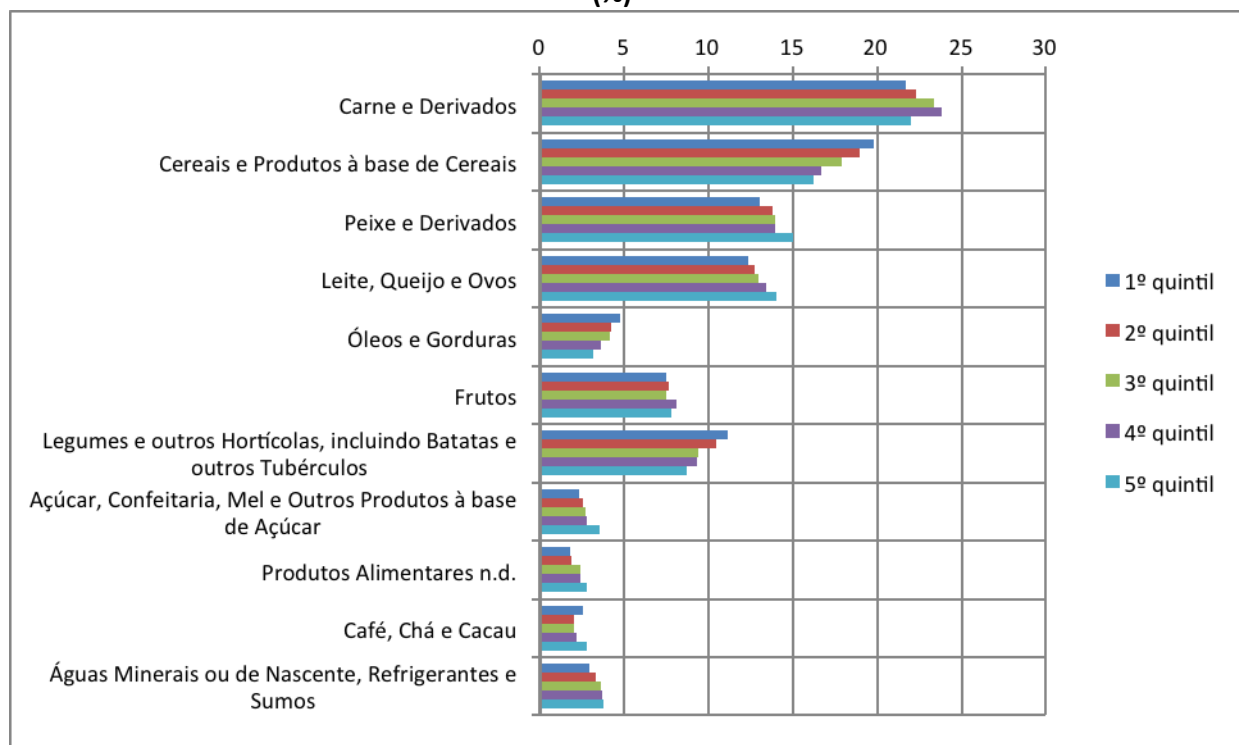
Figura 12-Estrutura de despesas com alimentação,por divisões da COICOP,por composição do agregado(%)



Fonte: IDEF, INE, 2012 (dados 2010/11)

Analisando a estrutura de despesas com alimentação tendo em conta o rendimento do agregado (ver figura 13), observa-se que as famílias com menores rendimentos (1º e 2º quintil) despendem uma parte ligeiramente maior do seu orçamento em cereais e produtos derivados (18,5% e 18,4%, respetivamente) do que as restantes; inversamente, as famílias com rendimentos mais elevados (5º quintil) gastam apenas 15,9% do orçamento alimentar nesta categoria. Observa-se também que quanto maiores os rendimentos, maior a percentagem do orçamento despendido em leite, queijo e ovos – as famílias do 5º quintil gastam, em média, mais 2,2 p.p. nesta categoria de alimentos do que as do 1º quintil. As famílias com menores rendimentos gastam mais em óleos e gorduras (4,9%) do que as restantes famílias, que despendem em média 3,6% do seu orçamento para alimentação nestes produtos. Os legumes e hortícolas são também uma categoria onde as famílias com menores rendimentos fazem despesas comparativamente maiores: as famílias do 1º quintil de rendimentos gastam 10,5% do total nesta categoria, enquanto as do 5º quintil gastam 8,4%. Para além destas diferenças mais expressivas, nota-se também que as famílias de maiores rendimentos fazem mais despesas com peixe e derivados (15,2% no 5º quintil) do que as de menores rendimentos (13,9% no 1º quintil), observando-se a mesma tendência quanto aos frutos (8,1% no 5º quintil e aproximadamente 7,5% nos restantes quintis) e também quanto ao açúcar, confeitaria, mel e derivados (3,7% no último quintil e 2,6% no primeiro quintil).

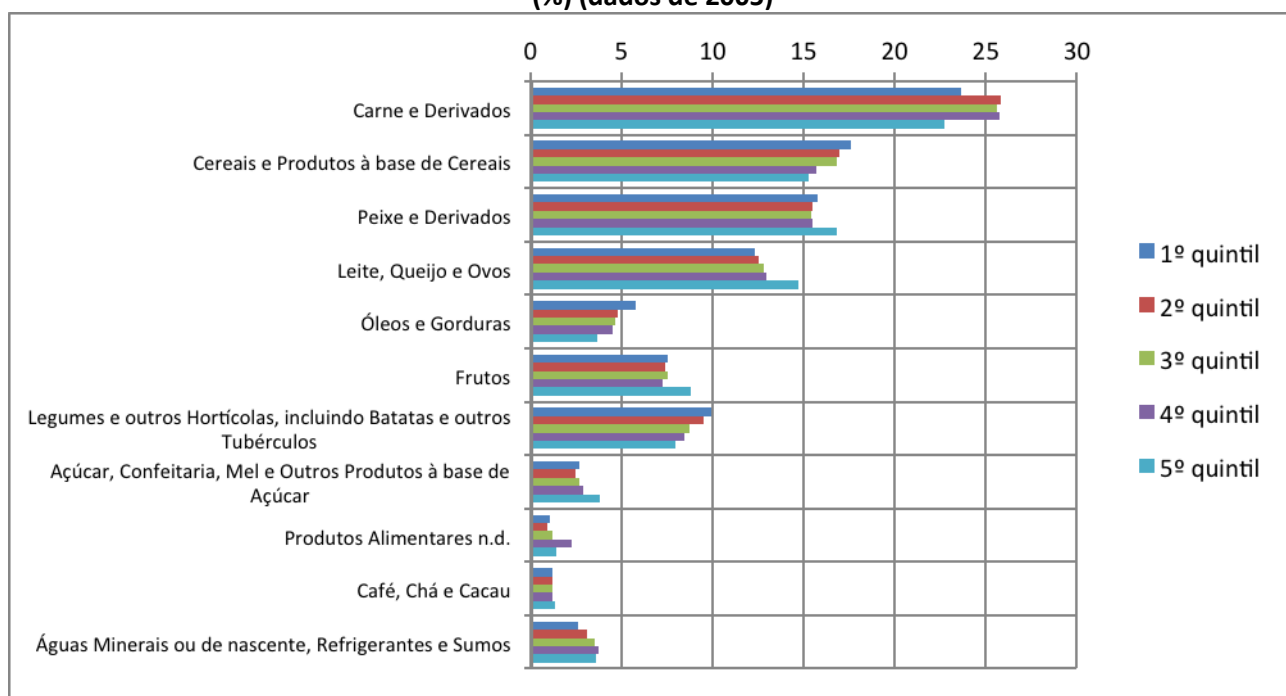
Figura 13 - Estrutura de despesas com alimentação, por categoria da COICOP, por quintil de rendimento (%)



Fonte: IDEF-INE, 2012 (dados 2010/11)

Se compararmos os dados do IDEF de 2010/2011 com os recolhidos no ano de 2005 (IDEF-INE,2005), não se registam grandes alterações na estrutura de despesas alimentares das famílias (ver figura 14) e a relação entre rendimentos e despesas por categoria de produto mantém-se, no geral, inalterada. Em termos gerais, ou seja, independentemente do quintil de rendimento, observa-se um ligeiro aumento das despesas com cereais e produtos derivados; uma diminuição das despesas com carne e derivados; uma diminuição das despesas com leite, queijo e ovos; uma pequena diminuição das despesas com óleos e gorduras; e um aumento das despesas com café, chá e cacau.

Figura 14 - Estrutura de despesas com alimentação, por categoria da COICOP, por quintil de rendimento (%) (dados de 2005)



Fonte: IDEF-INE, 2005

Complementarmente aos dados do IDEF (INE, 2012), se consideramos os dados disponibilizados pela Nielsen no portal “Conhecer a Crise”³³, ficamos a saber que, em termos médios, entre 2009 e 2013 as famílias gastaram mais dinheiro em carne e peixe (sem considerar os descontos e/ou outras promoções) e que, entre 2008 e 2013, consumiram, em média, menos leite e iogurtes e mais cereais, bolachas e bebidas.

A insegurança alimentar nas agendas políticas da Europa e de Portugal

O discurso oficial da União Europeia quanto à alimentação tem sempre integrado uma dimensão muito associada aos direitos humanos, invocando-se recorrentemente o princípio defendido pela Organização das Nações Unidas de que todas as pessoas têm direito a uma alimentação adequada (UN, 1976: 4). A integração da questão da alimentação no quadro dos direitos humanos tem no entanto vindo a ser amplamente

³³ Disponível em www.conheceracrise.com (consultado a 30 de Outubro de 2014).

discutida (Dowler, 2002; Dowler & O'Connor, 2012), sendo observado um desfasamento entre o discurso sobre a alimentação enquanto condicionante da saúde e, portanto, enquanto direito inalienável de todas as pessoas, e a conceção das políticas de apoio alimentar existentes, tanto ao nível comunitário como ao nível nacional. Efetivamente, a generalidade das medidas apresentadas no campo da alimentação, e em concreto da erradicação da pobreza alimentar, apresentam um cariz fortemente discricionário e, atendendo ao seu alcance relativamente limitado, não se constituem enquanto instrumentos para assegurar um direito consagrado de todos os indivíduos. Antes, as orientações comunitárias em torno da pobreza alimentar assentam no reconhecimento dos indivíduos enquanto agentes racionais, cujas competências em matéria de consumos alimentares podem, em caso de deficiência, ser melhoradas por via de programas de disseminação de informação e conhecimento.

«De uma forma geral as respostas das políticas públicas dentro de estados neoliberais partem de um modelo consumerista que se baseia na escolha informada: o fornecimento de recomendações sobre nutrição e dieta alimentar e a certificação dos produtos são consideradas respostas chave para qualquer agregado familiar, independentemente da sua situação económica ou social. A posição normalmente adoptada é questionar as competências ao nível dos indivíduos em famílias carenciadas, e focar na existência de conhecimento nutricional e capacidade de gerir um orçamento, fazer compras, cozinhar ou fazer a escolha acertada nas instituições (cantinas, etc.). Que as pessoas devam ser capazes de chegar às lojas, comprar a comida adequada, com dinheiro suficiente, é em grande medida deixada ao mercado para resolver, sendo que o custo dos alimentos em relação aos salários não é regulamentado» (Dowler e O'Connor 2012, 44-45).

De notar desde logo que a observação de Dowler e O'Connor tem por base uma investigação realizada no Reino Unido e na Irlanda, países com modelos de providência de tipo liberal, de acordo com a tipologia de Esping-Andersen (1990). O mesmo se aplica, contudo, ao caso português, onde o modelo de Estado-Providência permanece, de resto, num formato inacabado típico dos países da Europa do Sul (Silva, 2002). Analisando a trajetória dos programas europeus no âmbito do apoio alimentar desde os anos 80 até à atualidade, observa-se, de facto, uma certa prevalência do carácter essencialmente informativo ou educativo das linhas de atuação que não retira, apesar de tudo, o lugar ao estabelecimento de apoios para as populações mais carenciadas. De facto, logo em 1987 foi definido o regulamento e o orçamento para o fornecimento a organizações de caridade de géneros alimentares provenientes das existências de intervenção para distribuição às pessoas mais necessitadas da Comunidade Europeia³⁴. O programa surge, de resto, na sequência de um período de forte agravamento das condições de vida dos grupos mais

³⁴ Regulamento n.º 3730/87 do Conselho Europeu, de 10 de Dezembro de 1987.

desfavorecidos, despoletado por um Inverno particularmente frio e na sequência da crise de 1983/85, em que Portugal necessitou da assistência financeira do Fundo Monetário Internacional. Neste período ficou célebre a denúncia de casos de fome no país por parte do Bispo de Setúbal³⁵.

A partir do início dos anos 90, desde logo com a definição da estratégia comunitária para a alimentação e nutrição³⁶, a União Europeia marca uma posição no campo das políticas alimentares e de erradicação das desigualdades na saúde, posicionando-se num quadro de atuação essencialmente informativo, partindo implicitamente do pressuposto de que as desigualdades alimentares se prendem, em grande medida, com *deficits* de conhecimento sobre nutrição e alimentação. Assim, as medidas avançadas ao longo da década de 90 e durante a primeira década dos anos 2000 situam-se essencialmente no plano da disseminação de conhecimento e na promoção de estilos de vida saudáveis³⁷, sendo que o alvo das políticas se tem vindo a alargar do agente individual para os contextos sociais, com o aparecimento de propostas no sentido da transformação dos meios sociais mais desfavorecidos com vista ao favorecimento de práticas mais saudáveis, designadamente de atividade física³⁸.

Transversalmente, regista-se uma maior utilização do conceito de segurança alimentar, onde se incluem outras dimensões que lhe dão um âmbito mais alargado, frequentemente em detrimento do conceito de pobreza alimentar, que tem ficado mais diretamente associado a situações de efetiva carência ou privação alimentar.

*Em 1996, a Food and Agriculture Organization (FAO) definiu **segurança alimentar** como a condição em que “todas as pessoas têm, a todo o momento, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida sã.”*

In Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação³⁹

³⁵ “Portugal com crise idêntica à de Setúbal nos anos 80”, por Graciosa Silva, Diário de Notícias, 3 Novembro 2012. Disponível em http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2863810 (consultado a 27 Outubro 2014).

³⁶ Resolução n.º 90/C 329/01 do Conselho Europeu, de 3 de Dezembro de 1990.

³⁷ São exemplos desta estratégia de intervenção a Resolução n.º 2001/C 20/01, de 14 de Dezembro de 2000, do Conselho Europeu, sobre saúde e nutrição; a Rede Europeia de Escolas Promotoras da Saúde (REEPS), estabelecida em 1992, que se foca essencialmente na promoção de estilos de vida saudáveis em meio escolar;

³⁸ Esta transição observa-se a partir de 2005, quando se constitui a Plataforma Europeia de Ação da Saúde, Alimentação e Atividade Física e se propõe-se uma abordagem mais integrada, que ultrapasse a veiculação de informação para o consumidor, e que consiste na transformação do meio social com vista à promoção de estilos de vida mais saudáveis, nomeadamente através do estímulo da atividade física. Mais tarde, em 2007, quando é definida a Estratégia Europeia para a Nutrição, Excesso de Peso, Obesidade e problemas de saúde relacionados, segue-se a mesma estratégia, propondo-se mitigar o problema da prevalência do excesso de peso e obesidade nos grupos sociais desfavorecidos encorajando a atividade física, nomeadamente através da capacitação dos espaços públicos para estas práticas.

³⁹ Documento disponível em <http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm> (consultado a 30 de Outubro de 2014).

Recentemente, contudo, os efeitos da crise económica global no agravamento das condições de vida da população europeia fizeram-se sentir no discurso político comunitário, com a emergência de um conjunto de políticas e recomendações no sentido de combater a pobreza e proteger os mais desfavorecidos. No plano da alimentação, a diminuição do poder de compra da população e, em particular, dos grupos de menores rendimentos, gerou um interesse renovado sobre a questão da pobreza e insegurança alimentar, com a redefinição do quadro conceptual sobre a relação entre pobreza e alimentação. Desde logo, em Maio de 2008, perante uma acentuada subida dos preços dos alimentos, a Comissão Europeia apresenta o documento “Fazer face à subida dos preços dos géneros alimentícios: Orientações para a ação da UE”, onde se reconhece que o aumento abrupto dos preços dos produtos alimentares, em particular dos produtos-base como os cereais, a carne e os produtos lácteos, teve consequências graves para os grupos mais vulneráveis, também afetados pelo simultâneo aumento dos preços da energia e por uma perda generalizada de poder de compra. Face ao cenário apresentado, e às previsões para o seu desenvolvimento a médio prazo, são previstos, entre outras medidas de carácter mais amplo de regulação do mercado, apoios às pessoas mais carenciadas, nomeadamente com a revisão do programa europeu de distribuição de alimentos junto das pessoas mais carenciadas. Este regulamento é revisto em 2010, sendo estabelecido um orçamento de 500 milhões de euros anuais para a distribuição de alimentos⁴⁰. Mais recentemente, já em 2013, é criado o Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados (FEAC), que vem substituir o Programa Europeu de Distribuição de Alimentos às Pessoas Carenciadas.

A integração da alimentação no quadro de bem estar da Europa surge, então, num contexto de reconhecido e mediatizado agravamento das condições de vida da população, na sequência de uma crise económica de proporções globais e cujas consequências têm solicitado dos Estados e organizações transnacionais de governação respostas concretas no campo da previdência. Nesta conjuntura, as políticas que emergem são pois de carácter acentuadamente discricionário, focando-se na assistência aos casos mais graves de privação. Em Portugal, o cenário é muito idêntico, registando-se uma trajetória muito semelhante nas políticas alimentares e observando-se, porventura até com maior clareza do que ao nível comunitário, uma forte focalização das medidas de apoio alimentar avançadas no período pós-crise, em particular a partir de 2011.

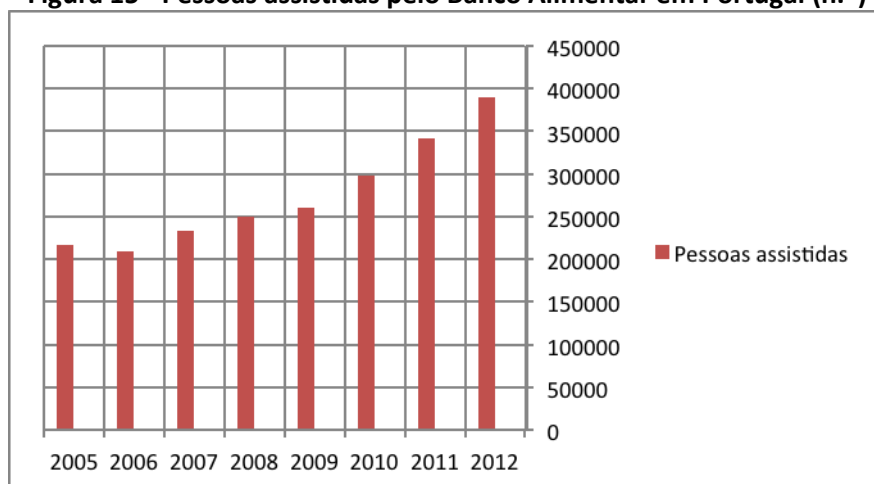
Iniciativas de combate à insegurança alimentar promovidas pela sociedade civil

As iniciativas de proteção social desenvolvidas pelo terceiro sector são anteriores à própria existência do Estado (Rodrigues, 2010). Estas traduzem-se nas ações levadas a cabo por instituições ou associações religiosas, de acordo com a doutrina cristã, mas também em entreajudas de carácter familiar ou de ilustres beneméritos da sociedade civil. Nos últimos anos, perante a insuficiência das respostas apresentadas pelo Estado português num contexto de agravamento das condições de vida da população, várias iniciativas têm

⁴⁰ Resolução n.º 945/2010, de 21 de Outubro de 2010.

emergido a partir da sociedade civil, onde o desperdício alimentar tem ganho especial atenção (Truninger *et al.* 2013a; Dowler & O'Connor 2012). O Banco Alimentar Contra a Fome, que constitui a mais importante organização não-governamental em Portugal a atuar no domínio específico da distribuição gratuita de alimentos a instituições locais que apoiam pessoas carenciadas, desde 1995 tem aumentado a sua capacidade de resposta, registando um aumento expressivo ao nível dos produtos recebidos, instituições apoiadas e pessoas assistidas (figura 15).

Figura 15 - Pessoas assistidas pelo Banco Alimentar em Portugal (n.º)



Fonte: Federação Europeia de Bancos Alimentares

O movimento *Zero Desperdício*, promovido pela associação DariAcordar, já terá distribuído mais de 780 mil refeições desde que começou a funcionar, em Abril de 2012, contando atualmente com o apoio de nove restaurantes, quatro superfícies comerciais e sete hotéis que contribuem com a oferta de refeições que nunca foram servidas, cujo prazo de validade está a chegar ao fim ou que não foram expostas nem estiveram em contacto com o público. Estas refeições são posteriormente entregues a organizações de solidariedade para distribuição junto das populações necessitadas.

Destaque-se também a iniciativa *Refood*, que opera a partir da mesma lógica de minimização do desperdício alimentar, e que foi desenvolvida pelo americano Hunter Halder. Começou a funcionar apenas em Lisboa, mas já está a alargar a sua rede para a região Norte, nomeadamente em Vila Nova de Gaia onde inaugurou recentemente um polo de ação. Em Lisboa, abrange já cinco freguesias do concelho e tem planos de crescimento ambiciosos, pretendendo alargar a sua presença a 30 freguesias alcançando assim um nível de distribuição mais alargado, à volta das 15 a 20 mil refeições por dia.

Outra iniciativa da sociedade civil que surgiu em 2012 e que tem chamado a atenção para as questões da insegurança alimentar e os direitos humanos à alimentação é a REALIMENTAR. Esta rede temática para a soberania e a segurança alimentar reúne «um conjunto de Organizações da Sociedade Civil portuguesa

preocupado com as políticas que impactam negativamente na soberania e segurança alimentar e nutricional em Portugal e no Mundo». O trabalho da rede e as organizações que a compõem (são dez com assento na comissão de coordenação) regem-se por uma carta composta por 22 princípios. O primeiro princípio articula-se com o conceito de segurança alimentar, nomeadamente: “O princípio do direito de todos a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares promotoras de saúde e culturalmente aceites”⁴¹. Esta rede pretende-se constituir como um espaço de reflexão e intervenção nos processos de construção de políticas públicas nacionais e internacionais, colocando como prioridades a defesa da soberania e segurança alimentar e nutricional e o Direito Humano à Alimentação, trazendo assim para este importante debate o enquadramento dos direitos humanos, nomeadamente o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Também os municípios têm dado resposta às carências identificadas a nível local, com afirmação do papel das autarquias no âmbito do programa de distribuição de leite escolar e na comparticipação das refeições escolares, bem como no desenvolvimento de programas locais de apoio às famílias desfavorecidas, desenvolvidos pelos técnicos de ação social das autarquias e ajustados às especificidades das comunidades locais.

⁴¹ Ver o website da rede REALIMENTAR em <http://www.realimentar.org/v1/> consultada a 10 de Março de 2015.

Parte II

4. Segurança Alimentar nas Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar: Resultados de um Inquérito Nacional

Situação de segurança alimentar das famílias

À semelhança da metodologia adotada pelo Departamento de Agricultura do Estados Unidos – USDA (Bickel et al., 2000), a avaliação da situação de segurança alimentar das famílias foi precedida de uma questão filtro que seleciona apenas os respondentes que indicam ter uma situação alimentar global desfavorável ou de carência.

Quadro 6 - Situação que melhor descreve a alimentação do agregado familiar nos últimos 12 meses (% em coluna)

	N.º	%
"Comemos sempre o suficiente e os alimentos que queremos"	1339	66,7
"Comemos sempre o suficiente mas nem sempre os alimentos que queremos"	619	30,9
"Por vezes não comemos o suficiente"	23	1,1
"Muitas vezes não comemos o suficiente"	25	1,2
Total	2006	100,0

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Nota: No quadro reportam-se 2006 casos no total, pois há um inquirido que não respondeu a esta pergunta e foi considerado *missing value*.

Com base no quadro 6 verifica-se que, do total dos respondentes 66,7% (n=1339) consideram que nos últimos 12 meses o seu agregado familiar experienciou uma situação alimentar apropriada às suas necessidades, ou seja, teve acesso a alimentos suficientes e adequados às suas preferências. Porém, uma parte considerável dos representantes afirma que, apesar dos membros do seu agregado familiar comerem o suficiente, nem sempre comem os alimentos que gostariam (30,9%, n=619) e 2,3% (n=48) diz que não comem o suficiente, por vezes (n=23) ou muitas vezes (n=25).

A insegurança alimentar é um fenómeno complexo e as suas causas são multidimensionais, remetendo para explicações sociais de natureza diversa. Nesse sentido, apresentou-se aos inquiridos um conjunto de motivos possíveis para a fragilidade da situação alimentar do seu agregado familiar e solicitou-se que indicassem quais os que se aplicam aos seus casos. A partir da leitura do quadro 7, confirma-se que a insegurança alimentar é um fenómeno que, apesar de ser multicausal, as causas económicas têm um grande peso. Mais concretamente, 63,5% dos respondentes que dizem comer o suficiente mas nem sempre os alimentos que gostariam justificam que isso se deve a não terem dinheiro suficiente para comprar alimentos. De modo menos expressivo, 15,2% justificam a sua situação com a dificuldade em encontrar alimentos de qualidade,

10,7% dizem ter dificuldade em aceder aos alimentos que querem e 10% afirmam que estão em dieta para perder peso. Por sua vez, o número de pessoas que remete para a falta de acessibilidade a locais de compra de alimentos é bastante reduzido. Uma percentagem ainda maior de pessoas remete para causas económicas quando se consideram os casos que registam uma situação alimentar mais desfavorável, indicando não comer o suficiente, por vezes ou muitas vezes.

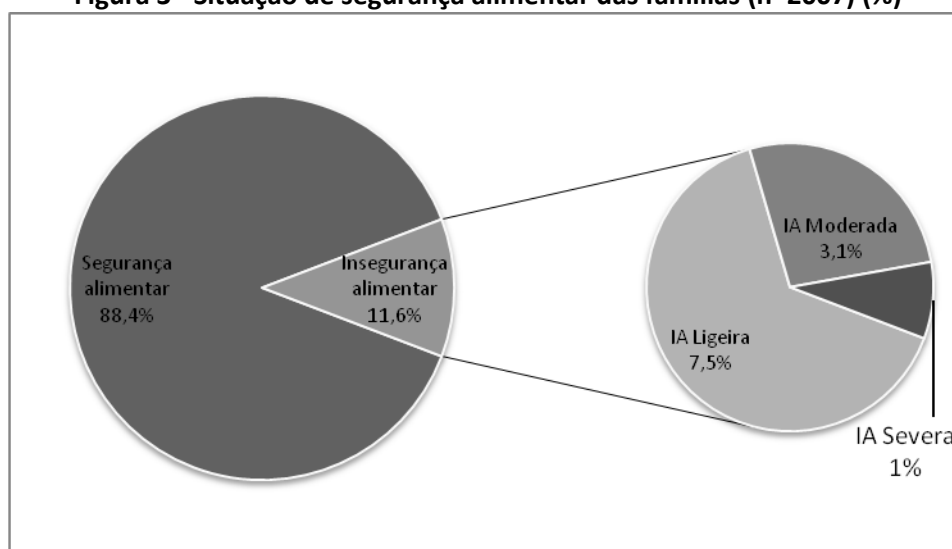
Quadro 7 - Fatores explicativos da situação alimentar do agregado familiar (%)

	"Comemos sempre o suficiente mas nem sempre os alimentos que queremos"		"Por vezes não comemos o suficiente"		"Muitas vezes não comemos o suficiente"	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
"Não temos dinheiro suficiente para comprar alimentos"	393	63,5	20	87,0	20	80,0
"É muito difícil ter acesso a um local de venda de alimentos"	36	5,8	2	8,7	6	24,0
"Estamos em dieta para perder peso"	62	10,0	3	13,0	3	12,0
"É muito difícil encontrar os tipos de alimentos que queremos"	66	10,7				
"É muito difícil encontrar alimentos de boa qualidade"	94	15,2				
"Não temos condições para cozinhar adequadamente (p. ex. falta de gás, eletricidade ou de algum eletrodoméstico) "			3	13,0	4	16,0
"Não somos capazes de cozinhar ou comer por problemas de saúde"			1	4,3	1	4,0

Nota: Existem células vazias porque, dependendo da situação alimentar reportada, são previstos conjuntos de fatores distintos.

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

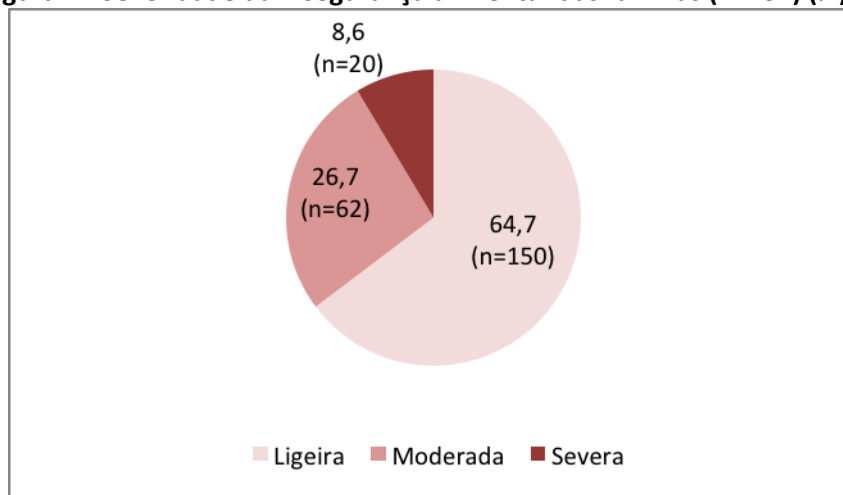
Figura 3 - Situação de segurança alimentar das famílias (n=2007) (%)



Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

De acordo com os resultados da aplicação da escala de insegurança alimentar junto da amostra em análise, existe um total de 11,6% (n=232) famílias em situação de insegurança alimentar.

Figura 4 - Severidade da insegurança alimentar das famílias (n=232) (%)



Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Entre as famílias que são classificadas como estando em situação de insegurança alimentar, a maior parte encontra-se no nível ligeiro, ou seja, não regista redução do tamanho ou número de refeições, mas manifesta preocupações quanto às suas disponibilidades alimentares que se traduzem na adoção de estratégias de adaptação, como a opção por alimentos mais baratos. Por outro lado, 26,7% das famílias em insegurança alimentar registam já uma diminuição no consumo alimentar, com salvaguarda, contudo, da alimentação das crianças. O mesmo não se verifica nas famílias que se encontram no nível mais severo de insegurança alimentar (8,6%), onde todos os elementos do agregado são afetados pela redução do consumo alimentar, incluindo as crianças.

Caracterização das famílias, por situação de segurança alimentar

As famílias da amostra apresentam características distintas quando se comparam grupos tendo em conta a situação de segurança alimentar. Para além de uma análise descritiva dos elementos diferenciadores das famílias em função da sua situação de segurança alimentar, propõe-se uma análise de perfis sociais identificados com base na associação entre um conjunto atributos de caracterização social e que correspondem a diferentes situações alimentares.

Quadro 8 - Distribuição das famílias por região (NUT II), por situação de segurança alimentar (% em coluna)

	Segurança alimentar		Insegurança alimentar							
			Ligeira		Moderada		Severa		Sub-Total	
	N.º	%	N.º	N.º	%	%	N.º	%	N.º	%
Norte	656	37,0	60	40,0	19	30,6	14	70,0	93	40,1
Centro	389	21,9	28	18,7	13	21,0	3	15,0	44	19,0
Lisboa	526	29,6	47	31,3	20	32,3	3	15,0	70	30,2
Alentejo	123	6,9	8	5,3	7	11,3	0	0,0	15	6,5
Algarve	81	4,6	7	4,7	3	4,8	0	0,0	10	4,3
Total	1775	88,4	150	7,5	62	3,1	20	1,0	232	11,6

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Não se observam assimetrias regionais consideráveis na distribuição das famílias atendendo à sua situação de segurança alimentar, salvo uma certa concentração dos casos de insegurança alimentar severa na região Norte do país (14 casos). Apesar do seu reduzido número no total da amostra, o que não permite fazer interpretações muito conclusivas, fica apenas a nota que pode ser interessante aprofundar em futuros estudos a insegurança alimentar nesta região.

Quadro 9 - Distribuição das famílias por tipo de meio de residência, por situação de segurança alimentar (% em coluna)

	Segurança alimentar		Insegurança alimentar							
			Ligeira		Moderada		Severa		Sub-Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Urbano	1018	57,4	82	54,7	37	59,7	9	45,0	128	55,2
Semiurbano	441	24,9	40	26,7	17	27,4	5	25,0	62	26,7
Rural	315	17,8	28	18,7	8	12,9	6	30,0	42	18,1
Total	1774	100,0	150	100,0	62	100,0	20	100,0	232	100,0

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Quanto ao efeito do tipo de meio sobre a condição de segurança alimentar das famílias, as diferenças que observamos também não são assinaláveis, o que nos leva a notar que a insegurança alimentar se encontra disseminada de modo relativamente homogéneo independentemente dos fatores de localização geográfica dos agregados domésticos.

Quadro 10 - Nível de escolaridade mais elevado completado pelo pai e pela mãe, por situação de (in)segurança alimentar (% em coluna)

		Segurança alimentar		Insegurança alimentar							
				Ligeira		Moderada		Severa		Sub-Total	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Pai	Até 2º CEB	241	14,2	36	25,5	17	29,3	11	64,7	64	14,6
	Até 3º CEB	364	21,4	44	31,2	20	34,5	2	11,8	66	15,0
	E. Secundário	627	36,9	52	36,9	17	29,3	3	17,6	72	16,4
	E. Superior	468	27,5	9	6,4	4	6,9	1	5,9	14	3,2
	Total	1700	100,0	141	100,0	58	100,0	17	100,0	216	49,2
Mãe	Até 2º CEB	163	9,3	24	16,6	12	20,3	9	47,4	45	10,3
	Até 3º CEB	239	13,6	47	32,4	14	23,7	5	26,3	66	15,0
	E. Secundário	647	36,9	55	37,9	23	39,0	3	15,8	81	18,5
	E. Superior	705	40,2	19	13,1	10	16,9	2	10,5	31	7,1
	Total	1754	100,0	145	100,0	59	100,0	19	100,0	223	50,8

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

As famílias inseguras distinguem-se das seguras por apresentarem níveis de escolaridade tendencialmente mais baixos, sobretudo nos agregados onde as situações alimentares são mais frágeis. Nas famílias onde existe insegurança alimentar, mais de ¼ dos pais e das mães tem níveis de escolaridade até ao 3º ciclo do ensino básico, o que contrasta com as proporções consideráveis de pais e mães das famílias seguras que concluíram o ensino superior (27,5% e 40,2%, respetivamente).

Quadro 11 - Situação profissional dos pais, por situação de segurança alimentar (% em coluna)

	Segurança alimentar		Insegurança alimentar							
			Ligeira		Moderada		Severa		Sub-Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Ambos empregados	1209	72,8	64	48,5	22	42,3	3	18,8	89	44,5
Um empregado e um desempregado	278	16,7	36	27,3	20	38,5	6	37,5	62	31,0
Ambos desempregados	28	1,7	10	7,6	3	5,8	3	18,8	16	8,0
Um empregado e um noutra situação	116	7,0	15	11,4	5	9,6	1	6,3	21	10,5
Ambos noutras situações	30	1,8	7	5,3	2	3,8	3	18,8	12	6,0
Total	1661	100	132	100	52	100	16	100	200	100

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Em quase ¾ das famílias seguras ambos os pais encontram-se empregados e em 16,7% existe um empregado e um desempregado – sendo que se regista sensivelmente o dobro destes casos nas famílias inseguras (31%). Por outro lado, apenas 1,7% das famílias seguras registam situações de duplo desemprego, enquanto que nas famílias inseguras a percentagem aumenta para 7,6% e para 18,8% nas famílias com níveis mais severos de insegurança alimentar.

Quadro 12 - Profissão dos pais (Classificação Nacional de Profissões), por situação de segurança alimentar (% em coluna)

		Segurança alimentar		Insegurança alimentar							
				Ligeira		Moderada		Severa		Sub-Total	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Pai	Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	110	7,6	0	0,0	1	2,6	0	0,0	1	0,8
	Especialistas das profissões intelectuais e científicas	319	22,0	5	5,7	4	10,5	0	0,0	9	6,8
	Técnicos e profissionais de nível intermédio	262	18,1	9	10,2	5	13,2	1	16,7	15	11,4
	Pessoal administrativo e similares	123	8,5	6	6,8	2	5,3	2	33,3	10	7,6
	Pessoal dos serviços e vendedores	174	12,0	20	22,7	5	13,2	0	0,0	25	18,9
	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	24	1,7	0	0,0	2	5,3	0	0,0	2	1,5
	Operários, artífices e trabalhadores similares	270	18,6	22	25,0	15	39,5	3	50,0	40	30,3
	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagens	112	7,7	18	20,5	1	2,6	0	0,0	19	14,4
	Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio	53	3,7	8	9,1	3	7,9	0	0,0	11	8,3
	Trabalhadores não qualificados da construção, indústria e transportes	4	,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total		1451	100,0	88	100,0	38	100,0	6	100,0	132	100,0
Mãe	Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	54	4,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Especialistas das profissões intelectuais e científicas	274	20,2	7	8,3	1	3,3	1	12,5	9	7,4
	Técnicas e profissionais de nível intermédio	292	21,5	5	6,0	2	6,7	1	12,5	8	6,6
	Pessoal administrativo e similares	312	23,0	29	34,5	10	33,3	2	25,0	41	33,6
	Pessoal dos serviços e vendedores	302	22,2	32	38,1	14	46,7	4	50,0	50	41,0
	Agricultoras e trabalhadoras qualificadas da agricultura e pescas	5	,4	1	1,2	0	0,0	0	0,0	1	0,8
	Operárias, artífices e trabalhadoras similares	7	,5	2	2,4	1	3,3	0	0,0	3	2,5
	Operadoras de instalações e máquinas e trabalhadoras de montagens	8	,6	3	3,6	0	0,0	0	0,0	3	2,5
	Trabalhadoras não qualificadas dos serviços e comércio	71	5,2	3	3,6	2	6,7	0	0,0	5	4,1
	Trabalhadoras não qualificadas da construção, indústria e transportes	33	2,4	2	2,4	0	0,0	0	0,0	2	1,6
Total		1358	100	84	100	30	100	8	100	122	100

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

As profissões mais frequentes nos pais das famílias inseguras concentram-se no setor dos operários, artífices e trabalhadores similares (30,3%) e no do pessoal dos serviços e vendedores (18,9%), registando-se também alguma preponderância dos operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem (14,4%). Inversamente, nas famílias seguras, a maior parte dos pais trabalham como especialistas das profissões

intelectuais e científicas (22%), observando-se também um número considerável de operários, artífices e trabalhadores similares (18,6%) e também alguma concentração nos trabalhos de nível intermédio (18,1%). Quanto às mães das famílias inseguras, uma grande parte trabalha nos serviços e vendas (41%) ou como administrativas (33,6%). Nas famílias seguras, a distribuição é mais equilibrada, com percentagens consideráveis a trabalhar nos níveis intermédios (21,5%) e também nas profissões intelectuais e científicas (20,2%).

Quadro 13 - Rendimento médio mensal do agregado (€), por situação de segurança alimentar (%)

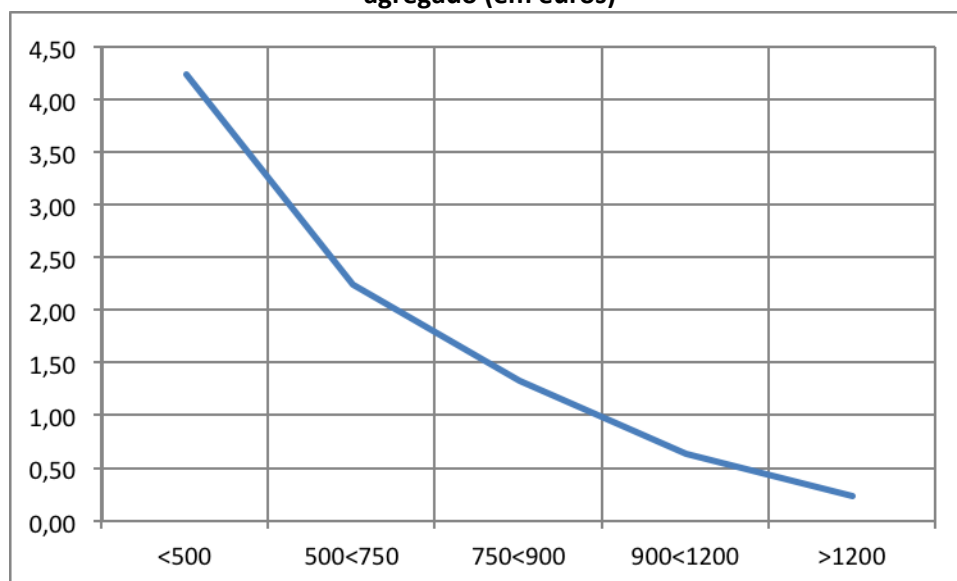
	Segurança alimentar		Insegurança alimentar							
			Ligeira		Moderada		Severa		Sub-Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<500	66	4,1	35	24,6	19	31,7	11	57,9	65	29,4
500<750	146	9,1	29	20,4	22	36,7	4	21,1	55	24,9
750<900	202	12,5	33	23,2	10	16,7	3	15,8	46	20,8
900<1200	305	18,9	23	16,2	6	10,0	0	0,0	29	13,1
>1200	892	55,4	22	15,5	3	5,0	1	5,3	26	11,8
Total	1611	100	142	100	60	100	19	100	221	100

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

A distribuição das famílias por escalões de rendimento médio mensal varia inversamente entre os agregados seguros e inseguros, observando-se assim uma forte associação entre os recursos financeiros disponíveis e a situação alimentar das famílias⁴². A figura abaixo representa o índice de insegurança alimentar médio para cada escalão de rendimento, permitindo observar de maneira mais imediata o impacto dos rendimentos sobre a segurança alimentar das famílias.

⁴² Considerando apenas os casos classificados com insegurança alimentar: Coeficiente Eta = 0,281 (relação fraca). Para o conjunto total da amostra: Coeficiente Eta = 0,433 (relação média).

Figura 18 - Índice de insegurança alimentar (média), por escalão de rendimento médio mensal do agregado (em euros)



Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Com vista à identificação de diferentes perfis no grupo das famílias em insegurança alimentar, procedeu-se a uma análise de correspondências múltiplas (ACM)⁴³ tendo por base um conjunto de indicadores de caracterização, a saber: região (NUT II) e tipo de meio de residência (urbano, semiurbano ou rural); indicador familiar de classe⁴⁴; situação profissional dos pais⁴⁵; escolaridade dos pais⁴⁶ e; rendimento. Para além destes indicadores, introduziu-se na análise, como variável suplementar, o índice de insegurança alimentar. Posteriormente, e com base nos resultados da ACM, realizou-se uma análise de *clusters*⁴⁷ da qual resultou a identificação de quatro perfis de famílias.

⁴³ Ver Anexo 2.

⁴⁴ O indicador familiar de classe foi construído tendo como referência a metodologia introduzida em Machado et al. (2003).

⁴⁵ A situação profissional dos pais foi definida tendo em conta a situação profissional individual do pai e da mãe.

⁴⁶ A escolaridade dos pais tem em conta o nível de escolaridade mais elevado completado pelo pai e pela mãe, considerando-se para o indicador compósito o nível mais elevado completado dos dois.

⁴⁷ Ver Anexo 3.

Quadro 14 - Caracterização dos perfis de insegurança alimentar identificados (n=232)

Perfil	Nível de insegurança alimentar	Caracterização
1	Moderado <i>média=7,1</i>	<ul style="list-style-type: none"> Corresponde a 40,9% das famílias inseguras (n=95). As famílias deste perfil residem maioritariamente em meios urbanos ou semiurbanos, predominantemente nas regiões Norte e de Lisboa. 74,1% das famílias tem pelo menos um dos pais desempregados. 73% das famílias tem rendimentos mensais médios inferiores a 750eur. Observa-se uma clara concentração no grupo dos agricultores independentes (44,7%) e agricultores independentes pluriativos (36,5%). 13,7% das famílias têm três ou mais crianças.
2	Severo <i>média=8,4</i>	<ul style="list-style-type: none"> Corresponde a 13,8% das famílias inseguras (n=32). Estas famílias dividem-se entre meios urbanos e rurais, concentrando-se nas regiões Norte, Centro e Lisboa. Apresentam baixos níveis de escolaridade, com 87% dos pais a registar escolaridades até ao 3º ciclo do ensino básico. 51,9% das famílias tem ambos os pais desempregados. Todas as famílias têm rendimentos mensais médios abaixo dos 500eur. Os dados existentes para caracterizar as famílias do perfil 2 em termos de classe social apenas permitem identificar pertenças ao grupo dos trabalhadores independentes e dos agricultores independentes. A maior parte (87,5%) das crianças tem acesso a apoios no âmbito da ação social escolar (ASE). 25% das famílias têm três ou mais crianças. 30% das famílias residem em casas arrendadas a preço de mercado; 26,7% em casas arrendadas com preços reduzidos; 13,3% moram em casas de familiares ou amigos e apenas 30% possuem casa própria (com ou sem crédito à habitação)
3	Ligeiro <i>média=6,4</i>	<ul style="list-style-type: none"> Corresponde a 45,3% das famílias inseguras (n=105). A maior parte das famílias reside em meios urbanos, sobretudo em Lisboa e no Norte. Este é o perfil mais escolarizado, sendo que 57,1% dos pais têm o ensino secundário e 20% concluíram o ensino superior. A maior parte das famílias (93,5%) tem ambos os pais empregados. Regista-se uma relativa heterogeneidade em termos dos rendimentos das famílias. 23,9% das famílias pertencem ao grupo dos profissionais técnicos e de enquadramento; 26,1% ao grupo dos empregados executantes e; 28,4% ao grupo dos assalariados executantes pluriativos; observando-se frequências mais reduzidas para os restantes grupos. 21% das famílias têm 3 ou mais crianças.

Quadro 15 - Distribuição das famílias inseguras por região (NUT II) e por perfil de insegurança alimentar (% em coluna)

	Perfil 1		Perfil 2		Perfil 3	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Norte	48	50,5	14	43,8	31	29,5
Centro	18	18,9	8	25,0	18	17,1
Lisboa	20	21,1	8	25,0	42	40,0
Alentejo	8	8,4	2	6,3	5	4,8
Algarve	1	1,1	0	0,0	9	8,6

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Quadro 16 - Distribuição das famílias inseguras por tipo de meio e por perfil de insegurança alimentar (% em coluna)

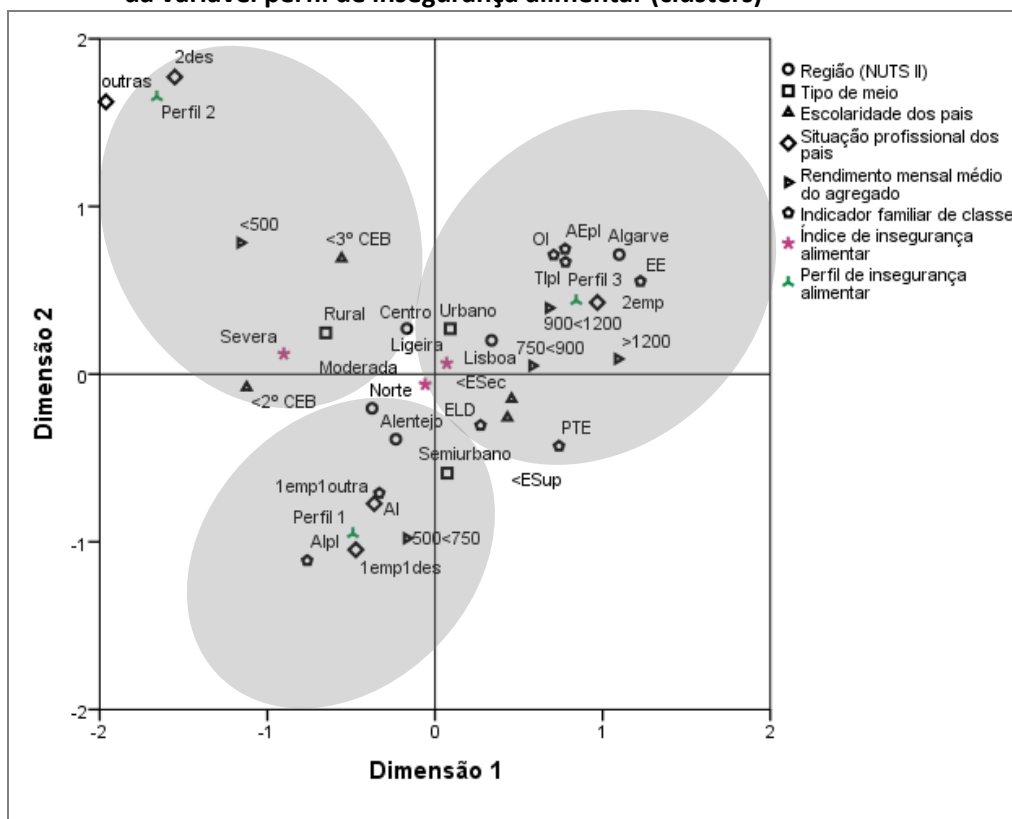
	Perfil 1		Perfil 2		Perfil 3	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Urbano	41	43,2	18	56,3	69	65,7
Semiurbano	36	37,9	4	12,5	22	21,0
Rural	18	18,9	10	31,3	14	13,3

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Quanto à distribuição regional, observa-se que na região Norte estão mais famílias do perfil 1 e perfil 2, mas com destaque para o perfil 1 (50,5%). O perfil 3 está mais representado na região de Lisboa (40%). Relativamente ao tipo de meio, destaca-se a maior representação do perfil 3 em meios urbanos, contrastante com a presença mais proeminente das famílias do perfil 2 em zonas rurais.

A figura seguinte apresenta a projeção dos perfis de insegurança alimentar no espaço de caracterização das famílias.

Figura 19 - Configuração do espaço social da insegurança alimentar, com projeção da variável perfil de insegurança alimentar (clusters)



Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Prevalência da insegurança alimentar

A insegurança alimentar é um fenómeno complexo e que, apesar de depender fortemente de fatores económicos, decorre de um conjunto alargado de causas. Importa, pois, identificar os grupos mais expostos ao risco da insegurança alimentar, avaliando para tal efeito a sua prevalência em diferentes segmentos sociais.

Quadro 7 - Prevalência da insegurança alimentar, por região (% em coluna)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve	
	N.º	%	N.º	%	%	%	N.º	%	N.º	%
Segurança alimentar	656	87,6	389	89,8	526	88,3	123	89,1	81	89,0
Ligeira	60	8,0	28	6,5	47	7,9	8	5,8	7	7,7
Moderada	19	2,5	13	3,0	20	3,4	7	5,1	3	3,3
Severa	14	1,9	3	,7	3	,5	0	0,0	0	0,0
Total	749	100,0	433	100,0	596	100,0	138	100,0	91	100,0

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Em termos médios, o nível de segurança alimentar para o conjunto das regiões território continental é de 88,4%, não se verificando assimetrias regionais a assinalar. A região Norte distingue-se por apresentar um nível ligeiramente mais elevado de insegurança alimentar severa (1,9% para uma média nacional de 1%), enquanto se trata de uma situação ausente na amostra nos casos das regiões do Algarve e do Alentejo, provavelmente porque, em termos demográficos, terem uma população mais reduzida de famílias com crianças. No caso da insegurança alimentar moderada destaca-se no Alentejo um valor ligeiramente acima da média nacional (5,1% para 3,1%). Por fim, Lisboa e Norte apresentam os valores mais elevados de insegurança alimentar ligeira em relação à média nacional (7,5%).

Quadro 8 - Prevalência da insegurança alimentar, por tipo de meio (% em coluna)

	Urbano		Semiurbano		Rural	
	N.º	%	N.º	%	%	%
Segurança alimentar	1018	88,8	441	87,7	315	88,2
Ligeira	82	7,2	40	8,0	28	7,8
Moderada	37	3,2	17	3,4	8	2,2
Severa	9	,8	5	1,0	6	1,7
Total	1146	100,0	503	100,0	357	100,0

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

A forma mais severa de insegurança alimentar é mais prevalecente nos meios rurais (1,7%). No entanto, as diferenças entre os três tipos de meios considerados não são acentuadas, sobretudo atendendo ao reduzido número de casos nas amostras definidas.

Quadro 9 - Prevalência da insegurança alimentar, por nível de escolaridade dos pais (% em coluna)

	Até 2º CEB		Até 3º CEB		E. Secundário		E. Superior	
	N.º	%	N.º	%	%	%	N.º	%
Segurança alimentar	87	69,6	196	78,4	620	85,9	782	95,6
Ligeira	23	18,4	31	12,4	71	9,8	24	2,9
Moderada	7	5,6	19	7,6	26	3,6	10	1,2
Severa	8	6,4	4	1,6	5	,7	2	,2
Total	125	100,0	250	100,0	722	100,0	818	100,0

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

A insegurança alimentar, nos três níveis considerados, afeta sobretudo as famílias com pais menos escolarizados, com escolaridades até ao 3º ciclo do ensino básico, o que revela o impacto do capital escolar sobre a situação alimentar das famílias.

Quadro 20 - Prevalência da insegurança alimentar, por situação profissional dos pais (% em coluna)

	Ambos empregados		Um empregado e um desempregado		Ambos desempregados		Um empregado e um noutra situação		Ambos noutras situações	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Segurança alimentar	1209	93,1	278	81,8	28	63,6	116	84,7	30	71,4
Ligeira	64	4,9	36	10,6	10	22,7	15	10,9	7	16,7
Moderada	22	1,7	20	5,9	3	6,8	5	3,6	2	4,8
Severa	3	0,2	6	1,8	3	6,8	1	,7	3	7,1
Total	1298	100	340	100	44	100	137	100	42	100

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

A insegurança alimentar assume prevalências mais preocupantes nas famílias afetadas pelo duplo desemprego, sendo que quase 22,7% destes agregados de encontram em situação de insegurança alimentar ligeira, 6,8% em insegurança alimentar moderada e também 6,8% em insegurança alimentar severa. De salientar também a maior vulnerabilidade das famílias com situações profissionais diversas, onde um ou ambos os pais se encontram, por exemplo, incapacitados para o trabalho. Nota-se contudo que também as

famílias com inserção profissional de ambos os pais são atingidas pela insegurança alimentar, preponderantemente no nível ligeiro (4,9%).

Quadro 21 - Prevalência da insegurança alimentar, por escalão de rendimento mensal médio do agregado (% em coluna)

	Até 500€/mês		500€ a 750€/mês		750€ a 900€/mês		900€ a 1200€/mês		Mais de 1200€/mês	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Segurança alimentar	66	50,4	146	72,6	202	81,5	305	91,3	892	97,2
Ligeira	35	26,7	29	14,4	33	13,3	23	6,9	22	2,4
Moderada	19	14,5	22	10,9	10	4,0	6	1,8	3	0,3
Severa	11	8,4	4	2,0	3	1,2	0	0,0	1	0,1
Total	131	100	201	100	248	100	334	100	918	100

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

As famílias com rendimentos médios mais baixos, inferiores a 500€/mês, estão mais sujeitas ao risco de insegurança alimentar, apresentando as prevalências mais elevadas de todos os níveis de insegurança alimentar e observando-se desde logo que cerca de metade destes agregados se encontram em situação de insegurança alimentar. A relevância do capital económico para a situação de segurança alimentar das famílias é manifesta, observando-se que a prevalência da insegurança alimentar diminui progressivamente à medida que o escalão de rendimento mensal aumenta. Porém, é importante destacar que também as famílias com rendimentos mais elevados são atingidas pela insegurança alimentar (embora de forma mais ligeira).

Estratégias de adaptação

Perante o risco iminente das famílias se verem na impossibilidade de adquirir alimentos em quantidade suficiente para assegurar a sua alimentação, estas adotam estratégias de resposta diversa. Segundo Maxwell e Caldwell (2008), as pessoas começam a modificar os seus hábitos de consumo quando antecipam um problema e procuram organizar os recursos de que dispõem de modo a limitar os efeitos a curto prazo de não ter o suficiente para comer. Estas estratégias, genericamente designadas por *coping strategies* – aqui denominadas por estratégias de adaptação –, variam em frequência e em gravidade (Maxwell, 1996). Maxwell, que viria a desenvolver uma ferramenta de medição da insegurança alimentar que se baseia no tipo de estratégias adotadas pelas famílias para enfrentar situações alimentares adversas (Maxwell e Caldwell, 2008), identificou, a partir de um trabalho exploratório realizado num centro urbano do Uganda, seis tipos de *coping strategies*, a saber: 1) trocar os alimentos de que se gosta mais por alternativas mais

baratas; 2) reduzir o tamanho das refeições; 3) pedir alimentos ou dinheiro para os adquirir a familiares ou amigos ou recorrer ao crédito; 4) negligenciar a alimentação dos adultos (em geral da mãe) em prol da alimentação das crianças (sobretudo das mais pequenas); 5) saltar refeições (ou reduzir o número de refeições diárias) e; 6) passar dias inteiros sem comer (Maxwell, 1996: 295). Estas estratégias, apesar de comuns no contexto dos países em desenvolvimento, podem também acontecer em países mais desenvolvidos, embora sejam provavelmente menos frequentes já que as famílias nestes países têm provavelmente disponíveis um leque mais vasto de práticas alternativas para enfrentar situações alimentares adversas.

Assim, em alternativa às práticas contempladas na escala proposta por Maxwell e Caldwell (2008), neste inquérito foi considerado um conjunto de alternativas que permitem às famílias em dificuldades (ou que anteveem dificuldades) gerir os seus recursos no campo da alimentação. Consideraram-se práticas associadas à redução do desperdício alimentar (tanto na confeção dos alimentos como na sua preservação e reutilização) e à poupança (na opção por produtos mais baratos, na minimização dos gastos energéticos associados à confeção e preservação dos alimentos).

Mesmo nas famílias em situação de segurança alimentar, observa-se uma forte adesão a um conjunto de práticas associadas ao desenvolvimento de estratégias adaptativas, em parte fruto do teor normativo implicado nalgumas questões que orienta os inquiridos para uma boa resposta, isto é, para 'boas práticas' legitimadas pela sociedade em geral. Tais práticas são ainda mais reconhecidas como 'boas práticas' em períodos de escassez de recursos e de constantes apelos nos media à poupança e ao não desperdício alimentar. Assim, a minimização do desperdício alimentar, explicada, em parte, pela crescente mediatização enquanto boa prática, regista frequências elevadas tanto do ponto de vista da transmissão inter-geracional de valores de pais para filhos como do ponto de vista das práticas em si: 73% das famílias dizem ter passado a organizar melhor o frigorífico de modo a evitar que os alimentos se estraguem e 69,6% afirmam ter começado a cozinhar de maneira diferente para evitar o desperdício. A poupança terá também passado a modelar de modo mais estreito as práticas de uma parte considerável destas famílias, observando-se que 63% afirma ter passado a cozinhar de maneira a não gastar tanta energia; 65,9% diz ter substituído os lanches comprados fora de casa por lanches caseiros e 58,8% terá passado a fazer compras em estabelecimentos mais baratos.

No entanto, e é aqui que os dados se tornam mais reveladores, verifica-se que a adesão às práticas associadas à adoção de estratégias adaptativas é muito mais acentuada entre as famílias classificadas como estando em situação de insegurança alimentar do que nas restantes, sobretudo nos níveis mais severos de insegurança. As práticas associadas à redução do desperdício e ao melhor aproveitamento dos alimentos são as que registam frequências mais elevadas (acima dos 90%).

Quadro 22 - Adesão a estratégias de adaptação, por situação de segurança alimentar (% de “sim”)

	Segurança alimentar		Insegurança alimentar							
			Ligeira		Moderada		Severa		Sub-Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
“Começámos a cozinhar e a preparar refeições de uma forma diferente para evitar desperdício”	1233	69,6	135	90,0	60	95,0	19	95,0	214	92,2
“Passámos a comprar alimentos em estabelecimentos mais baratos”	1040	58,8	133	88,7	58	100,0	20	100,0	211	90,9
“Passámos a organizar melhor os alimentos no frigorífico para evitar que se estraguem”	1293	73,0	140	93,3	56	100,0	20	100,0	216	93,1
“Passámos a transmitir às crianças a importância de não desperdiçar comida”	1534	86,6	144	96,0	61	90,0	18	90,0	223	96,1
“Trocámos os lanches comprados fora de casa (e.g. pré-confeccionados/embalados) por lanches feitos em casa”	1163	65,9	121	80,7	50	85,0	17	85,0	188	81,4
“As crianças deixaram de comer no refeitório da escola e passaram a levar almoço de casa (e.g. merenda, marmita)”	213	12,0	17	11,3	13	30,0	6	30,0	36	15,5
“Começámos a utilizar mais o congelador (e.g. aproveitamento de refeições, porções individualizadas para toda a semana)”	765	43,2	84	56,0	46	75,0	15	75,0	145	62,5
“Passámos a cultivar alguns legumes, frutas ou ervas aromáticas”	733	41,4	72	48,0	33	60,0	12	60,0	117	50,4
“Recuperámos maneiras de conservar e cozinhar alimentos do tempo dos nossos pais ou avós”	768	43,4	93	62,0	43	85,0	17	85,0	153	65,9
“Começámos a cozinhar de forma a não gastar tanta energia (e.g. utilizar menos o forno, desligar o fogão antes de os alimentos estarem completamente cozinhados, optar por refeições frias)”	1115	63,0	126	84,0	53	85,0	17	85,0	196	84,5

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Meios alternativos de provisão alimentar

Entre as famílias em situação de segurança alimentar, a entidade à qual se atribui maior responsabilidade na disponibilização de meios alternativos de provisão alimentar é o Estado (34,1%), seguindo-se as redes familiares e comunitárias (11,2%), as instituições de solidariedade social (8%), as instituições religiosas (2,9%) e, finalmente, as empresas (1,9%). Uma parte considerável adota, contudo, uma visão partilhada da responsabilidade neste setor (37,5%), havendo também algumas famílias que consideram que a provisão alimentar é uma responsabilidade individual do agregado. Por seu lado, a generalidade das famílias em situação de insegurança alimentar apresenta uma posição mais ou menos à manifestada pelas outras famílias: o Estado é a entidade à qual se atribui maior responsabilidade (39%), seguindo-se as redes familiares e comunitárias (12,7%), as instituições de solidariedade social (10,1%), as instituições religiosas (4,4%) e, finalmente, as empresas (3,5%). Com um valor de cerca de 10 p.p. mais baixo relativamente às outras, 27,2% das famílias em insegurança alimentar considera que esta é uma responsabilidade partilhada

por todas as entidades contempladas, enquanto que 3,1% afirma que a alimentação é da responsabilidade das famílias. Uma parte mais considerável das famílias em situações mais graves de insegurança alimentar (moderada e severa) concentra a responsabilidade nesta matéria no Estado (41% e 52,6%, respetivamente).

Quadro 23 - Entidade com maior responsabilidade no apoio alimentar às famílias, por situação de segurança alimentar (% em coluna)

	Segurança alimentar		Insegurança alimentar							
			Ligeira		Moderada		Severa		Sub-Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Familiares, amigos ou vizinhos	195	11,2	21	14,2	6	9,8	2	10,5	29	12,7
Estado	594	34,1	54	36,5	25	41,0	10	52,6	89	39,0
Instituições de solidariedade social (e.g. IPSS)	139	8,0	16	10,8	5	8,2	2	10,5	23	10,1
Instituições religiosas (e.g. Cáritas)	50	2,9	5	3,4	4	6,6	1	5,3	10	4,4
Empresas (e.g. campanhas de descontos, iniciativas de responsabilidade social)	34	1,9	6	4,1	2	3,3	0	0,0	8	3,5
Todas as anteriores	654	37,5	40	27,0	18	29,5	4	21,1	62	27,2
Nenhuma, acho que as pessoas devem ser capazes de assegurar a sua alimentação por si próprias	78	4,5	6	4,1	1	1,6	0	0,0	7	3,1
Total	1744	100,0	148	100,0	61	100,0	19	100,0	228	100,0

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Tendo em conta o nível de escolaridade mais elevado completo pelos pais, observa-se uma distribuição mais heterogénea de responsabilidade no plano alimentar entre as famílias mais escolarizadas. Nas famílias com níveis de escolaridade iguais ou inferiores ao 2º ciclo do ensino básico, nota-se uma maior concentração à volta do Estado (40,5%), bem como nas IPSS (12,4%). Inversamente, nas famílias em que pelo menos um dos progenitores completou o Ensino Superior, tende-se mais a uma visão partilhada da responsabilidade na provisão alimentar (45,1%).

Quadro 24 - Entidade com maior responsabilidade no apoio alimentar às famílias, por nível de escolaridade mais elevado completo pelos pais (%)

	Até 2º CEB		Até 3º CEB		E. Secundário		E. Superior	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Familiares, amigos ou vizinhos	15	12,4	39	16,1	82	11,5	83	10,3
Estado	49	40,5	99	40,9	278	39,0	228	28,3
Instituições de solidariedade social (e.g. IPSS)	15	12,4	21	8,7	60	8,4	59	7,3
Instituições religiosas (e.g. Cáritas)	5	4,1	7	2,9	21	2,9	23	2,9
Empresas (e.g. campanhas de descontos, iniciativas de responsabilidade social)	5	4,1	5	2,1	11	1,5	18	2,2
Todas as anteriores	25	20,7	59	24,4	232	32,6	364	45,1
Nenhuma, acho que as pessoas devem ser capazes de assegurar a sua alimentação por si próprias	7	5,8	12	5,0	28	3,9	32	4,0
Total	121	100,0	242	100,0	712	100,0	807	100,0

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Quanto à utilização dos meios alternativos de provisão alimentar disponíveis, nota-se uma maior adesão por parte das famílias seguras à produção agrícola própria, familiar ou comunitária (41,6%) e ao apoio dos familiares, amigos ou vizinhos (20,3%) do que aos recursos mais institucionalizados, que apresentam frequências bastante reduzidas neste grupo. Nas famílias inseguras, observam-se frequências consideravelmente mais elevadas, nomeadamente no que respeita ao recurso aos apoios prestados por instituições de apoio social (29,7%, ascendendo aos 40,3% e 45% no caso das famílias em situações mais graves de insegurança alimentar) e da oferta de cabazes (27,7%, aumentando para 38,7% e 42,1% nos níveis mais severos de insegurança alimentar). O recurso às cantinas sociais – residual nas famílias classificadas como estando em situação de segurança alimentar – aumenta razoavelmente quando se consideram as famílias em situação de insegurança alimentar (6,1%), sobretudo para as do nível moderado de insegurança (12,9%).

Quadro 25 - Recurso a meios alternativos de provisão alimentar, por situação de segurança alimentar (% de “sim”)

	Segurança alimentar		Insegurança alimentar							
			Ligeira		Moderada		Severa		Sub-Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Familiares, amigos ou vizinhos	360	20,3	95	63,3	51	82,3	11	55,0	157	67,7
Instituições de apoio social	41	2,3	35	23,3	25	40,3	9	45,0	69	29,7
Produção agrícola própria, familiar ou comunitária (hortas, pesca, produção animal)	738	41,6	80	53,3	34	54,8	10	52,6	124	53,7
Cantinas sociais	19	1,1	5	3,3	8	12,9	1	5,3	14	6,1
Oferta de cabazes	63	3,6	32	21,3	24	38,7	8	42,1	64	27,7

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Mudanças nos consumos alimentares das famílias

Os últimos dois anos foram um período de ajustes para muitas famílias portuguesas, na sequência da crise económica e, mais recentemente, das medidas de contenção orçamental do Estado que tiveram impacto sobre os orçamentos dos agregados familiares. A alimentação, por ser um dos campos mais flexíveis do orçamento familiar, é frequentemente sujeito a transformações em períodos de dificuldade financeira. O quadro seguinte permite comparar o número de famílias seguras e inseguras que registaram alterações de qualquer tipo na sua alimentação. Enquanto a maior parte das famílias seguras não assinala quaisquer mudanças (79,8%), as famílias inseguras dividem-se a este respeito, observando-se que uma maior percentagem de agregados terá registado transformações no nível moderado de insegurança alimentar (61,3%).

Quadro 26 - Alterações na alimentação nos últimos dois anos (sim/não), por situação de segurança alimentar (% em linha)

		Sim		Não		Total	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
Segurança alimentar		358	20,2	1413	79,8	1771	100,0
Insegurança alimentar	Ligeira	64	43,0	85	57,0	149	100,0
	Moderada	38	61,3	24	38,7	62	100,0
	Severa	8	42,1	11	57,9	19	100,0
	Sub-Total	110	47,8	120	52,2	230	100,0

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Quanto à natureza destas alterações, as diferenças entre as famílias seguras e inseguras remetem novamente para o peso da componente financeira sobre a segurança alimentar. É que enquanto na maior parte das famílias seguras as alterações remetem para o plano da saúde e da dieta (67%), as transformações ocorridas nas famílias inseguras decorrem essencialmente da necessidade de ajustar a gestão financeira da alimentação, sobretudo nas famílias com níveis mais graves de insegurança alimentar.

Quadro 27 - Natureza das alterações na alimentação nos últimos dois anos, por situação de segurança alimentar (% em coluna)

	Segurança alimentar		Insegurança alimentar							
			Ligeira		Moderada		Severa		Sub-Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Escolhas alimentares mais saudáveis/dieta	183	67,0	20	40,8	9	27,3	1	12,5	30	33,3
Mudanças nos hábitos ou rotinas alimentares	26	9,5	2	4,1	3	9,1	0	0,0	5	5,6
Gestão financeira mais rigorosa da alimentação	58	21,2	26	53,1	21	63,6	7	87,5	54	60,0
Outras	6	2,2	1	2,0	0	0,0	0	0,0	1	1,1
Total	273	100	49	100	33	100	8	100	90	100

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Tendo em conta que as famílias inseguras foram as que maiores ajustes orçamentais realizaram na sua alimentação, não surpreende que seja entre elas que se encontram as maiores proporções de casos onde as despesas alimentares terão sido reduzidas nos últimos dois anos.

Quadro 28 - Evolução das despesas com alimentação nos últimos dois anos, por situação de segurança alimentar (% em linha)

		Aumentaram		Reduziram		Não se alteraram		Total	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Segurança alimentar		1189	67,1	97	5,5	486	27,4	1772	100,0
Insegurança alimentar	Ligeira	105	70,5	27	18,1	17	11,4	149	100,0
	Moderada	39	62,9	17	27,4	6	9,7	62	100,0
	Severa	12	60,0	7	35,0	1	5,0	20	100,0
	Sub-Total	156	67,5	51	22,1	24	10,4	231	100,0

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Para além destas alterações mais genéricas na alimentação, averiguaram-se as mudanças nos consumos de géneros alimentares específicos, verificando-se que tipo de produtos as famílias passaram a consumir com maior, menor ou a mesma frequência. Por um lado, entre aproximadamente 60% e 77,3% das famílias seguras mantiveram a mesma frequência (=) no consumo de todos os tipos de alimentos considerados. O maior decréscimo regista-se no consumo dos produtos enlatados ou de conserva (-24,6%) e nos produtos congelados (-19,7%) e o maior aumento observa-se no consumo de legumes (+32,6%) e fruta (+32,3%).

Quadro 29 - Alterações na frequência dos consumos alimentares, por tipo de produto e por situação de segurança alimentar (% em coluna)

		Segurança alimentar		Insegurança alimentar							
				Ligeira		Moderada		Severa		Sub-total	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Produtos biológicos certificados	-	160	18,1	26	40,6	16	51,6	2	66,7	44	44,9
	=	532	60,3	23	35,9	11	35,5	1	33,3	35	35,7
	+	190	21,5	15	23,4	4	12,9	0	0,0	19	19,4
	Total	882	100	64	100	31	100	3	100	98	100
Produtos frescos	-	51	2,9	29	19,3	12	19,7	10	52,6	51	22,2
	=	1321	74,6	86	57,3	33	54,1	7	36,8	126	54,8
	+	398	22,5	35	23,3	16	26,2	2	10,5	53	23,0
	Total	1770	100	150	100	61	100	19	100	230	100
Produtos congelados	-	342	19,7	40	27,2	13	22,0	2	10,0	55	24,3
	=	1251	72,1	72	49,0	24	40,7	12	60,0	108	47,8
	+	142	8,2	35	23,8	22	37,3	6	30,0	63	27,9
	Total	1735	100	147	100	59	100	20	100	226	100
Produtos enlatados ou de conserva	-	413	24,6	38	26,6	13	22,4	7	38,9	58	26,5
	=	1161	69,1	73	51,0	22	37,9	7	38,9	102	46,6
	+	105	6,3	32	22,4	23	39,7	4	22,2	59	26,9
	Total	1679	100	143	100	58	100	18	100	219	100
Fruta	-	29	1,6	17	11,3	12	19,4	9	45,0	38	16,4
	=	1173	66,1	76	50,7	35	56,5	6	30,0	117	50,4
	+	573	32,3	57	38,0	15	24,2	5	25,0	77	33,2
	Total	1775	100	150	100	62	100	20	100	232	100
Legumes	-	32	1,8	12	8,1	10	16,1	5	25,0	27	11,7
	=	1164	65,6	87	58,4	31	50,0	9	45,0	127	55,0
	+	579	32,6	50	33,6	21	33,9	6	30,0	77	33,3
	Total	1775	100	149	100	62	100	20	100	231	100
Carne	-	271	15,3	58	38,7	29	47,5	15	75,0	102	44,2
	=	1367	77,3	73	48,7	28	45,9	2	10,0	103	44,6
	+	131	7,4	19	12,7	4	6,6	3	15,0	26	11,3
	Total	1769	100	150	100	61	100	20	100	231	100
Peixe	-	214	12,1	69	46,3	34	54,8	10	52,6	113	49,1
	=	1199	67,7	55	36,9	23	37,1	8	42,1	86	37,4
	+	357	20,2	25	16,8	5	8,1	1	5,3	31	13,5
	Total	1770	100	149	100	62	100	19	100	230	100

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Relativamente ao conjunto das famílias inseguras, observa-se um maior número de alterações nas frequências de consumo, sendo que, o teor da mudança associa-se de maneira mais clara a práticas de poupança e ao reaproveitamento das refeições. As maiores quebras no consumo alimentar das famílias em situação de insegurança alimentar verificam-se no consumo de peixe (-49,1%), nos produtos biológicos certificados (-44,9%), e na carne (-44,2%), notando-se que os grupos que mais cortam nestes consumos são, precisamente, os que se situam nas escalas de maior severidade. Verifica-se um aumento do consumo de produtos congelados (+27,9%), aqui também sobretudo entre os grupos em situações mais graves de insegurança alimentar. Paradoxalmente, os maiores aumentos registam-se no consumo de legumes (+32,7%) e de fruta (+32,4%), o que torna a análise destes resultados particularmente pertinente formular novas hipóteses de pesquisa. No fundo, estas famílias estão claramente a diminuir o consumo da proteína animal e a consumir ligeiramente mais legumes e frutas.

Com base no conjunto de alterações na frequência do consumo de um conjunto de géneros alimentares, procurou-se definir diferentes perfis de consumo alimentar, com vista à identificação de segmentos sociais com comportamentos alimentares característicos. Para tal, realizou-se uma ACM⁴⁸ contemplando os seguintes indicadores: alterações na alimentação (sim/não), produtos frescos, produtos congelados, produtos enlatados ou de conserva, fruta, legumes, carne e peixe⁴⁹. Posteriormente, e com base nos resultados da ACM, realizou-se uma análise de clusters⁵⁰ da qual resultou a identificação de quatro perfis de consumo – que traduzem, na realidade, dois eixos de transformação dos consumos alimentares.

⁴⁸ Ver Anexo 4.

⁴⁹ Os produtos biológicos certificados foram excluídos da análise, pois não contribuíam para discriminar grupos.

⁵⁰ Ver Anexo 5.

Quadro 30 - Caracterização dos perfis de insegurança alimentar

Perfil	Caracterização	Transformações nos consumos alimentares
1	<ul style="list-style-type: none"> • Representa 2,8% das famílias (n=56) • Apresentam os níveis de escolaridade mais baixos: 37,5% (n=21) dos pais têm escolaridade até ao 3º CEB • Em 29,4% (n=15) dos casos pelo menos um dos pais está desempregado, mas 51% (n=26) estão ambos empregados • Quase de metade (47,2%; n=25) das famílias têm rendimentos médios abaixo dos 750€/mês • Residem predominantemente no Norte (41,1%; n=23) e em Lisboa (30,4%; n=17) e em meios urbanos (67,9%; n=38) • O índice de segurança alimentar médio é de 6,3 (para os restantes perfis o valor é negligenciável) 	<ul style="list-style-type: none"> • Uma parte significativa (71,7%) das famílias no primeiro perfil afirma ter feito alterações na alimentação. Redução do consumo de produtos frescos (79%), de fruta (61,3%), de legumes (52,5%), de carne (71%) e de peixe (79%), compensada por um aumento acentuado no consumo de congelados (75,4%) e de produtos enlatados ou de conserva (71,9%).
2	<ul style="list-style-type: none"> • Corresponde a 29,8% das famílias (n=598). • 41,7% dos pais (n=240) tem ensino superior e 39,6% (n=226) ensino secundário • Mais de metade das famílias têm rendimentos superiores a 1200€/mês (52,6%; n=292) • Em 70,2% (n=402) das famílias, ambos os pais estão empregados • Concentram-se no Norte (35,6%; n=213) e em Lisboa (32,1%; n=192) 	<ul style="list-style-type: none"> • A tendência parece ser para a adoção de hábitos de consumo alimentar mais “saudáveis”, com o aumento do consumo de produtos frescos (62,9%), de fruta (82,1%), de legumes (83,6%) e de peixe (52,5%).
3	<ul style="list-style-type: none"> • Corresponde a 57% das famílias (n=1144) • Residem sobretudo no Norte (38,9%; n=445), em Lisboa (27,4%; n=313) e no Centro (21,7%; n=248) • Apresentam os níveis mais elevados de escolarização: 45,4% (n=490) concluíram o ensino superior e 36% (n=368) o ensino secundário • Mais de metade das famílias auferem rendimentos mensais acima dos 1200eur (52,9%; n=544) • Em 71,8% (n=755) dos casos, ambos os pais estão empregados 	<ul style="list-style-type: none"> • Caracteriza-se essencialmente pela manutenção da frequência do consumo dos diferentes géneros alimentares considerados.
4	<ul style="list-style-type: none"> • Representa 10,4% das famílias (n=209) • Residem sobretudo em Lisboa (35,4%; n=74) e no Norte (32,5%; n=68) • A maior parte dos pais completou o ensino secundário (42,2%; n=86) ou o ensino superior (35,8%; n=73) • Em 21,6% (n=40) das famílias, um dos pais está desempregado; em 62,2% (n=115) dos casos estão ambos empregados • 36,4% (n=71) tem rendimentos mensais acima dos 1200eur; 22,6% (n=44) tem rendimentos entre 900 e 1200eur mensais 	<ul style="list-style-type: none"> • O quarto perfil aproxima-se do primeiro, com as mesmas tendências de redução e aumento do consumo de determinados géneros alimentares - remetendo, em última análise, para hábitos alimentares menos equilibrados. Contudo, entre estas famílias existe uma parte considerável de casos em que se mantiveram os mesmos hábitos de consumo. Ou seja, trata-se de um perfil que se encontra em transição: da manutenção à transformação dos hábitos alimentares.

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

A distribuição regional dos perfis de consumo alimentar identificados não difere significativamente da distribuição global da amostra, salvo no caso do perfil 2 e do perfil 4, que estão mais representados na região de Lisboa do que os restantes.

Quadro 31 - Distribuição das famílias por região (NUT II) e por perfil de consumo alimentar (% em coluna)

	Perfil 1		Perfil 2		Perfil 3		Perfil 4	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Norte	23	41,1	213	35,6	445	38,9	68	32,5
Centro	13	23,2	127	21,2	248	21,7	45	21,5
Lisboa	17	30,4	192	32,1	313	27,4	74	35,4
Alentejo	3	5,4	39	6,5	84	7,3	12	5,7
Algarve	0	0,0	27	4,5	54	4,7	10	4,8

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Quanto ao tipo de meio, regista-se uma maior concentração das famílias do **perfil 1** em meios urbanos (67,9%) e, inversamente, das famílias do **perfil 4** em meios rurais (22%).

Quadro 32 - Distribuição das famílias inseguras por tipo de meio e por perfil de insegurança alimentar (% em coluna)

	Perfil 1		Perfil 2		Perfil 3		Perfil 4	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Urbano	38	67,9	356	59,6	628	54,9	124	59,3
Semiurbano	13	23,2	143	24,0	308	26,9	39	18,7
Rural	5	8,9	98	16,4	208	18,2	46	22,0

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Outros aspetos relevantes:

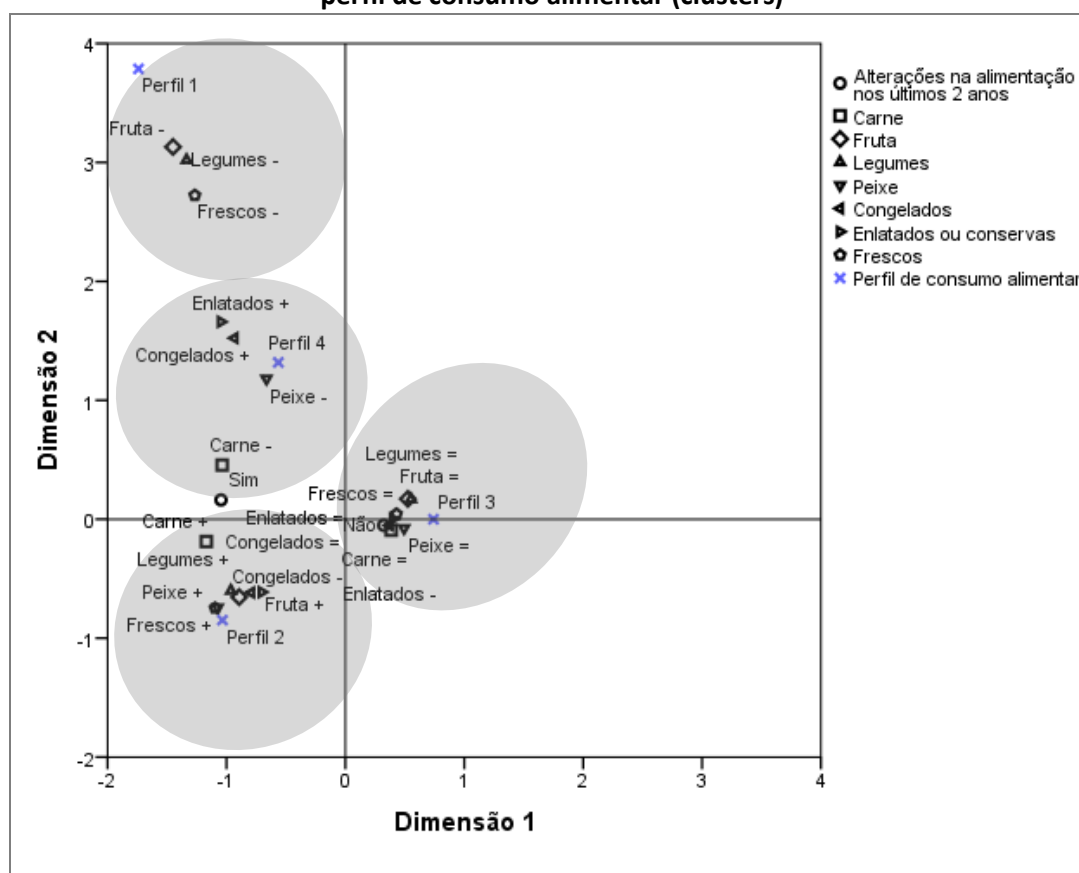
- As famílias do perfil 1 apresentam uma adesão mais vincada às práticas de poupança no campo da alimentação, nomeadamente no que se refere à opção por estabelecimentos de compra mais baratos (95,2%) e à diminuição do desperdício na confeção dos alimentos (91,9%) bem como à maior utilização do congelador para aproveitamento de refeições (71%) e à diminuição do consumo energético na confeção dos alimentos (90,2%).
- As famílias do perfil 1 também sobressaem quanto ao recurso a cantinas sociais (8,1% já recorreram) e à oferta de cabazes (22,6%, já recorreram).
- No perfil 4, observa-se uma adesão vincada às práticas de poupança no campo da alimentação, nomeadamente no que se refere à opção por estabelecimentos de compra mais baratos (77,3%) e à

diminuição do desperdício na confeção dos alimentos (79%), bem como à maior utilização do congelador para aproveitamento de refeições (62,7%) e à diminuição do consumo energético na confeção dos alimentos (72,7%).

- Mais de metade das famílias do **perfil 4** afirma ter recorrido à produção agrícola própria, familiar ou comunitária para assegurar as suas necessidades alimentares.

A figura seguinte apresenta a projeção dos diferentes perfis de consumo alimentar identificados no espaço.

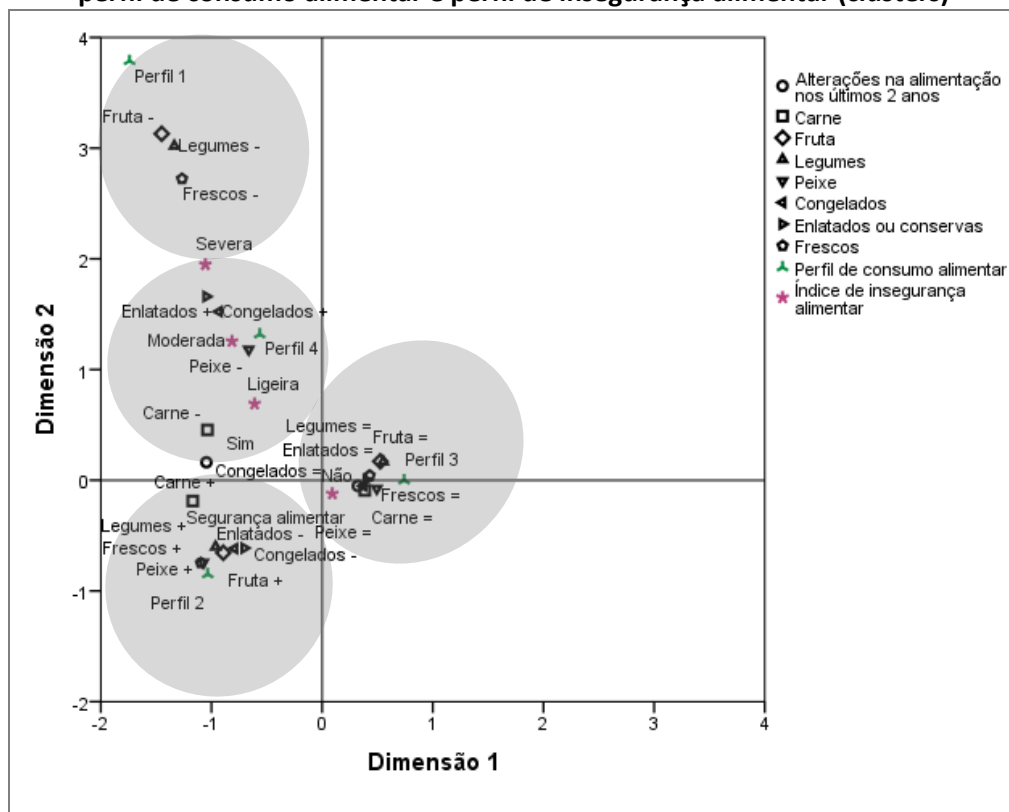
Figura 20 - Configuração do espaço das alterações nos consumos alimentares, com projeção da variável perfil de consumo alimentar (clusters)



Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Adicionalmente, projetou-se no espaço do consumo alimentar o índice de insegurança alimentar, de modo a avaliar a proximidade entre os quatro perfis de consumo alimentar identificados e os diferentes níveis de (in)segurança alimentar. Verifica-se que o perfil 1 e 4 aproximam-se dos três níveis de insegurança alimentar: ligeira, moderada e severa. Os perfis 2 e 3, por outro lado, associam-se à situação de segurança alimentar.

Figura 21 - Configuração do espaço das alterações nos consumos alimentares, com projeção da variável perfil de consumo alimentar e perfil de insegurança alimentar (clusters)



Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Nas famílias em segurança alimentar, as principais alterações registam-se ao nível dos hábitos de consumo e rotinas de compra de alimentos, observando-se que uma elevada proporção destas famílias reduziu a frequência das refeições fora de casa (73,7%) e que uma parte significativa passou a comprar produtos alimentares de marca própria com mais frequência (60,7%). De resto, não se observam grandes alterações às práticas de reaproveitamento alimentar. Sublinha-se contudo que uma fatia considerável das famílias passou a introduzir com mais frequência no seu quotidiano o uso da “marmita” (35,3%).

As famílias em insegurança alimentar reduziram consideravelmente o número de refeições fora de casa, tendência que é bastante acentuada nos casos de famílias em situação moderada (-94%) e severa (-92,9%). Os produtos de marca própria passaram a ser uma opção mais frequente para as famílias em insegurança alimentar (82,3%), sobretudo em situação moderada (91,9%). Por seu turno, 57,3% das famílias em insegurança alimentar passaram a reaproveitar as sobras das refeições com maior frequência, enquanto 41% o faz com a mesma regularidade. Nas famílias que registam um nível mais severo de insegurança alimentar, o aumento desta prática é mais acentuado (78,9%). O recurso à “marmita” também terá mantido a mesma frequência para uma parte considerável das famílias em insegurança alimentar (42,2%), tendo passado a ser mais frequente para 48,3%. No caso de comer no refeitório da escola ou do trabalho, as alterações são

reduzidas, ainda que se observe um aumento com alguma expressão (cerca de 1/4) no caso das famílias em situações moderadas e severas.

Quadro 33 - Alterações na frequência de algumas práticas alimentares, por situação de segurança alimentar (%)

		Segurança alimentar		Insegurança alimentar							
				Ligeira		Moderada		Severa			
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Refeições fora de casa (restaurantes, etc.)	-	1230	73,7	120	89,6	47	94,0	13	92,9	180	90,9
	=	386	23,1	9	6,7	2	4,0	0	0,0	11	5,6
	+	52	3,1	5	3,7	1	2,0	1	7,1	7	3,5
	Total	1668	100	134	100	50	100	14	100	198	100
Produtos de marca branca	-	57	3,3	5	3,4	1	1,6	4	20,0	10	4,3
	=	626	36,1	26	17,4	4	6,5	1	5,0	31	13,4
	+	1053	60,7	118	79,2	57	91,9	15	75,0	190	82,3
	Total	1736	100	149	100	62	100	20	100	231	100
Reaproveitar as sobras das refeições	-	24	1,4	2	1,3	1	1,7	1	5,3	4	1,8
	=	1242	72,4	70	47,0	20	33,9	3	15,8	93	41,0
	+	449	26,2	77	51,7	38	64,4	15	78,9	130	57,3
	Total	1715	100	149	100	59	100	19	100	227	100
Marmita	-	61	5,0	10	8,7	4	7,8	3	21,4	17	9,4
	=	729	59,7	50	43,5	20	39,2	6	42,9	76	42,2
	+	431	35,3	55	47,8	27	52,9	5	35,7	87	48,3
	Total	1221	100	115	100	51	100	14	100	180	100
Comer no refeitório da escola ou do trabalho	-	110	7,2	8	5,7	8	13,8	2	13,3	18	8,5
	=	1197	78,7	105	75,0	36	62,1	9	60,0	150	70,4
	+	214	14,1	27	19,3	14	24,1	4	26,7	45	21,1
	Total	1521	100	140	100	58	100	15	100	213	100

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Problemas de acesso a locais de compra de alimentos

Das famílias inquiridas, apenas 3% (n=60) afirmam não ter facilidade em deslocar-se até aos locais de compra de alimentos habituais, sendo que 35,6% destas famílias não possui um veículo próprio para deslocações.

Quadro 34 - Distribuição das famílias com dificuldade em deslocar-se aos locais de compra de alimentos habituais por região (NUT II) e por tipo de meio (% em coluna)

	Urbano		Semiurbano		Rural	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Norte	7	26,9	2	20,0	10	43,5
Centro	3	11,5	2	20,0	8	34,8
Lisboa	13	50,0	5	50,0	0	0,0
Alentejo	2	7,7	0	0,0	3	13,0
Algarve	1	3,8	1	10,0	2	8,7
Total	26	100,0	10	100,0	23	100,0

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Estas famílias residem maioritariamente nas regiões de Lisboa (30,5%) e do Norte (32,2%), concentrando-se, a norte, em zonas rurais (43,5%) e, em Lisboa, em meios urbanos (50%). Mesmo para as famílias que dizem ter dificuldade nas deslocações, os locais de eleição para as compras de alimentos são os super e hipermercados, onde 76,3% destas famílias afirmam fazer compras muitas vezes ou sempre. Estas famílias distinguem-se das que têm facilidade nas deslocações sobretudo no que respeita ao recurso à produção própria, caça ou pesca (mais frequente nas zonas rurais), e à aquisição de produtos diretamente junto do produtor. Face às tendências genericamente observadas, as famílias com dificuldades nas deslocações até aos locais de compra apresentam uma maior quebra no consumo de produtos congelados (-35,6%), carne (-30%) e peixe (-35%). No caso do consumo de fruta e legumes, apesar de se registar uma percentagem mais elevada de famílias que apontam uma redução, esta é contrabalançada por uma também maior percentagem de famílias que dizem ter aumentado o seu consumo. Estas famílias distinguem-se também por apresentar uma adesão mais vincada ao conjunto de estratégias adaptativas apresentadas, conforme ilustrado no quadro 35.

Quadro 10 - Adesão a estratégias de adaptação, por facilidade em deslocar-se aos locais de compra de alimentos habituais (sim/não) (% de “sim”)

	“Tem facilidade em deslocar-se até aos locais onde costuma comprar alimentos?”			
	Sim		Não	
	N.º	%	N.º	%
“Começámos a cozinhar e a preparar refeições de uma forma diferente para evitar desperdício”	1394	71,8	51	85,0
“Passámos a comprar alimentos em estabelecimentos mais baratos”	1199	61,9	50	83,3
“Passámos a organizar melhor os alimentos no frigorífico para evitar que se estraguem”	1452	74,8	55	91,7
“Passámos a transmitir às crianças a importância de não desperdiçar comida”	1698	87,5	57	95,0
“Trocámos os lanches comprados fora de casa (e.g. pré-confeccionados/embalados) por lanches feitos em casa”	1306	67,5	43	71,7
“As crianças deixaram de comer no refeitório da escola e passaram a levar almoço de casa (e.g. merenda, marmita)”	237	12,2	12	20,0
“Começámos a utilizar mais o congelador (e.g. aproveitamento de refeições, porções individualizadas para toda a semana)”	878	45,3	30	50,0
“Passámos a cultivar alguns legumes, frutas ou ervas aromáticas”	815	42,0	34	56,7
“Recuperámos maneiras de conservar e cozinhar alimentos do tempo dos nossos pais ou avós”	884	45,6	35	58,3
“Começámos a cozinhar de forma a não gastar tanta energia (e.g. utilizar menos o forno, desligar o fogão antes de os alimentos estarem completamente cozinhados, optar por refeições frias)”	1266	65,3	44	73,3

Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança Alimentar das Famílias Portuguesas com Crianças em Idade Escolar

Trata-se de famílias com níveis de escolaridade mais baixos e com situações profissionais mais frágeis, notando-se uma certa concentração nas classes dos agricultores independentes e agricultores independentes pluriactivos (42,6% no total). Aproximadamente 1/4 destas famílias tem rendimentos mensais médios inferiores a 500 euros e quase 40% recebe até 900 euros por mês. Uma parte considerável destas famílias habita em casa de familiares ou amigos (18,6%), observando-se também que a percentagem de agregados que habita em casas arrendadas é também superior à registada nas outras famílias (28,8% no total).

PARTE III

5. Vivências da insegurança alimentar e estratégias de adaptação: análise de entrevistas

As escalas de insegurança alimentar são instrumentos determinantes para aferir a prevalência deste fenómeno, a sua severidade, quais os grupos populacionais mais vulneráveis e as alternativas aos consumos básicos alimentares que encontram. Permitem, para além disso, a realização de estudos longitudinais comparativos que possibilitam a sua monitorização e a formulação de políticas públicas tanto à escala nacional, como global e local. Por sua vez, são compostas por indicadores objetivos sobre as condições de existência das famílias, sobre as suas estratégias de adaptação e, também, por indicadores subjetivos sobre a perceção que as famílias têm das vivências que experimentam (Webb et al., 2006). O fenómeno da insegurança alimentar é dinâmico e internamente diversificado, por exemplo, relativamente ao modo como as famílias experimentam subjetivamente os seus consumos (Dowler, Turner e Dobson, 2001). Na Parte III desenvolvemos uma abordagem alternativa e, de certo modo, complementar, que consiste na análise dos discursos das famílias sobre os seus consumos alimentares por recurso à técnica da entrevista. Ao invés da utilização de uma escala para enquadrar as famílias numa tipologia de experiências de insegurança alimentar, optámos por partir dos seus testemunhos para compreender as alterações ocorridas na sua alimentação, as vivências alimentares quotidianas e as estratégias de adaptação que desenvolvem (Pfeiffer, Ritter e Hirsland, 2011).

Tal como referido na metodologia, os testemunhos são provenientes de 12 representantes de famílias com crianças em idade escolar, sobretudo mulheres a residir na região de Lisboa, com baixos recursos socioeconómicos e, na maioria dos casos, em situação de desemprego e/ou a receber algum tipo de ajuda alimentar. Chamamos a atenção para o facto da identificação e escolha das famílias ter sido possível com o apoio e mediação de um conjunto de intervenientes locais, nomeadamente de associações que prestam algum tipo de apoio, incluindo o fornecimento de alimentos. A sensibilidade dos temas abordados nas entrevistas conduziu a desafios durante a realização das entrevistas. Enquanto algumas estiveram mais dispostas para falar sobre a sua situação, outras demonstraram claramente que se tratava de um assunto sensível e sobre o qual lhes custava falar ao ponto de, em algumas ocasiões, se emocionarem.

Alterações ocorridas na alimentação

Como pudemos demonstrar ao longo deste relatório, quer através do estudo das dinâmicas de crescimento das desigualdades sociais e da pobreza nos últimos anos, quer através da análise dos resultados do inquérito

aos consumos alimentares das famílias, durante os últimos anos, a evolução da conjuntura socioeconómica caracterizou-se por um agravamento substancial das condições de vida de várias famílias (e.g. diminuição dos rendimentos, aumento do risco de pobreza e da privação material), o que conduziu, em alguns casos, a mudanças nos seus consumos alimentares. A este nível, os testemunhos obtidos a partir das entrevistas que realizámos vão ao encontro do que já havíamos registado através do inquérito, ou seja, que entre as famílias que têm menos rendimentos, os constrangimentos económicos conduziram a uma gestão mais rigorosa dos orçamentos familiares com a alimentação e, no limite, a situações de maior ou menor dependência da ajuda alimentar. Ainda assim, mesmo entre as famílias com baixos rendimentos, a contenção de gastos tem tido efeitos diferenciados que incidem, de um modo geral, na quantidade de comida que comprem, no tipo de produtos que adquirem e na qualidade dos mesmos.

"Antes tinha sempre muito mais iogurtes, e isto e aquilo. Agora só compro dentro do mais barato, quando acaba, mais ou menos essas coisas. Raramente se compra uma coisa assim melhor. Não vamos dizer melhor, de melhor qualidade. Antes comprava um bocadinho de carne para a assar e não tinha problema que fosse mais quantidade. Agora raramente faço bolo, mas faço de vez em quando. Há uns dois meses que já não fazia um bolo e há uns dias fiz um e ele desapareceu assim... Há uma carência de um mimo, uma coisa diferente." (Família Silva, Mãe, Novembro, 2014)

"Diminuiu muito a carne e o peixe, eles estão caros e depois o dinheiro não chega para tudo. A fruta, quando não compro dois quilos compro meio quilo, não dá para comprar mais a gente não compra. A gente quando não tem maneira de comprar carne a gente compra um peixe, se não compra atum compra sardinha. A qualidade vai diminuindo. O leite, agora compro menos. Compro menos arroz, menos massa. Tudo menos." (Família Pinto, Mãe, Novembro, 2014)

Na família Silva os últimos anos têm sido particularmente penosos, quer por motivos de saúde, quer porque os seus rendimentos diminuíram substancialmente sem que, no entanto, consigam ter acesso a algum tipo de apoio alimentar. Conforme indica, passaram a comprar comida apenas quando é mesmo necessário e sempre o mínimo possível, comprando em menor diversidade e produtos de pior qualidade e, também, cozinhando com menor regularidade certos alimentos, independente do valor emocional que possam ter (e.g. conforto, prazer), como no caso do bolo, que é apreciado pelos filhos. Por sua vez, na família Pinto, a privação material não é novidade dada a sua situação de desemprego prolongado. Mesmo assim, a falta de dinheiro chegou mesmo a condicionar o acesso a bens essenciais como a carne, o peixe e a fruta. Apesar de também terem diminuído a qualidade dos produtos que comprem, é fundamentalmente através da redução da quantidade de alguns bens que é possível suportar o custo da alimentação. Noutros casos, como os das famílias Abreu e Alves, a falta de rendimentos decorrente do desemprego conduziu-os a uma situação em que a margem de autonomia nos consumos é muito reduzida, ao ponto de a sua alimentação depender

quase totalmente das ajudas alimentares e de ocorrerem situações em que reportaram ter experimentado sensações de fome durante o dia.

"É totalmente diferente. Primeiro, quando eu tinha o meu trabalho, chegava a altura do Natal ia ao supermercado com a família e fazia as compras, para o Natal e Ano Novo e enchia dentro de casa para passar estes momentos. Agora, mesmo que eu queira, eu não posso. E com esta fase (separação), porque separámos a alimentação, separámos a cama, cada um faz o seu, se eu tiver eu faço, se não tiver não faço. Conforme vou precisando vou comprando leite, conservas, grão." (Família Abreu, Pai, Novembro, 2014)

"Peixe e arroz, carne, quando eu consigo alguma coisa, fazer umas horinhas, ganho uns eurinhos e compro carne. Há um momento em que entro em depressão. Porque a única coisa que eu faço é estar em casa, choro, porque eu não tenho aqui família. Está complicado mesmo. Ligo para a irmã e digo: hoje não tem mesmo. Ela diz: vem cá, tem um bocadinho de pão, roupa, essas coisas. Passo fome! Se eu disser que não comi ainda?" (Famílias Alves, Mãe, Novembro, 2014)

No caso da família Abreu, o pai trabalhava na construção civil mas, desde 2006, encontra-se desempregado. A situação de desemprego prolongado em que se encontra afetou a sua relação conjugal e levou a que, embora partilhe a casa com o cônjuge, tenham separado a sua alimentação, que passou a ser da responsabilidade de cada um. O pouco dinheiro que tem para garantir refeições regulares motivou-o a pedir apoio junto de duas associações que neste momento disponibilizam a maioria das refeições que ingere. Com base nessa ajuda, as compras que faz restringem-se apenas aos alimentos que consegue comprar para o fim-de-semana ou para fazer face ao facto de ser diabético e por vezes não poder comer os alimentos que lhe são distribuídos. Na família Alves, ao contrário da primeira, a falta de apoio alimentar, o trabalho esporádico por motivos de saúde (i.e. surto de tuberculose), a falta de apoio familiar (i.e. família monoparental imigrante) e a ajuda alimentar insuficiente levaram a uma situação em que, apenas quando consegue reunir algum dinheiro proveniente de pequenos trabalhos é que tem capacidade para comprar alguns alimentos, uma situação que faz emergir sentimentos de solidão e depressão.

Outras famílias admitem que não ocorreram transformações significativas na sua alimentação durante os últimos anos. Os motivos são diversos e incluem famílias que já se encontravam numa situação prolongada de desemprego ou de dependência das transferências sociais e da ajuda alimentar, outras que afirmam que já tinham o hábito de organizar as despesas com a alimentação tendo por base baixos orçamentos, contingências familiares e de saúde ou que, à custa de não pagarem outras despesas como a renda, a água, a luz e o gás, conseguiram garantir alguma estabilidade na alimentação. Contrariamente a outros casos em que se prioriza as despesas de habitação, a família Góis mostra outra forma de gerir o orçamento familiar.

“Em casa habituei-me a fazer uma alimentação mais controlada. A minha filha é doente e não pode engordar. E estar a fazer dois pratos é injusto. Tem que haver sempre sopa, ela come em porções reduzidas e eu habituei-me a fazer também para nós. São pouco ou nada. Poupei, posso dizer que poupei. É triste ter aprendido pela situação que é, mas sempre poupei.” (Família Jacinto, Mãe, Novembro, 2014)

“Tenho tudo atrasado, o gás atrasado, estou a pagar água que não foi minha, mas no comer tenho graças à senhora que me fia, estamos a equilibrar. Eu chego a gastar uma média de 200 e 300 euros por mês em comida. As pessoas primeiro pagam o que têm a pagar e depois é que pagam a barriga, mas não é assim que se faz aqui...” (Família Góis, Mãe, Novembro, 2014)

Apesar de as famílias entrevistadas auferirem todas de baixos rendimentos, as alterações ocorridas na alimentação das mesmas não foram lineares e o desemprego prolongado, a par dos cortes em alguns apoios sociais (e.g. abono, subsídio de desemprego), foi um aspeto que intensificou a severidade dessa mudança. Como tivemos a oportunidade de constatar, nas famílias que ainda detêm alguma capacidade económica é sobretudo a diversidade e a qualidade da alimentação que tendem a diminuir. Noutros casos, as dificuldades levaram mesmo a que tivessem que reduzir a quantidade de alimentos que levam para casa, espoletando episódios de insegurança alimentar em que a única solução passa por pedir algum tipo de apoio. Mesmo assim, independentemente das necessidades alimentares que enfrentam, se o perfil de rendimentos não se adequar aos critérios de elegibilidade definidos pelas entidades que prestam apoio às famílias, o mesmo não lhes é concedido.

Vivências alimentares quotidianas

Os desafios que estas famílias enfrentam alargam-se a diversas atividades quotidianas relacionadas com a alimentação, como a organização das despesas com comida, a deslocação aos estabelecimentos comerciais ou aos pontos de entrega dos cabazes e das refeições reaproveitadas, a aquisição dos produtos, a preparação das refeições, entre outros. Uma vez que, em muitas famílias, o escasso dinheiro que têm disponível é normalmente utilizado para pagar outras despesas (e.g. renda, luz, água, gás) em primeiro lugar, o que sobra é geralmente insuficiente para fazer face às exigências alimentares das famílias e, por isso, procuram ir o mínimo de vezes possível às compras.

“Eu faço as compras para o mês com o abono dos miúdos, 70 euros, e ainda me sobra dinheiro para o mês até vir o dinheiro do abono.” (Família Jacinto, Mãe, Novembro, 2014)

“Eu poupo muitas vezes. Esta coisa de comida é o principal, alias, o primeiro é as contas. Se é difícil pagar um mês, o segundo vai ser pior e o terceiro vai ser impossível. Pagar as contas e contribuir para que as contas não sejam grandes.” (Família Silva, Mãe, 2014)

“Sobra muito pouco para a alimentação, eu pago renda de 400 euros, com gás, água e Luz, eu recebo 600 e tal, o resto é o que dá para pagar os gastos e sobrar para alimentação, é muito pouco e a minha mãe não trabalha” (Famílias Nóbrega, Mãe, 2014)

Nas famílias que ainda têm alguma autonomia financeira, o corte nas despesas é a única forma que encontram para fazer render o dinheiro até ao momento em que recebem o próximo ordenado ou o dinheiro proveniente das transferências sociais, permitindo que algumas famílias vão às compras pelo menos uma vez por mês. Enquanto a família Góis, que se encontra atualmente numa situação financeira mais estável que anteriormente, tem por hábito fazer as compras numa mercearia próxima de casa onde geralmente lhe permitem pagar quando for mais conveniente, as restantes famílias costumam deslocar-se às grandes superfícies (i.e. super e hipermercados) próximas de suas casas e, em alguns casos, também ao mercado ou ao talho.

"Tenho um Continente ao pé de casa, um Pingo-Doce ao pé de casa, vamos de carro uma vez todo o final do mês, faço as compras todas. Eu faço a lista, depois faço as compras para dar para o mês todo." (Família Nóbrega, Mãe, Novembro, 2014)

"Costumo comprar no talho, e [vou] à feira também, ao domingo compro hortaliça para ficar mais barato, para render ... é o que eu como" (Família Alves, Mãe, Novembro, 2014)

Quase todas as famílias deslocam-se a pé ou de transportes públicos e raramente utilizam o carro, só mesmo em situações em que, tendo veículo próprio, é estritamente necessário por motivos de saúde ou porque não conseguem carregar as compras. Algumas famílias, como a família Silva, descrevem a ida às compras como sendo uma experiência angustiante, em que as suas escolhas estão rigidamente constrangidas pelo dinheiro que têm disponível. Outras, como a família Fernandes, de etnia cigana, embora estejam habituadas a viver numa situação financeira rigorosa, acrescentam que sentem vergonha e frustração. Isto porque muitas vezes só podem trazer o que precisam para o próprio dia, às vezes têm de devolver bens na caixa de supermercado porque ultrapassaram o limite do orçamento disponível ou porque não são capazes de comprar bens de que gostam e vêem que outras pessoas os podem adquirir.

"Dá um bocado de angústia, quando se vai ao supermercado e sabe-se que não se pode comprar mais isto ou mais aquilo. Também antes não era muito diferente, de chegar ali e querer tudo, mas sentia que trazia mais coisas ..." (Família Silva, Mãe, Novembro, 2014)

“Uma pessoa às vezes quer comprar uma coisinha melhor e tem que contar os cêntimos. Eu fico envergonhada quando eu ponho, ponho, ponho e chego à caixa digo: “ia comprar umas coisas e comecei a pôr e a pôr, não preciso disto”. É mentira, eu preciso. Às vezes vejo as pessoas a comprar bom camarão e eu fico a olhar. Com os 10 euros faço almoço e jantar.” (Família Fernandes, Novembro, 2014)

Nas famílias que foram entrevistadas e têm acesso a algum tipo de apoio alimentar, a ajuda que recebem provem maioritariamente do Banco Alimentar ou de associações locais que prestam auxílio, por exemplo, através do reaproveitamento de sobras das refeições ou da oferta de géneros alimentícios por confeccionar. Para além das diferenças no tipo de produtos que disponibilizam às famílias, o apoio também varia na frequência com que a comida é distribuída. No caso da família Abreu, que recebe sobras de refeições reaproveitadas, a distribuição das refeições é feita de forma diária apenas durante a semana, à hora do almoço e, depois, à hora do jantar. No caso do Banco Alimentar, conforme relata a representante da família Nóbrega, que depois do marido ter sido preso passou a recorrer a esta ajuda alimentar, é distribuído um cabaz uma vez por mês com um conjunto de bens alimentares fundamentais. Apesar de não incluir produtos frescos como a carne e o peixe, abrange outras categorias como os cereais, os vegetais, o leite e a fruta.

“Venho uma vez por mês e trazemos um saco, com tudo o que é para a alimentação, um pouco de um, pouco de outro. Cenoura, batata, chocolates, leite, arroz, farinha, frutas. Não recebemos peixe ou carne.” (Família Nóbrega, Mãe, Novembro, 2014)

“Isto ajuda-nos muito na alimentação, ainda para mais para quem tem crianças. É o meu caso, vivo com o abono, para três crianças é complicado. O meu filho tem anemia e tem que beber o leite especial e aqui estão-me a facilitar. Levamos batatas, às vezes carne, peixe, leite, verduras, iogurtes.” (Família Almeida, Mãe, Novembro, 2014)

Embora estes programas de ajuda alimentar sejam, na maioria das vezes, a principal resposta às necessidades alimentares imediatas de algumas destas famílias (i.e. mais carenciadas), a sua principal funcionalidade assenta no facto de permitir que gastem o seu orçamento noutro tipo de alimentos, como a carne e o peixe. Entre os alimentos que são distribuídos, alguns assumem uma importância maior, em particular os que são mais dispendiosos, como o leite para as crianças. Mesmo assim, a avaliação que as famílias fazem deste tipo de ajuda alimentar é ambígua, até porque a sua duração é limitada. Reconhecem que são uma resposta eficaz nos momentos em que há maiores dificuldades mas, ao mesmo tempo, afirmam que preferiam outro tipo de soluções que lhes permitisse ter mais autonomia na escolha do tipo de alimentos que comem, até porque a alimentação nem sempre é adequada às exigências alimentares de cada um (e.g. gosto, motivos de saúde).

"Preferia receber e depois fazer as nossas compras, porque há muita coisa que os adultos comem que as crianças não. Para quem tem criança preferia mais coisas para criança, por exemplo iogurte, Nestum." (Família Nóbrega, Mãe, Novembro, 2014)

"O que eu queria, naturalmente, era que me dessem uma ajuda em financiamento e eu comprava e eu fazia em casa. Porque essa alimentação deles não está em condições de comer, e além disso há coisas que não dá para eu comer com o problema que eu tenho porque eu tenho diabetes. Não vão conseguir atender às necessidades de cada um." (Famílias Abreu, Pai, Novembro, 2014)

Ao longo do dia as famílias procuram preparar as refeições de acordo com o que têm disponível e aproveitam, dentro do possível, todo o apoio que podem obter da escola ou da família. Ao pequeno-almoço costumam comer em casa juntos e geralmente é apenas pão e leite, chá ou café. As crianças por vezes levam o lanche de casa para a escola mas, em algumas famílias que não podem suportar esse custo, o lanche é disponibilizado pela escola. O mesmo acontece com o almoço das crianças que, mediante o escalão da ação social ou da decisão da direção da escola, pode ser totalmente participado. Os pais geralmente almoçam no emprego ou em casa se estiverem desempregados.

"Ele come na escola, tem os apoios todos. O pequeno-almoço toma em casa e depois toma na escola. Não leva lanche, tem lanche na escola, de manhã e à tarde. Almoço? Nós fazemos uma refeição por dia, almoço quase não se cozinha. Pão, batata cozida, ovos, arroz, massa, são essas pequenas coisas. Carne, quando eu tiver um euro. Porque está difícil mesmo." " (Família Alves, Mãe, Novembro, 2014)

"A nossa alimentação é arroz, feijão, massa, leite, às vezes iogurte, porque não é todas as vezes. Ao pequeno-almoço é pão e café, com fiambre se houver. Ao almoço é arroz com batata. Fruta quando tenho. Ao jantar feijão e arroz." (Família Pinto, Mãe, Novembro, 2014)

Ao longo do dia as famílias deparam-se com situações na sua alimentação que lhes causam desconforto. Segundo os testemunhos das famílias, apesar de ainda conseguirem sentir prazer com a alimentação, existem momentos em que o sentimento global é precisamente o de insatisfação. A falta de dinheiro limita-lhes significativamente a participação alimentar e estão, muitas vezes, excluídas de comer refeições fora de casa com a família num restaurante ou, por exemplo, num café. Mesmo em casa, algumas famílias deixaram de se reunir com tanta frequência com outros membros com quem já não habitam, por exemplo, no contexto de um almoço de família, uma vez que é dispendioso.

"De vez em quando consigo sentir prazer, mas nem sempre porque às vezes pode apetecer-me comer uma coisa que o dinheiro não chega para comprar. Eu já passei num restaurante e apetecia-me comer

bacalhau, mas o preço era um bocadinho alto então optei por ir ao Pingo Doce e comprei umas bolachas." (Família Nóbrega, Mãe, Novembro, 2014)

"Eu gosto muito de tomar um café de manhã. Ao fim-de-semana vou ali ao café tomar um café, eu vejo-os todos com bolos, a deitar para o chão, a estragar. Eu tava a olhar, nem por inveja, mas a pensar, quando é que eu me sento com a família a fazer um pequeno-almoço?" (Família Silva, Mãe, Novembro, 2014)

"Eu fiquei muito triste com este almoço de fim-de-semana, que já há mais de 30 anos que eu estava a fazer. Eles [os filhos] vinham, almoçavam e passavam cá o dia. Mas agora só uma vez ou outra porque eu já não tenho possibilidade" (Família Pinto, Mãe, Novembro, 2014).

Estratégias de adaptação

Para fazer face à situação de privação de longa duração, para a qual transitaram ou que apenas experimentam pontualmente, muitas famílias desenvolvem estratégias que lhes permite fazer face às suas necessidades, ainda que de uma forma precária dada a escassez de recursos. Se, por um lado, algumas famílias já estavam relativamente habituadas a lidar com os desafios que enfrentam no dia-a-dia, noutras a transição foi de tal modo radical que, na ausência de vivências de pobreza, têm que ser criativas para tentar adaptar-se às atuais contingências.

"Tento gastar o menos possível e comprar coisas que dê sempre para fazer mais comida para todos. Em vez de fazer costeletas, bifanas, faz-se um guisado que dá para todos. Nós temos meio quilo de carne de vaca, ou de carne de porco, não dá para 6 pessoas porque aquilo encolhe tudo, se for para costeletas dá para aí quatro. Então se for feito uma jardineira, um esparguete, nessa altura juntar um bocadinho de legumes para aumentar o volume e também dar alguma qualidade." (Família Silva, Mãe, Novembro, 2014)

"Eu há dias fiz duas postas de bacalhau e sobrou. Estava muito salgado. Voltei a passá-lo por água, desfiei-o e fiz pasteis de bacalhau. Com uma massinha. Mas de resto, estufados com batatas, com o que houver, batata só com batata." (Família Almeida, Mãe, Dezembro, 2014)

Para além da poupança e do recurso à ajuda alimentar, que já tínhamos referido, serem as principais formas de garantir que as famílias têm acesso a alguma comida, quando vão às compras ou cozinham optam por combinar alimentos e por confeccionar as refeições de modo a renderem. Por exemplo, fazendo com que ganhem algum volume (e.g. guisados em vez de assados, juntando legumes ou batata) ou reaproveitando as

sobras para cozinhar novas refeições (e.g. pasteis). Nas entrevistas, afirmaram que também costumam separar e congelar a comida em doses mais pequenas, incluindo a sopa, o pão e as sobras das refeições de modo a aumentar a sua duração. Fazer sopa é, aliás, uma das práticas mais transversais às diferentes famílias na medida em que consideram ser suficientemente consistente, saudável e económica.

"Temos o primeiro prato e pronto. Eu faço sempre sopa, só que dá para a semana toda. Fazemos a panela grande e dividimos em paletes. Às vezes o dinheiro dá para comprar um peitinho de frango" (Família Almeida, Mãe, Dezembro, 2014)

"Primeiro estava habituada a fazer um quilo de carne e agora faço menos. Separo em sacos para durar mais tempo." (Família Nogueira, Mãe, Dezembro, 2014)

Outras famílias reportaram também ter um pequeno terreno, geralmente cedido pela Câmara Municipal, onde podem cultivar alguns vegetais. No entanto, essa solução não abrange todas as famílias e, para além de exigir tempo e dedicação, a poupança que permite não é muito elevada, ao contrário, por exemplo, das práticas de poupança energética. De acordo com vários testemunhos, devido ao elevado custo das despesas com água e energia, para além de procurarem poupar na utilização da luz ou de outros eletrodomésticos (e.g. televisão, aspirador, forno) quando estão em casa, otimizam a utilização do gás ou da eletricidade (e.g. fogão elétrico) cozinhando em quantidade que dê para mais do que uma refeição.

"Tenho um bocado de terreno da câmara, que eu ponho um bocado de cebola, um bocado de batata, de alho, um pézinhos de couve. Tenho há já um ano e tal." (Família Abreu, Pai, Novembro, 2014)

"Tentar não gastar luz, o menos possível, por exemplo aspirar, uma vez ou outra por mês. O forno raramente acendo. Por acaso tenho sorte, a minha casa tem muita luz, não preciso de ter muitas luzes acesas. Não ter televisões, nada que não esteja a ser utilizado." (Família Silva, Mãe, Novembro, 2014)

"Muitas vezes eu faço mesmo uma panela só para dar para duas refeições porque não dá para fazer mais. Em vez de estar a gastar gás duas vezes faz uma vez, comemos o resto ao jantar." (Família Pinto, Mãe, Novembro, 2014)

Conclusões

O presente relatório apresentou os principais resultados dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do “Estudo de caracterização da pobreza e insegurança alimentar nas famílias portuguesas com crianças em idade escolar”, financiado pelo Programa Operacional de Assistência Técnica do Fundo Social Europeu e decorreu entre Novembro de 2013 e Março de 2015.

Procurámos com este estudo identificar situações de pobreza e insegurança alimentar das famílias portuguesas com crianças em idade escolar, reconhecendo que, desde o espólio da crise económica global, em 2008, as condições de vida das famílias portuguesas têm vindo a deteriorar-se. Pareceu-nos relevante traçar um diagnóstico destas condições e examinar como a alimentação das crianças e das suas famílias está a ser afetada pelos atuais constrangimentos socioeconómicos (por exemplo, as suas estratégias para fazer face à transformação das suas condições de vida). Utilizámos uma metodologia mista, nomeadamente uma análise secundária de indicadores nacionais e europeus sobre pobreza alimentar; um questionário aplicado junto de uma amostra representativa nacional de famílias com crianças e; entrevistas semiestruturadas a um conjunto de famílias carenciadas, com vista ao aprofundamento do conhecimento dos constrangimentos que enfrentam e das soluções que encontram para os ultrapassar. No que se segue, faremos conclusões parciais abrangendo os vários níveis de análise realizados e oferecendo algumas recomendações, para depois terminar com pistas para futura investigação nesta área.

Assim, **ao nível das desigualdades sociais e padrões de consumo alimentar** constatou-se que, nos últimos anos, e devido às políticas adoptadas na contenção da despesa pública, as assimetrias de rendimentos se acentuaram e que, em média, os rendimentos das famílias diminuíram. Verificou-se também que o risco de pobreza e a privação material aumentaram e afetaram, de forma particular, as crianças, os jovens e as suas famílias. Nas famílias mais carenciadas e nas que têm filhos, as despesas com a alimentação assumiram um peso significativo sobre os seus orçamentos, dificultando o acesso a padrões alimentares considerados mais saudáveis cujas recomendações oficiais promovem a diminuição do consumo excessivo de proteína animal, e encorajam um maior consumo de fruta e vegetais. Constatou-se também que o acesso à alimentação fora de casa (e.g. restaurantes) permaneceu bastante limitado pela falta de capacidade económica das famílias. Num contexto de escassez as despesas com a alimentação são consideradas flexíveis, privilegiando-se o pagamento de custos fixos (como a habitação, água, electricidade, gás).

As alterações ocorridas nos últimos anos implicaram desafios nas vidas das famílias, como alterações súbitas e até forçadas dos hábitos e das rotinas alimentares, experiências de carência e de dependência dos modos

de provisão do Estado e da comunidade local, vivências que são muitas vezes acompanhadas de sentimentos de insegurança, ansiedade, frustração, e que podem conduzir a um agravamento do bem-estar mental e emocional das famílias.

Por tudo isto, as desigualdades sociais são uma ameaça à longevidade, bem-estar e saúde dos grupos sociais e a principal força motriz da pobreza que, por sua vez, coloca as famílias em condições vulneráveis a situações de insegurança alimentar.

Ao nível da definição do conceito de segurança alimentar e da sua operacionalização, verificou-se que este conceito não é estanque e ao longo da sua evolução tem sofrido alterações no sentido de integrar progressivamente outras dimensões para além da disponibilidade alimentar (FAO 1996). Tais avanços conceptuais não podem ser dissociados dos contributos provenientes dos debates que denunciaram, por um lado, a centralidade dos constrangimentos socioeconómicos, materiais e geográficos no acesso a uma alimentação adequada e, por outro lado, a importância vital, social e emocional da utilização dos bens e serviços alimentares e da estabilidade dos respectivos consumos.

Constatou-se que a insegurança alimentar associa-se não apenas a condições de pobreza estrutural mas também a condições transitórias – mas nem por isso menos graves – de escassez de recursos. Uma vez que a insegurança alimentar nem sempre se manifesta de maneira evidente, podendo assumir formas mais ligeiras mas nem por isso menos sérias, é importante compreender onde residem os pontos de vulnerabilidade. Ou melhor, quais são os fatores de risco que promovem a emergência das preocupações dos indivíduos e das famílias quanto às suas disponibilidades alimentares. Identificar situações de vulnerabilidade, que escapam à definição mais precisa de pobreza, é uma tarefa árdua e requer uma forte sensibilidade na abordagem ao campo, tanto ao nível da formulação de instrumentos de pesquisa, como ao nível da definição do espectro de análise – daí a relevância das pesquisas de carácter qualitativo, que permitem a actualização e ajustamento dos instrumentos de pesquisa de grande escala.

Deste modo, **recomenda-se que se promovam mecanismos para se fazer uma avaliação sistemática e regular da situação de segurança alimentar** das famílias e dos indivíduos (através de técnicas mais extensivas à população, como os inquéritos por questionário). Mas que esta monitorização deve ser acompanhada de pesquisas periódicas, eventualmente de menor escala e com recurso a métodos qualitativos, que permitam a identificação de situações de insegurança alimentar transitória, de maneira a que seja possível compreender as suas causas e o seu impacto.

Ao **nível dos resultados mais concretos do inquérito por questionário realizado** junto de 2007 famílias com crianças em idade escolar verificámos que os factores de ordem económica são da maior relevância para explicar as situações de carência alimentar das famílias, sendo notória a relação entre pobreza e insegurança alimentar.

O estudo quantitativo revelou que um total de 11,6% (n=232) dos inquiridos registam situações de insegurança alimentar. Destas, 7,5% (n=150) das famílias encontram-se no nível **ligeiro de insegurança alimentar**, ou seja, manifestam preocupações acerca da adequação das suas disponibilidades alimentares e, antecipando um problema, desenvolvem estratégias de adaptação, optando, por exemplo, por alimentos mais baratos; 3,1% (n=62) dos casos inscrevem-se em situações de **insegurança alimentar moderada** onde se regista uma diminuição da ingestão de alimentos, com redução do tamanho ou número das refeições, com salvaguarda da alimentação das crianças do agregado; e por último, 1% (n=20) das famílias encontram-se em situação de **insegurança alimentar severa**, sendo que nestes casos a redução na ingestão de alimentos afeta todos os elementos do agregado, incluindo as crianças. Para além disto, constatou-se que as famílias com maior número de filhos têm também um risco acrescido de insegurança alimentar.

A maior parte das famílias que enfrentam situações de insegurança alimentar prefere recorrer ao apoio das redes de sociabilidade imediatas bem como à produção própria de alimentos, observando-se uma utilização mais reduzida dos meios de apoio institucionais, como as cantinas sociais ou a oferta de cabazes. Para 38,4% (n=89) das famílias em insegurança alimentar o Estado é a entidade que detém maior responsabilidade na provisão de apoio alimentar, sendo que para 26,7% (n=62) a situação mais favorável para solucionar este problema é a existência de uma distribuição partilhada de responsabilidade entre Estado, terceiro setor, empresas e sociedade civil.

De uma forma geral, verificam-se mudanças no sentido de racionalizar o consumo, como a diminuição dos gastos em restaurantes e cantinas (pelo recurso a refeições previamente preparadas em casa como as marmitas), minimização do desperdício, melhor organização doméstica das compras (de modo a evitar deixar estragar alimentos guardados no frigorífico) ou estratégias que permitam aumentar a eficiência energética durante a confecção dos alimentos. Porém a adoção de estratégias de adaptação é muito mais frequente nas famílias que vivem situações de insegurança alimentar, sintomática de constrangimentos na gestão do orçamento. Entre as famílias em insegurança alimentar o melhor aproveitamento dos alimentos e a poupança energética associada à confeção de refeições são as práticas mais frequentes.

A resiliência das famílias manifestada através do desenvolvimento de estratégias de adaptação não deverá ser interpretada como sinal tranquilizador no desenho de políticas públicas para o sector já que estas adaptações e ajustamentos no quotidiano são acompanhadas, frequentemente, por mudanças ao nível do consumo alimentar. Verificou-se que 22% (n=51) das famílias em insegurança alimentar afirmou ter vindo a reduzir as suas despesas com a alimentação ao longo dos últimos dois anos, fundamentalmente devido a uma perda de rendimentos associada ao aumento de outras despesas (e.g. transportes, habitação). Das famílias inseguras que reduziram as despesas com a alimentação, 72,5% (n=37) declararam ter diminuído o consumo de carne e 64,7% (n=33) diminuíram a frequência de consumo de peixe; em contrapartida, 44,9% (n=22) passaram a consumir produtos enlatados com maior frequência e 35,4% (n=17) aumentaram o consumo de congelados. Ou seja, estes resultados mostram de forma preocupante que os cortes na alimentação vão no sentido da adopção de hábitos alimentares considerados nutricionalmente desequilibrados. Se, por um lado, as famílias mostram alguma resiliência, por outro lado, a sua resiliência não espelha a adopção de práticas alimentares consideradas mais saudáveis. Acreditamos que este facto terá mais a ver com o mais fácil acesso destas famílias a produtos considerados menos saudáveis e, muitas vezes, com preços mais baixos, do que a questões de falta de educação alimentar. Mais estudos serão necessários para verificar esta asserção.

Atendendo aos resultados da nossa investigação, concluímos que a insegurança alimentar, apesar de ser mais prevalente nos segmentos mais pobres, atravessa o tecido social de modo transversal. Notamos não apenas o impacto dos rendimentos mas também da escolaridade, sendo manifesto o efeito impactante da combinação entre capital económico e escolar sobre a situação de segurança alimentar das famílias: é entre as famílias que combinam baixos volumes de escolaridade e rendimentos que observamos uma maior prevalência da insegurança alimentar, sobretudo da mais severa (ou seja, onde já se registam situações de fome entre as crianças). Em suma, a insegurança alimentar aflige famílias de todos os segmentos sociais, sendo de certa forma transversal, independente do nível de escolaridade ou dos rendimentos auferidos pelas famílias.

No que se refere às entrevistas semiestruturadas, a nossa amostra incidiu sobretudo em famílias com poucos recursos socioeconómicos, em situação de desemprego ou dependentes da ajuda alimentar. Este foi de facto um exercício enriquecedor que, apesar de se circunscrever à região de Lisboa e a famílias com níveis diferentes de insegurança alimentar, permitiu ilustrar alguns dos resultados obtidos no inquérito a partir de narrativas concretas contidas nos discursos das famílias.

De um modo geral, foi possível constatar que as transformações ocorridas nos últimos anos conduziram a um agravamento das condições económicas da família, muitas vezes impulsionado pelo desemprego mas,

também, pelos cortes nas transferências sociais, tal como sugerido por outros estudos (Unicef, 2013; Wall et al, 2015). Nesse sentido, foram as famílias que perderam a maior parte dos seus rendimentos e que, em alguns casos, continuam a não ter acesso a nenhum tipo de apoio alimentar, que mais alterações tiveram que fazer à sua alimentação. Isto não contradiz, porém, que algumas famílias que já enfrentavam dificuldades tenham visto a sua situação alimentar agravar-se. No entanto, a reduzida autonomia financeira que têm não lhes permite ter grande margem para fazer transformações a não ser recorrer à ajuda alimentar.

Enquanto algumas famílias alteraram apenas a diversidade da sua dieta e a qualidade dos produtos que adquiriam, noutras a quantidade de alimentos que comprou também diminuiu, o que é sugestivo de uma situação de insegurança alimentar mais grave. Para além da incapacidade de adquirirem os alimentos que necessitam ou desejam, a ida às compras tornou-se uma experiência frustrante e estigmatizante e, muitas famílias passaram a estar privadas de um conjunto de atividades alimentares em espaços públicos ou familiares (e.g. ir a um café ou restaurante, reunir a família toda à mesa de modo regular). Os programas de ajuda alimentar, que não são extensíveis a todas as famílias com carências alimentares, embora atenuem algumas das necessidades mais imediatas (e.g. dar comida quando ela é inexistente, permitir maior flexibilidade nos orçamentos para alimentação) são insuficientes para garantir o acesso estável a uma alimentação adequada. Em muitos casos, a alimentação disponibilizada não tem em conta as exigências de dieta do consumidor (e.g. motivos de saúde, crianças dependentes) e não é socialmente valorizada, sujeitando-as a fenómenos de exclusão alimentar. A par das implicações resultantes da pouca autonomia que têm, a perceção das restrições sobre as suas escolhas é descrita pelas famílias como uma experiência preocupante em termos emocionais. De modo a preservarem alguma autonomia, as famílias reproduzem ou desenvolvem novas formas de lidar e gerir a sua situação de privação, que passam pela poupança económica e energética, por aumentar a durabilidade dos alimentos através da congelação e por otimizar a comida e a energia disponível aproveitando os tempos e os métodos de confeção das refeições. Apesar das soluções encontradas para ultrapassar algumas das dificuldades que enfrentam, estas são insuficientes para garantir que tenham uma alimentação segura e nutricionalmente adequada.

Ao nível das políticas e iniciativas de promoção da segurança alimentar só muito recentemente, e na sequência da crise económica pós-2008, foram formulados instrumentos de combate à pobreza alimentar no quadro da provisão social. As anteriores iniciativas tinham um carácter específico e de alcance relativamente curto, com a excepção dos apoios prestados à população infantil no âmbito da ação social escolar.

A frágil presença do Estado português na formulação de instrumentos de âmbito nacional para erradicar a insegurança alimentar das famílias tem sido, até certo ponto, compensada por um esforço acrescido por

parte do poder local e também de entidades do terceiro setor, muitas vezes emergentes a partir de movimentos da sociedade civil. De facto, as respostas políticas ao nível do bem-estar e dos apoios sociais não foram lineares e se, por um lado, menos famílias beneficiam do acesso a um conjunto de apoios socioeconómicos, por outro lado, alguns auxílios foram flexibilizados e foram introduzidos novos programas de apoio alimentar às famílias mais carenciadas cujo funcionamento decorre de parcerias entre o Estado, as instituições de solidariedade social e, em alguns casos, as empresas; e também da iniciativa, da mobilização e da cooperação da sociedade civil. A agenda política em curso, que assenta sobretudo em critérios de redução da despesa e de transferência de competências e responsabilidades para a sociedade civil e para as empresas (Truninger et al. 2013a), embora tenha implementado medidas destinadas a aliviar algumas das consequências da pobreza, não tem sido capaz de inverter totalmente a tendência de precarização das condições de vida das famílias e de deterioração do seu bem-estar físico, emocional e social.

No âmbito da disseminação dos resultados do projecto, e a partir das sessões de divulgação pelas regiões do país, foi possível compreender melhor a realidade quotidiana dos intervenientes locais e regionais no que respeita o apoio alimentar às famílias carenciadas. Várias iniciativas e programas dos municípios estavam em marcha para fazer face à degradação das condições de vida de muitas famílias em dificuldade económica, e por isso, em carência alimentar. As iniciativas mais debatidas nessas sessões foram:

- Apoios no âmbito escolar: oferta de pequeno-almoço e/ou lanche; comparticipação total ou parcial do almoço na cantina escolar independentemente do escalão da ação social escolar;
- Oferta de cabazes alimentares ajustados às necessidades e preferências das famílias (considerando eventuais restrições alimentares relacionadas com questões de saúde, tais como, celíacos, diabéticos, etc.);
- Investimento nas cantinas sociais onde as refeições eram frequentemente servidas em regime de *take-away*. Esta estratégia na forma de distribuição das refeições permitia às famílias evitar situações de violência simbólica mantendo a sua auto-estima pessoal e social (não eram alvo de olhares incómodos ao serem vistas a comer nas cantinas sociais). Ao trazer as refeições para casa, mantinham os seus hábitos alimentares em família e evitavam fazer gastos energéticos associados à confeção alimentar;
- Distribuição de cartões solidários a utilizar em restaurantes parceiros que asseguravam refeições às famílias carenciadas e promoviam a autonomia das famílias nas escolhas e preferências alimentares (não tinham de estar sujeitas ao que era oferecido pelas instituições de apoio social);

- Concessão de apoios noutros domínios, sobretudo no da habitação, energia e saúde (compras de medicamentos), aliviando o orçamento familiar e permitindo uma maior autonomia das famílias nas compras alimentares;
- Disponibilização de espaços para criação de hortas comunitárias ou sociais, cuja produção poderia ser direcionada para lojas solidárias e vendida a preços reduzidos às famílias com carências económicas.

Assim, de uma forma geral, os **testemunhos dos intervenientes locais** apontam para uma forte necessidade de respostas direcionadas não apenas para as famílias com rendimentos que as colocam abaixo da linha de pobreza, mas também para aquelas que, não sendo elegíveis para os apoios pecuniários garantidos pelo governo central, não deixam de revelar acentuadas carências e dificuldades na gestão dos seus orçamentos. Aqui, salienta-se a importância da sensibilidade dos decisores locais na flexibilização da cedência de apoios, frequentemente com recurso a verbas próprias da autarquia (que já de si, e nalguns municípios são bastante escassas). As ações desenvolvidas pelas autarquias são frequentemente enquadradas em redes sociais locais mais amplas, onde se incluem as juntas de freguesia e as instituições particulares de solidariedade social (IPSS), o que possibilita uma gestão mais eficiente dos recursos e um alcance mais abrangente da população necessitada de apoios.

Recomenda-se por isso a promoção da criação de redes solidárias locais já que possibilita um melhor diagnóstico das necessidades das famílias – conhecidas de perto por quem trabalha no terreno – e, por outro lado, evita a duplicação de respostas, contribuindo assim para uma gestão mais eficiente dos recursos. Mas esta criação deve conter a **participação forte do Estado central**, não só como facilitador dos elos de ligação entre os parceiros mas também partilhando a responsabilidade de forma mais equilibrada com os municípios da segurança alimentar dos seus cidadãos. A transferência destas responsabilidades apenas para os municípios torna difícil a eficácia na distribuição dos apoios alimentares às famílias carenciadas devido a uma sobrecarga nos técnicos e no orçamento dos municípios. Como vimos, muitas das famílias inquiridas também estavam de acordo com uma estratégia, ou centrada apenas no Estado ou, não sendo esta viável, partilhada entre vários sectores (não sobrecarregando apenas os municípios) para promover programas e políticas de segurança alimentar e combate à pobreza.

Apesar da enorme relevância deste estudo e de mais investigação nesta área ser necessária no nosso país, é importante frisar algumas limitações do mesmo que poderão ser colmatadas em futuras investigações. Aponta-se assim a enorme escassez de dados que permitam conhecer a situação anterior à crise pós-2008,

bem como o contexto mais amplo dos hábitos alimentares dos portugueses. Recorde-se que o último grande inquérito alimentar nacional é de 1980, o que torna cada vez mais urgente a implementação do 2º inquérito. Outra limitação deste estudo foi o facto de, por razões orçamentais, termos tido necessidade de realizar um inquérito por telefone. E portanto, todas as famílias que não têm telefone fixo ou telemóvel ficaram excluídas da amostra. Outra importante limitação foi a escassez de tempo e recursos que impediram a realização de entrevistas junto de um número mais elevado de indivíduos e noutras localizações além de Lisboa. Embora as entrevistas realizadas sejam bastante satisfatórias dada a natureza exploratória do estudo, bem como a delicadeza do tema, que dificultou consideravelmente o recrutamento dos entrevistados. As pessoas não querem falar sobre algo que vêem como uma grande fragilidade e vulnerabilidade nas suas vidas – a sua situação de insegurança alimentar – e que pode ser lido, percebido socialmente e sentido na pele como ‘um falhanço’ como pais, como mães, e como cidadãos no geral. Esta questão da delicadeza e sensibilidade no tratamento deste tema pode ter provocado algum retraimento nas respostas. Este facto poderá ter conduzido alguns inquiridos a reportar situações menos graves do que as que vivem na realidade; pelo que o problema poderá ser mais grave do que o que é apresentado neste relatório. Situação que se agrava através de um inquérito por telefone, onde falar à distância sobre o problema, sem uma relação forte estabelecida face-a-face entre entrevistado e entrevistador pode proporcionar um maior retraimento.

Porém, mesmo com todas estas limitações, o estudo mostrou grande relevância na identificação e análise da insegurança alimentar em contexto de crise económica, dados os efeitos na saúde e bem-estar das populações – e muito particularmente no caso dos segmentos populacionais mais vulneráveis, como é o caso das crianças. Esta relevância é acrescida num contexto que tende a favorecer uma retracção do papel do Estado naquilo que se considera ser o modelo europeu do Estado Social. Por tudo isto é importante:

- Criar uma agenda de investigação, multidisciplinar, em torno da problemática da relação entre pobreza e alimentação;
- Produzir conhecimento detalhado e rigoroso sobre a realidade portuguesa, tanto através de métodos extensivos (quantitativos) como intensivos e em profundidade (qualitativos);
- Desenvolver instrumentos sistemáticos de avaliação e diagnóstico dos consumos alimentares das famílias for forma a monitorizar com regularidade os seus níveis de insegurança alimentar e permitir um enquadramento global (i.e. que tenham elementos comparativos internacionais);
- Convocar o debate informado sobre o papel das instituições internacionais e europeias, do Estado, das empresas e do terceiro setor na promoção da segurança alimentar das famílias de forma a concretizar estratégias e iniciativas com responsabilidade partilhada. Tendo aqui o Estado um papel central, não podendo estar ausente na assunção desta responsabilidade.

Bibliografia

- Almeida, João Ferreira de (2013), *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos. Portugal e a Europa*, Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Barrett, Christopher B. (2010), "Measuring Food Insecurity", *Science* Vol. 327, pp. 825-828.
- Bickel, G., M. Nord, C. Price, W. Hamilton & J. Cook (2000), *Measuring Food Security in the United States: Guide to Measuring Household Food Security - Revised 2000*, Virginia : USDA.
- Caplan, Pat (eds.) (1997) *Food, Health and Identity*. New York: Routledge
- DGS, Direcção Geral de Saúde (2012), *Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável – Orientações Estratégicas*, Lisboa: DGS.
- DGS, Direcção-Geral de Saúde (2014), *Portugal Alimentação Saudável em Números – 2014*, Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável.
- Dowler, Elizabeth & O'Connor, Deirdre (2012), "Rights-based approaches to addressing food poverty and food insecurity in Ireland and UK", *Social Science & Medicine*, vol. 74 (1), pp. 44-51.
- Dowler, Elizabeth (2002), "Food and Poverty in Britain: Rights and Responsibilities", *Social Policy & Administration*, vol. 36 (6), pp. 698-717.
- Dowler, Elizabeth, Sheila Turner e Barbara Dobson (2001), *Poverty Bites: Food, Health and Poor Families*. Child Poverty Action Group.
- Esping-Andersen, G. (1990), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge: Polity Press.
- Esping-Andersen, G. (2000), "Um Estado-Providência para o Século XXI: Sociedades em envelhecimento, economias baseadas no conhecimento e sustentabilidade dos Estados-Providência europeus", in Maria João Rodrigues (org.), *Para uma Europa da Inovação e do Conhecimento*, Oeiras: Celta Editora, pp. 79-125.
- Ferrera, Maurizio, Anton Hemerijck, e Martin Rhodes (2000), *O Futuro da Europa Social. Repensar o Estado e a Protecção Social na Nova Economia*, Oeiras, Celta Editora.
- Graça, Pedro e Maria J. Gregório (2013), "A Construção do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável – Aspectos Conceptuais, Linhas Estratégicas e Desafios Iniciais", *Revista Nutricias*, nº 18, pp. 6-9.
- INE (2012), *Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011 – IDEF 2010/2011*, Lisboa: INE.
- INE (2014) Inquérito às Condições de Vida e Rendimento – 2013 (Dados Provisórios). Instituto Nacional de Estatística, disponível em [file:///C:/Users/mtsousa/Downloads/24RendCondVida2013%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/mtsousa/Downloads/24RendCondVida2013%20(1).pdf) (consultado a 8 de Março de 2015)
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Suzana da Cruz Martins, José Luís Casanova e João Ferreira de Almeida (2003), "Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Nº 66, pp.45-80.
- Matsaganis, Manos e Chrysa Leventi (2014), "The distributional impact of austerity and the recession in Southern Europe", *South European Society and Politics*, 19(3), pp. 393-412.

- Maxwell, D. & R. Caldwell (2008), The Coping Strategies Index – A tool for rapid measurement of household food security and the impact of food aid programs in humanitarian emergencies. Field Methods Manual, 2ª Edição. http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/manual_guide_proced/wfp211058.pdf
- Maxwell, Daniel (1996), Measuring food insecurity: the frequency and severity of "coping strategies", *Food Policy*, Vol. 21, No. 3, pp. 291-303.
- Mozzicafreddo, Juan (1997), *Estado Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- OECD (2014), *Society at a glance 2014: OECD social indicators*, OECD Publishing.
- Pfeiffer, Sabine, Tobias Ritter e Andreas Hirseland (2011), "Hunger and nutritional poverty in Germany: quantitative and qualitative empirical insights". *Critical Public Health*, 21(4), pp. 417-428.
- PNPAS (2012)
- Rodrigues, Eduardo Vítor (2010), "O Estado e as Políticas Sociais em Portugal", *Sociologia*, vol. XX, pp. 191-230.
- Silva, Pedro Adão e (2002), "O modelo de welfare na Europa do Sul: Reflexões sobre a utilidade do conceito", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 38, pp. 25-59).
- Therborn, Goran (2013). *The Killing Fields of Inequality*. Cambridge: Polity Press.
- Truninger, Mónica, José Teixeira, Ana Horta, Sílvia Alexandre, Vanda A. Da Silva (2013a), "Estado social e alimentação escolar: criatividade na austeridade", *Fórum Sociológico*, 23, 11-19.
- Truninger, Mónica, José Teixeira, Ana Horta, Vanda A. da Silva, Sílvia Alexandre (2013b), "Schools' health education in Portugal: a case study on children's relations with school meals", *Educação, sociedade e culturas*, 38, 117-133.
- Unicef (2013), *As crianças e a crise em Portugal*, Vozes das Crianças, Políticas Públicas e Indicadores Sociais.
- United Nations (1976), International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights.
- Wall, Karin (1995), "Apontamentos sobre a família na política social portuguesa", *Análise Social*, vol. XXX (131-132), pp. 431-458.
- Wall, Karin (coord.), Sofia Aboim, Mafalda Leitão & Sofia Marinho (2012), *Observatório das Famílias e das Políticas de Família - Relatório 2011*, Lisboa: Observatórios do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Wall, Karin (coord.), Susana Atalaia, Mafalda Leitão & Sofia Marinho (2013), *Observatório das Famílias e das Políticas de Família - Relatório 2012*, Lisboa: Observatórios do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Wall, Karin; Ana N. de Almeida; Maria M. Vieira; Vanessa Cunha (coord.) Leonor Rodrigues; Filipa Coelho, Mafalda Leitão, Susana Atalaia (2015), *Impactos da Crise nas Crianças Portuguesas*, Lisboa: ICS.
- Webb, Patrick, Jennifer Coates, Edward A. Frongillo, Beatrice Lorge Rogers, Anne Swindale & Paula Bilinsky (2006), "Measuring Household Food Insecurity: Why It's So Important and Yet So Difficult to Do", *Journal of Nutrition* Vol. A26136 (5), pp. 1404-1408.

Anexos

Anexo 1

Inquérito por questionário (incluindo instruções para inquirição)

Boa tarde/Boa noite, o meu nome é ... e estou a contactá-lo no âmbito de um estudo sobre a alimentação das famílias em Portugal que está a ser realizado pela Universidade de Lisboa. Gostaríamos de o convidar a responder a um breve questionário que terá uma duração aproximada de 10 a 15 minutos.

F1- Aceita responder?

*Sim **PROGRAMAÇÃO – continua***

*Não **PROGRAMAÇÃO – Agradecer e terminar***

PROGRAMAÇÃO – Texto introdutório

Agradecemos a sua disponibilidade para participar neste estudo. Neste questionário não existem respostas certas nem erradas, o que nos interessa é conhecer a sua opinião sincera em relação às questões que lhe vamos colocar. Para além disso, as respostas são anónimas, pelo que garantimos a confidencialidade total das informações prestadas.

Legendas	
L	Entrevistador lê as hipóteses de resposta
E	Resposta espontânea do inquirido (com ou sem categoria de resposta, a registar pelo entrevistador)
R	Entrevistador regista resposta, sem perguntar ao inquirido – aplica-se apenas no caso da variável “Sexo”
Verb.	Registar a resposta do inquirido da maneira mais completa possível (tipo “ditado”)
Cat.	Registar apenas a categoria de resposta indicada pelo indivíduo (aplica-se nos casos de “Outra. Qual?”)
→	Indicações para o entrevistador

CONTROLO/FILTROS <i>PROGRAMAÇÃO não colocar no script</i>		
0.1 L	Qual a região onde reside? (selecionar apenas uma opção) <i>Entrevistador : Ler alto</i>	
	Norte	1
	Centro	2
	Lisboa	3
	Alentejo	4
	Algarve	5
0.2 E	Existe alguma criança a residir no seu lar que esteja atualmente a frequentar o 1º ou o 2º ciclo do ensino básico (portanto, entre o 1º e o 6º ano de escolaridade)?	
	Sim	1
	Não <i>PROGRAMAÇÃO – TERMINA</i>	2
0.2.1 E	<i>PROGRAMAÇÃO – SE SIM 0.2 - Nesse caso, qual o nível de ensino frequentado pela(s) criança(s)? (selecione apenas uma opção)</i>	
	1º ciclo	1
	2º ciclo	2
	Ambos	3
0.3	É o encarregado de educação ou um dos responsáveis pela educação da criança?	
	Sim	1
	Não – <i>PROGRAMAÇÃO- Entrevistador: Seria possível falar com o encarregado de educação ou um dos responsáveis pela educação da criança?</i>	
	<i>SE SIM – volta ao texto introdutório</i> <i>SE NÃO, termina o inquérito/reagenda</i>	

0.3.1	PROGRAMAÇÃO – SE SIM 0.3 Qual o seu grau de parentesco em relação à(s) criança(s)?	
E	Pai	1
	Mãe	2
	Avô	3
	Avó	4
	Irmão	5
	Irmã	6
	Tio	7
	Tia	8
	Outro	9
0.3.1.1	PROGRAMAÇÃO – SE “OUTRO”, qual?	
→	Cat.	

Alterações nas despesas com alimentação PROGRAMAÇÃO não colocar no script		
1	Nos últimos dois anos, diria que houve alterações na alimentação na sua casa?	
E	Sim	1
	Não	2
	NS/NR (Não LER)	9
1.1	PROGRAMAÇÃO SE SIM, quais?	
1.2	PROGRAMAÇÃO SE SIM, por que razões?	
→	PROGRAMAÇÃO SE “NÃO” OU “NS/NR”, passa para 1.3	
1.3	Diria que, nos últimos dois anos, as suas despesas com alimentação: Entrevistador: [ler as hipóteses de seguida, sem interromper a pergunta] (escolher apenas uma opção)	
L	Aumentaram	1
	Reduziram	2
	Não se alteraram	3
	NS/NR(Não LER)	9
1.3.1	PROGRAMAÇÃO SE “REDUZIRAM” Código 2 na 1.3, Disse que as vossas despesas com alimentação reduziram. Vou apresentar-lhe um conjunto de motivos habituais para essa situação e pedir-lhe que, para cada um deles, indique se se aplica ou não ao seu caso.	
L	Entrevistador: Ler alto	
	Porque houve uma diminuição dos rendimentos do agregado	0/1
	Porque houve um aumento das outras despesas (e.g. transporte, energia, habitação)	0/1
	Porque o agregado familiar diminuiu (e.g. alguém saiu de casa)	0/1
	Outra – “Existe mais algum motivo que eu não tenha indicado e que gostasse de mencionar?”	0/1
1.3.1.1	PROGRAMAÇÃO SE “OUTRA”, qual?	
→	PROGRAMAÇÃO SE “AUMENTARAM”, “NÃO SE ALTERARAM” OU “NS/NR”, passa para 2	

Transformações nos consumos alimentares PROGRAMAÇÃO não colocar no script		
2	Vou apresentar-lhe algumas situações e pedir-lhe que indique, para cada uma, se nos últimos dois anos passaram a fazê-la na sua família, Entrevistador: Ler situação seguida da escala com “Menos frequência” (1), “A mesma frequência” (2) “Mais frequência” (3) “Nunca fiz nem faço isso” (4) “NS/NR”(não ler) (9).	
L	Ler a escala sempre para cada situação apresentada.	
→	PROGRAMAÇÃO RODAR situações	
2.1.1	Comer produtos biológicos certificados	
2.1.2	Comer produtos frescos	
2.1.3	Comer produtos congelados	
2.1.4	Comer produtos enlatados ou de conserva	
2.1.5	Comer fruta	
2.1.6	Comer legumes	
2.1.7	Comer carne	
2.1.8	Comer peixe	
2.1.9	Comer fora de casa (em restaurantes, cafés, pastelarias)	
2.1.10	Comprar produtos de marca branca	
2.1.11	Reaproveitar as sobras das refeições	
2.1.12	Levar uma refeição feita em casa para o trabalho ou para a escola/universidade (e.g. marmita)	
2.1.13	Comer no refeitório da escola ou do trabalho	
2.1.14	Comer no refeitório da escola fora do período lectivo	

Critérios de compra <i>PROGRAMAÇÃO não colocar no script</i>		
3 L	Quando compra alimentos, quais são os fatores mais importantes nas suas escolhas? (escolha apenas três hipóteses e ordene-as de 1 a 3 por ordem de importância, sendo 1 a mais importante e 3 a menos importante) “Vou apresentar-lhe um conjunto de fatores que podem ser importantes na compra de alimentos. Peço-lhe que, dos que vou indicar, escolha os três mais importantes para si. [após seleção dos três mais importantes] Pedia-lhe agora que ordenasse esses fatores por ordem de importância, do mais importante para o menos importante [entrevistador codifica, sem mencionar a escala numérica de resposta]	
→	PROGRAMAÇÃO RODAR CRITÉRIOS	
3.1.1	Preferências da família	
3.1.2	Sabor	
3.1.3	Preço PROGRAMAÇÃO NÃO APARECER EM 1º LUGAR	
3.1.4	Método de produção (e.g. biológico, bem-estar animal, comércio justo)	
3.1.5	Aparência/Frescura	
3.1.6	Marca	
3.1.7	Segurança alimentar (e.g. aditivos, valor nutricional)	
3.1.8	Ser de preparação rápida e prática	
3.1.19	Origem de produção (país, região, local)	
3.1.10	Evitar alergias alimentares	
3.1.11	Outro PROGRAMAÇÃO NÃO RODAR	
3.1.11.1	SE “OUTRO”, qual?	Cat.
3.1.12	NS/NR (NÃO LER)	0/1

Locais de compra dos alimentos <i>PROGRAMAÇÃO não colocar no script</i>		
4 L (PROGRAMAÇÃO: não ler NS/NR)	Agora vou pedir-lhe que indique com que frequência costuma adquirir produtos alimentares em cada um dos estabelecimentos que vou apresentar – nunca, às vezes, muitas vezes ou sempre. Por favor indique com que frequência costuma adquirir produtos alimentares em cada um dos seguintes locais – PROGRAMAÇÃO: “Nunca” (1), “Às Vezes” (2), “Muitas vezes” (3) ou “Sempre” (4) ou “NS/NR” (9).	
→	PROGRAMAÇÃO: RODAR estabelecimentos	
4.1.1	Cooperativas	
4.1.2	Feiras e/ou mercados	
4.1.3	Lojas especializadas (e.g. frutarias, talhos, peixarias)	
4.1.4	Produção própria/pesca/caça	
4.1.5	Diretamente ao produtor (e.g. hortas, quintas)	
4.1.6	Super/hipermercados	
4.1.7	Ofertas de familiares/amigos/vizinhos	
4.1.8	Internet (compras online)	
4.1.9	Lojas e/ou feiras de produtos biológicos	
4.1.10	Outra – “Há algum outro local onde costuma comprar alimentos que eu não tenha mencionado?” PROGRAMAÇÃO NÃO RODAR	
4.1.10.1	PROGRAMAÇÃO: SE “OUTRA”, qual?	Cat.
4.2 E	Tem facilidade em deslocar-se até aos locais onde costuma comprar alimentos?	
	Sim	1
	Não	2
	NS/NR (Não LER)	9

Hábitos alimentares <i>PROGRAMAÇÃO não colocar no script</i>		
5 L (não ler NS/NR)	Vou agora ler-lhe algumas afirmações que as pessoas têm feito em relação à sua alimentação. Peço-lhe que para cada uma delas indique se se aplica ou não ao seu caso. “Cá em casa...” PROGRAMAÇÃO: aplica (1) ou não se aplica (0) ou “NS/NR” (9).	
→	PROGRAMAÇÃO: RODAR Afirmações	
5.1.1	Começamos a cozinhar e a preparar refeições de uma forma diferente para evitar desperdício	
5.1.2	Passámos a comprar alimentos em estabelecimentos mais baratos	
5.1.3	Passámos a organizar melhor os alimentos no frigorífico para evitar que se estraguem	
5.1.4	Passámos a transmitir às crianças a importância de não desperdiçar comida	

5.1.5	Trocámos os lanches comprados fora de casa (e.g. pré-confeccionados/embalados) por lanches feitos em casa	
5.1.6	As crianças deixaram de comer no refeitório da escola e passaram a levar almoço de casa (e.g. merenda, marmita)	
5.1.7	Começámos a utilizar mais o congelador (e.g. aproveitamento de refeições, porções individualizadas para toda a semana)	
5.1.8	Passámos a cultivar alguns legumes, frutas ou ervas aromáticas	
5.1.9	Recuperámos maneiras de conservar e cozinhar alimentos do tempo dos nossos pais ou avós	
5.1.10	Começámos a cozinhar de forma a não gastar tanta energia (e.g. utilizar menos o forno, desligar o fogão antes de os alimentos estarem completamente cozinhados, optar por refeições frias).	

Meios alternativos de provisão alimentar <i>PROGRAMAÇÃO não colocar no script</i>		
6 L (não ler NS/NR)	Nos últimos dois anos, algumas famílias tiveram que recorrer a alternativas para assegurar os seus consumos alimentares. Vou apresentar-lhe algumas situações e pedir-lhe que diga, para cada uma delas, se se aplica ao seu caso e com que frequência (<i>Entrevistador ler 1ª situação</i>) Diria que se aplica-se Nunca, às vezes, muitas vezes ou Sempre? <i>Entrevistador fazer igual para restantes situações</i> <i>PROGRAMAÇÃO: "Nunca" (1), "Às Vezes" (2), "Muitas vezes" (3) ou "Sempre" (4) ou "NS/NR" (Não LER) (9):</i>	
6.1.1	Recorrer à ajuda de familiares, amigos ou vizinhos	
6.1.2	Recorrer à ajuda de uma instituição de apoio social	
6.1.3	Recorrer à produção agrícola própria, familiar ou comunitária (hortas, pesca, produção animal)	
6.1.4	Recorrer a cantinas sociais	
6.1.5	Recorrer à oferta de cabazes	
6.1.6	Outra – <i>"Existe alguma outra situação que gostasse de referir?"</i>	
6.1.6.1	<i>PROGRAMAÇÃO: SE "OUTRA", qual?</i>	Cat.

Entidades com responsabilidade no apoio alimentar <i>PROGRAMAÇÃO não colocar no script</i>		
7 L	Existem várias possibilidades de apoio alimentar às famílias. Das seguintes, indique qual a que lhe parece que deve apoiar mais as famílias (<i>PROGRAMAÇÃO seleccione apenas uma opção</i>).	
	Familiares, amigos ou vizinhos	1
	Estado	2
	Instituições de solidariedade social (e.g. IPSS)	3
	Instituições religiosas (e.g. Cáritas)	4
	Empresas (e.g. campanhas de descontos, iniciativas de responsabilidade social)	5
	Todas as anteriores	6
	Nenhuma, acho que as pessoas devem ser capazes de assegurar a sua alimentação sem apoio.	7
	NS/NR(Não LER)	9

Segurança alimentar – Screening & Follow-up PROGRAMAÇÃO não colocar no script		
8 L	<p>Agora vou ler-lhe um conjunto de afirmações e pedir-lhe que indique qual a que descreve melhor a alimentação em sua casa nos últimos 12 meses? Entrevistador LER TODAS AS AFIRMAÇÕES</p> <p>Qual das seguintes afirmações descreve melhor a alimentação na sua casa nos últimos 12 meses, escolha apenas uma opção?</p> <p>PROGRAMAÇÃO RESPOSTA ÚNICA</p>	
	"Comemos sempre o suficiente e os alimentos que queremos"	1
	"Comemos sempre o suficiente mas nem sempre os alimentos que queremos"	2
	"Por vezes não comemos o suficiente"	3
	"Muitas vezes não comemos o suficiente"	4
	NS/NR(Não LER)	9
8.1	<p>PROGRAMAÇÃO SE CODIGO 2 NA PERGUNTA 8</p> <p>OUTRAS RESPOSTAS CONTINUAM</p> <p>Disse que têm sempre o suficiente para comer mas nem sempre os alimentos que querem; vou apresentar-lhe um conjunto de motivos possíveis para essa situação e peço-lhe que indique, para cada um, se se aplica ou não ao seu caso.</p> <p>Temos o suficiente para comer mas nem sempre os alimentos que queremos, porque</p> <p>ENTREVISTADOR LER RAZÕES UMA A PROGRAMAÇÃO RESPOSTA MÚLTIPLA</p>	
8.1.1	"Não temos dinheiro suficiente para comprar alimentos"	
8.1.2	"É muito difícil ter acesso a um local de venda de alimentos"	
8.1.3	"Estamos em dieta para perder peso"	
8.1.4	"É muito difícil encontrar os tipos de alimentos que queremos"	
8.1.5	"É muito difícil encontrar alimentos de boa qualidade"	
8.1.6	NS/NR	
8.2 L	<p>PROGRAMAÇÃO SE CODIGO 3 E 4 NA PERGUNTA 8</p> <p>OUTRAS RESPOSTAS CONTINUAM</p> <p>Disse que por vezes/muitas vezes não temos o suficiente para comer", por que razões? Vou apresentar-lhe várias razões possíveis, peço-lhe que indique, para cada uma, se se aplica ou não ao seu caso. (pode seleccionar mais do que uma opção)</p> <p>PROGRAMAÇÃO RESPOSTA MÚLTIPLA</p>	
8.2.1	"Não temos dinheiro suficiente para comprar alimentos"	
8.2.2	"É muito difícil ter acesso a um local de venda de alimentos"	
8.2.3	"Estamos em dieta para perder peso"	
8.2.4	"Não temos condições para cozinhar adequadamente (p. ex. falta de gás, electricidade ou de algum electrodoméstico)"	
8.2.5	"Não somos capazes de cozinhar ou comer por problemas de saúde"	
8.2.6	NS/NR(Não LER)	
→	<p>PROGRAMAÇÃO SE CODIGO 1 NA PERGUNTA 8</p> <p>"Temos sempre o suficiente para comer e os alimentos que queremos", passa para 10 – perguntas de caracterização</p>	

Segurança alimentar – Stage 1 PROGRAMAÇÃO não colocar no script		
8.3 L	<p>Agora vou ler-lhe algumas afirmações que as pessoas têm feito sobre a situação alimentar que enfrentam. Indique para cada uma se, no seu caso, nos últimos 12 meses a afirmação se aplica frequentemente (1), por vezes (2) ou nunca (3) ou NS/NR (NÃO LER) (9).</p>	
8.3.1	"Tive receio que a nossa comida acabasse e que não tivéssemos dinheiro para comprar mais"	
8.3.2	"A comida que comprámos acabou por não chegar e não tivemos dinheiro para comprar mais"	
8.3.3	"Não tivemos dinheiro para comer refeições equilibradas"	
8.3.4	"Comprámos apenas alguns alimentos baratos para alimentar as crianças porque o nosso dinheiro para comprar comida estava a chegar ao fim"	
8.3.5	"Não conseguimos alimentar as crianças com refeições equilibradas porque não tivemos dinheiro para tal"	
→	<p>PROGRAMAÇÃO se "NUNCA" ou NS/NR EM TODAS AS PERGUNTAS DESTES BLOCOS, passa para 10 – perguntas de caracterização.</p>	

Segurança alimentar – Stage 2 <i>PROGRAMAÇÃO não colocar no script</i>		
8.4 L	<i>Em relação a esta afirmação feita por outras pessoas: “As crianças não estavam a comer o suficiente porque simplesmente não podíamos suportar os custos com a alimentação”, pode dizer-nos se últimos 12 meses se aplicou a si [ENTREVISTADOR: ler escala logo de seguida, sem interromper a pergunta]:</i>	
	Frequentemente	1
	Por vezes	2
	Nunca	3
	NS/NR (Não LER)	9
8.4 E	<i>Nos últimos 12 meses reduziu o tamanho ou o número de refeições porque não havia dinheiro suficiente para comprar alimentos?</i>	
	Sim	1
	Não	2
	NS/NR	9
8.4.1 L	<i>PROGRAMAÇÃO SE SIM NA 8.4 Com que frequência?</i>	
	Frequentemente	1
	Por vezes	2
	NS/NR(Não LER)	9
8.5 E	<i>Nos últimos 12 meses comeu menos do que sentiu que devia porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?</i>	
	Sim	1
	Não	2
	NS/NR	9
8.6 E	<i>Nos últimos 12 meses alguma vez passou fome porque não tinha dinheiro para comprar comida?</i>	
	Sim	1
	Não	2
	NS/NR	9
8.7 E	<i>Por vezes as pessoas perdem peso porque não têm o suficiente para comer. Nos últimos 12 meses perdeu peso porque não havia comida suficiente?</i>	
	Sim	1
	Não	2
	NS/NR	9
→	<i>PROGRAMAÇÃO SE “NÃO” OU NS/NR EM TODAS AS PERGUNTAS DESTE BLOCO, passa para 10 – perguntas de caracterização.</i>	

Segurança alimentar – Stage 3 <i>PROGRAMAÇÃO não colocar no script</i>		
8.8 E	<i>Nos últimos 12 meses esta situação aconteceu-lhe ou aconteceu a algum membro do seu agregado familiar: ter de passar um dia sem comer porque não havia dinheiro suficiente para comprar alimentos?</i>	
	Sim	1
	Não	2
	NS/NR	9
8.8.1 L	<i>PROGRAMAÇÃO SE SIM NA 8.8, com que frequência?</i> <i>ENTREVISTADOR: LER</i>	
	Frequentemente	1
	Por vezes	2
	NS/NR(Não LER)	9
8.9 L	<i>Nos últimos 12 meses alguma vez teve de reduzir o tamanho das refeições de alguma das crianças porque não havia dinheiro suficiente para comprar alimentos?</i> <i>ENTREVISTADOR: LER</i>	
	Sim	1
	Não	2
	NS/NR(Não LER)	9
8.10 E	<i>Nos últimos 12 meses alguma das crianças saltou refeições porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?</i>	
	Sim	1
	Não	2
	NS/NR	9
8.10.1 L	<i>PROGRAMAÇÃO SE SIM NA 8.10,, com que frequência?</i> <i>ENTREVISTADOR: LER</i>	
	Frequentemente	1
	Por vezes	2

	NS/NR(Não LER)	9
8.11 E	Nos últimos 12 meses as crianças alguma vez tiveram fome porque não teve dinheiro para comprar comida?	
	Sim	1
	Não	2
	NS/NR	9
8.11.1 L	PROGRAMAÇÃO SE SIM NA 8.11, com que frequência? ENTREVISTADOR: LER	
	Frequentemente	1
	Por vezes	2
	NS/NR(Não LER)	9
8.12 E	Nos últimos 12 meses alguma das crianças passou um dia sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?	
	Sim	1
	Não	2
	NS/NR	9

Caracterização do inquirido <i>PROGRAMAÇÃO não colocar no script</i>		
→	“Para terminar, vou colocar-lhe algumas questões de caracterização”	
10.1 E	Qual é a sua idade?	
10.2 R	Sexo	
	Feminino	1
	Masculino	2
10.3 L	Diria que o meio em que reside é predominantemente [ler categorias de seguida, sem interrupção da pergunta]:	
	Urbano	1
	Semiurbano	2
	Rural	3
	NS/NR(Não LER)	9

Caracterização das crianças do agregado <i>PROGRAMAÇÃO não colocar no script</i>		
10.4	Quantas crianças fazem parte do agregado familiar?	n.º
10.5 L/R	E quais os níveis de ensino das crianças? [entrevistador regista n.º de crianças por nível de ensino]	
10.5.1	Pré-escolar	
10.5.2	1º ciclo	
10.5.3	2º ciclo	
10.5.4	3º ciclo	
10.5.5	Ensino secundário	
10.5.6	Ensino superior	
10.5.7	NS/NR	
10.6	As crianças tem/têm acesso a apoios no âmbito da ação social escolar (SASE)?	
	Sim	1
	Não	2
	NS/NR	9
10.6.1	PROGRAMAÇÃO SE SIM NA 10.06, qual é o escalão?	
	Escalão A (comparticipação a 100%)	1
	Escalão B (comparticipação a 50%)	2
	Escalão C (sem participação, mas com outros apoios, como computadores portáteis)	3
	NS/NR	9
10.6.2	PROGRAMAÇÃO SE NÃO NA 10.06.1, têm algum apoio no preço do almoço na escola?	
	Sim	1
	Não	2
	NS/NR	9

10.7	A(s) criança(s) têm acesso a outros apoios na escola, como [ENTREVISTADOR ler de seguida primeira opção, depois fazer pausa entre opções para entrevistado responder “sim” ou “não”]:	
10.7.1	Oferta de pequeno-almoço ou lanche	
10.7.2	Oferta de fruta	
10.7.3	Acesso ao refeitório escolar fora do período letivo (e.g. férias)	

Composição do agregado familiar <i>PROGRAMAÇÃO não colocar no script</i>			
10.8 E	Pedia-lhe agora que me dissesse, para além de si, quem faz parte do agregado familiar, indique o grau de parentesco de cada pessoa em relação à criança mais nova do agregado familiar. [ENTREVISTADOR: depois de indicada a composição do agregado familiar, perguntar idade dos elementos: “pode por favor indicar a idade de cada pessoa?”]		
	Parentesco	Idade	
	Pai (1) Mãe (2) Avô (3) Avó (4) Irmão (5) Irmã (6) Tio (7) Tia (8) Outro/a (9) NS/NR (99)	→ PROGRAMAÇÃO Fazer corresponder a variável “Idade” com a variável “Parentesco”, tendo como referência o número da alínea	
10.8.1		10.7.1.1	
10.8.2		10.7.2.1	
10.8.3		10.7.3.1	
10.8.4		10.7.4.1	
10.8.5		10.7.5.1	
10.8.6		10.7.6.1	
10.8.7		10.7.7.1	
10.8.8		10.7.8.1	
10.8.9		10.7.9.1	
10.8.10		10.7.10.1	
10.9	Qual é o nível de escolaridade mais elevado que o pai e a mãe da(s) criança(s) em idade escolar completaram? <i>ENTREVISTADOR REGISTRAR QUESTÕES PARA O PAI E PARA A MÃE</i>		
	Nenhum (1) Básico – 1º ciclo (4º ano) (2) Básico – 2º ciclo (6º ano) (3) Básico – 3º ciclo (9º ano) (4) Ensino secundário (12º ano) (5) Ensino pós secundário (cursos técnicos; ensino médio) (6) Ensino superior (7) NS/NR (9)		
10.9.1	Pai		
10.9.2	Mãe		
→	ABRIR 10.9.3 APENAS SE O INQUIRIDO NÃO FOR O PAI OU A MÃE DA CRIANÇA (tendo por referência resposta à pergunta 0.3.1)		
10.9.3	Outro		

10.10 E	Qual é a situação profissional do pai e da mãe da(s) crianças? [ENTREVISTADOR se a resposta não for imediata, apoiar com “encontra-se empregado, desempregado...”; depois de o entrevistado responder, validar com modalidades de resposta previstas, por exemplo, se disser que se encontra empregado: “e trabalha a full-time ou part-time?” e “trata-se de serviço cívico ou militar?”; o mesmo no caso de indicar estar desempregado]	
	A trabalhar a tempo inteiro (ou ausente temporariamente) (empregado por conta de outrem, conta própria, no negócio da família por 30 horas semanais ou mais) (1) A trabalhar em part-time (ou temporariamente ausente) (por conta de outrem, conta própria, no negócio da família por menos de 30 horas semanais) (2) A estudar mesmo se de férias (sem ser remunerado) (3) Desempregado e (ativamente) à procura de emprego (4) Desempregado, à espera de emprego mas não (ativamente) à procura de emprego (5) Em situação de doença ou incapacidade/invalidez permanente (6) A fazer serviço cívico ou militar (7) A fazer trabalho doméstico, a cuidar de crianças ou de outras pessoas (8) Encontra-se emigrado (9) Outra situação (10) NS/NR (99)	
10.10.1	Pai	
10.10.1.1	PROGRAMAÇÃO SE ESTÁ DESEMPREGADO, há quanto tempo? (dias/meses/anos)	
10.10.1.2	PROGRAMAÇÃO SE ESTÁ DESEMPREGADO, recebe subsídio de desemprego?	
	Sim	1
	Não	2
	NS/NR	9
10.10.1.3	PROGRAMAÇÃO SE ESTÁ EMPREGADO, qual o número médio de horas de trabalho semanal?	
10.10.2	Mãe	
10.10.2.1	PROGRAMAÇÃO SE ESTÁ DESEMPREGADA, há quanto tempo? (dias/meses/anos)	
10.10.2.2	PROGRAMAÇÃO SE ESTÁ DESEMPREGADA, recebe subsídio de desemprego?	
	Sim	1
	Não	2
	NS/NR	9
10.10.2.3	PROGRAMAÇÃO SE ESTÁ EMPREGADA, qual o número médio de horas de trabalho semanal?	
→	PROGRAMAÇÃO ABRIR 10.10.3 APENAS SE O INQUIRIDO NÃO FOR O PAI OU A MÃE DA CRIANÇA (tendo por referência resposta à pergunta 0.3.1)	
10.10.3	Outro	
10.10.3.1	PROGRAMAÇÃO SE ESTÁ DESEMPREGADO, há quanto tempo? (dias/meses/anos)	
10.10.3.2	PROGRAMAÇÃO SE ESTÁ DESEMPREGADO, recebe subsídio de desemprego?	
	Sim	1
	Não	2
	NS/NR	9
10.10.3.3	PROGRAMAÇÃO SE ESTÁ EMPREGADO, qual o número médio de horas de trabalho semanal?	
10.11 E	Qual é a condição perante o trabalho do pai e da mãe da criança? [deixar o entrevistado responder; se a resposta não for imediata, apoiar com “trabalha por conta própria, por conta de outrem...”; depois de o entrevistado responder, por exemplo, “trabalho por conta própria”, verificar categoria perguntando “e tem empregados?”] (escolher apenas uma opção)	
	Trabalha por conta própria, com empregados (1) Trabalha por conta própria, sem empregados (2) Trabalha por conta de outrem (3) Trabalhador/a familiar não remunerado/a (4) Aprendiz, praticante ou em estágio profissional (5) NS/NR (9)	
10.11.1	Pai	
10.11.2	Mãe	
→	ABRIR 10.11.3 APENAS SE O INQUIRIDO NÃO FOR O PAI OU A MÃE DA CRIANÇA (tendo por referência resposta à pergunta 0.3.1)	
10.11.3	Outro	
10.12	O pai e a mãe da criança, têm mais algum emprego ou fazem algum “biscate”?	

10.12.1	Pai	
	Sim	1
	Não	2
	NS/NR	9
10.12.2	Mãe	
	Sim	1
	Não	2
	NS/NR	9
→	ABRIR 10.11.3 APENAS SE O INQUIRIDO NÃO FOR O PAI OU A MÃE DA CRIANÇA (tendo por referência resposta à pergunta 0.3.1)	
10.12.3	Outro	
	Sim	1
	Não	2
	NS/NR	9
10.13 L	Qual das seguintes hipóteses descreve melhor a sua situação residencial? (escolher apenas uma opção)	
	Sou dono/a da minha casa e não tenho crédito à habitação	1
	Sou dono/a da minha casa mas tenho crédito à habitação	2
	Vivo numa casa arrendada e pago preços de mercado	3
	Vivo numa casa arrendada e pago uma renda inferior ao preço de mercado	4
	Vivo numa casa de familiares ou amigos	5
	NS/NR	9
10.14 E	A família dispõe de veículo próprio para deslocações (carro ou outro)?	
	Sim	1
	Não	2
	NS/NR	9
10.15 L	Por fim, pode dizer qual é o rendimento médio mensal líquido do agregado (depois de descontados os impostos) [PROGRAMAÇÃO ler as categorias de seguida, sem interrupção, para o entrevistado perceber que tem de se encaixar numa categoria]?	
	Inferior a 500	1
	Entre 500 e 750	2
	Entre 750 e 900	3
	Entre 900 e 1200	4
	Entre 1200 e 1500	5
	Entre 1500 e 2000	6
	Entre 2000 e 3000	7
	Entre 3000 e 5000	8
	Superior a 5000	9
NS/NR	99	
10.16	Finalmente, pode indicar, para efeitos estatísticos, o seu código postal completo? (com os três dígitos)	

Anexo 2

Análise de correspondências múltiplas (ACM)

- Tendo como base de trabalho uma sub-amostra de 232 casos, selecionados a partir do indicador de situação alimentar: insegurança alimentar ligeira (1); insegurança alimentar moderada (2); insegurança alimentar severa (3).
- Considerando um conjunto de indicadores de caracterização sociodemográfica:
 - Região (NUTS II)
 - Tipo de meio de residência
 - Situação profissional dos pais⁵¹
 - Rendimento mensal médio do agregado
 - Escolaridade dos pais⁵²
 - Indicador familiar de classe⁵³

Quadro A1 - Variância explicada (Apêndice ao Anexo 2)

Iteration History			
Iteration Number	Variance Accounted For		Loss
	Total	Increase	
40 ^a	2,252616	,000008	3,747384
a. The iteration process stopped because the convergence test value was reached.			

Quadro 11 - Sumário do modelo (Apêndice ao Anexo 2)

Model Summary			
Dimension	Cronbach's Alpha	Variance Accounted For	
		Total (Eigenvalue)	Inertia
1	,720	2,502	,417
2	,601	2,003	,334
Total	-	4,505	,751
Mean	,667 ^a	2,253	,375
a. Mean Cronbach's Alpha is based on the mean Eigenvalue.			

⁵¹ Variável compósita que compreende a situação profissional do pai e a situação profissional da mãe.

⁵² Variável compósita que compreende a escolaridade do pai e a escolaridade da mãe, tendo como critério a escolaridade mais elevada.

⁵³ Variável compósita que compreende o indicador individual de classe do pai e o indicador individual de classe do pai, tendo como critério o indicador mais bem posicionado (de acordo com a metodologia proposta em Machado et al. 2003).

Quadro 12 - Medidas de discriminação (Apêndice ao Anexo 2)

Discrimination Measures			
	Dimension		Mean
	1	2	
NUTS	,131	,088	,109
Diria que o meio em que reside é predominantemente	,087	,165	,126
Situação profissional dos pais	,809	,771	,790
Rendimento mensal médio do agregado	,704	,403	,554
Escolaridade dos pais	,387	,095	,241
Indicador familiar de classe	,384	,481	,432
Índice de insegurança alimentar ^a	,079	,006	,043
Active Total	2,502	2,003	2,253
a. Supplementary variable.		0,417	0,334

Figura A1 - Representação gráfica das medidas de discriminação (Apêndice ao Anexo 2)

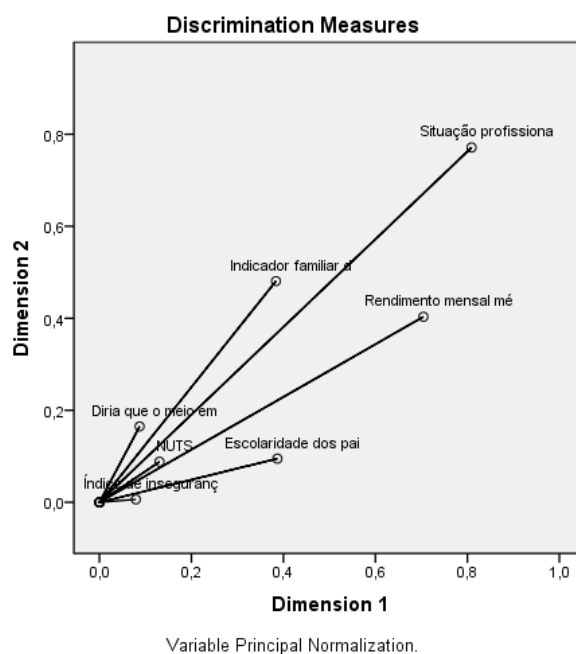
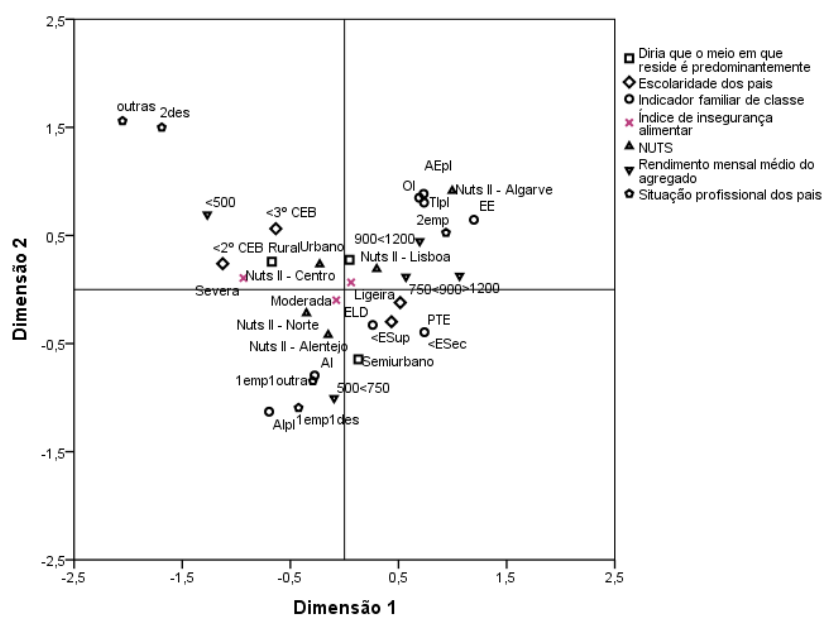


Figura A1 - Projeção dos scores (Apêndice ao anexo 2)



Anexo 3

Análise de *clusters*

- Tendo como base de trabalho uma sub-amostra de 232 casos, selecionados a partir do indicador de situação alimentar: insegurança alimentar ligeira (1); insegurança alimentar moderada (2); insegurança alimentar severa (3).
- Considerando os scores das duas dimensões compreendidas na ACM apresentada no anexo 2.
- Obteve-se uma solução a 4 dimensões através do método de Ward e uma solução a 2 dimensões através do método do vizinho mais afastado; optou-se por solicitar manualmente uma solução de compromisso a 3 dimensões; os scores da análise de clusters foram gravados e utilizados como input para uma nova variável que se traduz em três perfis.
- Abaixo apresentam-se quadros de caracterização dos três perfis.

Quadro 13 - Caracterização do perfil 1 (Apêndice ao Anexo 3)

	N.º	%
Região (NUT II)		
Norte	48	50,5
Centro	18	18,9
Lisboa	20	21,1
Alentejo	8	8,4
Algarve	1	1,1
Tipo de meio		
Urbano	41	43,2
Semiurbano	36	37,9
Rural	18	18,9
Indicador familiar de classe		
ELD	4	4,7
PTE	11	12,9
TI	0	0,0
TIpl	1	1,2
AI	6	14,0
AIpl	8	18,6
EE	0	0,0
OI	0	0,0
AEpl	0	0,0
Situação profissional dos pais		
Ambos empregados	2	2,5
Um empregado e um desempregado	0	0,0
Ambos desempregados	19	23,5
Um empregado e um noutra situação	19	23,5
Outras situações	0	0,0
Escolaridade dos pais		
Até 2º CEB	21	22,6
Até 3º CEB	19	20,4
E. Secundário	39	41,9
E. Superior	14	15,1
Rendimento mensal médio do agregado		
<500	24	27,0
500<750	41	46,1
750<900	15	16,9
900<1200	5	5,6
>1200	4	4,5
% famílias com apoios no âmbito da ASE	62	66,0
N.º de crianças no agregado		
Uma	36	37,9
Duas	46	48,4
Três ou mais	13	13,7
% de pais c/ subsídio de desemprego (no grupo dos pais desempregados)	11	44,0
% de mães c/ subsídio de desemprego (no grupo das mães desempregadas)	4	10,8
% de pais c/ mais do que um trabalho	9	11,1
% de mães c/ mais do que um trabalho	21	23,6
Índice de segurança alimentar (média)		

Quadro A5 - Caracterização do perfil 2 (Apêndice ao Anexo 3)

	N.º	%
Região (NUT II)		
Norte	14	43,8
Centro	8	25,0
Lisboa	8	25,0
Alentejo	2	6,3
Algarve	0	0,0
Tipo de meio		
Urbano	18	56,3
Semiurbano	4	12,5
Rural	10	31,3
Indicador familiar de classe		
ELD	0	0,0
PTE	0	0,0
TI	0	0,0
TIpl	1	50,0
AI	1	50,0
AIpl	0	0,0
EE	0	0,0
OI	0	0,0
AEpl	0	0,0
Situação profissional dos pais		
Ambos empregados	1	3,7
Um empregado e um desempregado	0	0,0
Ambos desempregados	14	51,9
Um empregado e um noutra situação	0	0,0
Outras situações	12	44,4
Escolaridade dos pais		
Até 2º CEB	10	31,3
Até 3º CEB	18	56,3
E. Secundário	3	9,4
E. Superior	1	3,1
Rendimento mensal médio do agregado		
<500	31	100,0
500<750	0	0,0
750<900	0	0,0
900<1200	0	0,0
>1200	0	0,0
% famílias com apoios no âmbito da ASE	28	87,5
N.º de crianças no agregado		
Uma	16	50,0
Duas	8	25,0
Três ou mais	8	25,0
% de pais c/ subsídio de desemprego (no grupo dos pais desempregados)	8	40,0
% de mães c/ subsídio de desemprego (no grupo das mães desempregadas)	3	13,0
% de pais c/ mais do que um trabalho	10	37,0
% de mães c/ mais do que um trabalho	7	21,9
Índice de segurança alimentar (média)		

Quadro A6 - Caracterização do perfil 3 (Apêndice ao Anexo 3)

	N.º	%
Região (NUT II)		
Norte	31	29,5
Centro	18	17,1
Lisboa	42	40,0
Alentejo	5	4,8
Algarve	9	8,6
Tipo de meio		
Urbano	69	65,7
Semiurbano	22	21,0
Rural	14	13,3
Indicador familiar de classe		
ELD	3	3,4
PTE	21	23,9
TI	0	0,0
TIpl	5	5,7
AI	6	6,8
AIpl	1	1,1
EE	23	26,1
OI	4	4,5
AEpl	25	28,4
Situação profissional dos pais		
Ambos empregados	86	93,5
Um empregado e um desempregado	2	2,2
Ambos desempregados	2	2,2
Um empregado e um noutra situação	2	2,2
Outras situações	0	0,0
Escolaridade dos pais		
Até 2º CEB	7	6,7
Até 3º CEB	17	16,2
E. Secundário	60	57,1
E. Superior	21	20,0
Rendimento mensal médio do agregado		
<500	10	9,9
500<750	14	13,9
750<900	31	30,7
900<1200	24	23,8
>1200	22	21,8
% famílias com apoios no âmbito da ASE	53	50,5
N.º de crianças no agregado		
Uma	35	33,3
Duas	48	45,7
Três ou mais	22	21,0
% de pais c/ subsídio de desemprego (no grupo dos pais desempregados)	3	75,0
% de mães c/ subsídio de desemprego (no grupo das mães desempregadas)	3	30,0
% de pais c/ mais do que um trabalho	16	17,6
% de mães c/ mais do que um trabalho	15	15,0
Índice de segurança alimentar (média)		

Anexo 4

Análise de correspondências múltiplas (ACM)

- Considerando todos os casos da amostra (n=2007).
- Considerando uma seleção de itens compreendidos no bloco sobre transformações no consumo alimentar:
 - Alterações na alimentação (variável dicotômica)
 - Frequência de consumo de carne, fruta, legumes, peixe, produtos congelados, produtos enlatados ou de conserva, produtos frescos (categorias de resposta: menor frequência (1); a mesma frequência (2); mais frequência (3)).

Quadro 14 - Variância explicada (Apêndice ao Anexo 4)

Iteration History			
Iteration Number	Variance Accounted For		Loss
	Total	Increase	
5 ^a	,695148	,000003	7,304852
a. The iteration process stopped because the convergence test value was reached.			

Quadro A8 - Sumário do Modelo (Apêndice ao Anexo 4)

Model Summary			
Dimension	Cronbach's Alpha	Variance Accounted For	
		Total (Eigenvalue)	Inertia
1	,802	3,355	,419
2	,669	2,414	,302
Total	-	15,293	1,912
Mean	-,501 ^a	,695	,087
a. Mean Cronbach's Alpha is based on the mean Eigenvalue.			

Quadro A9 - Medidas de Discriminação (Apêndice ao Anexo 4)

Discrimination Measures			
	Dimension		Mean
	1	2	
Nos últimos dois anos, diria que houve alterações na alimentação na sua casa?	,334	,008	,171
Comer produtos frescos	,484	,504	,494
Comer produtos congelados	,306	,314	,310
Comer produtos enlatados ou de conserva	,306	,313	,310
Comer fruta	,506	,485	,495
Comer legumes	,552	,404	,478
Comer carne	,416	,048	,232
Comer peixe	,451	,338	,395
Active Total	3,355	2,414	2,884

Figura A3 - Representação gráfica das medidas de discriminação (Apêndice ao Anexo 4)

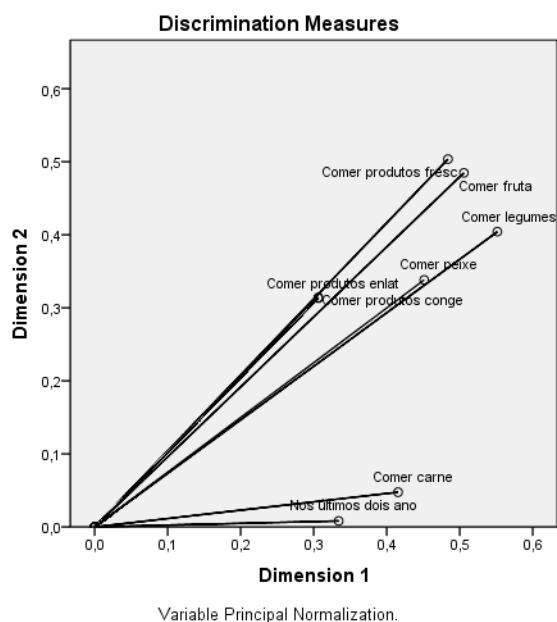
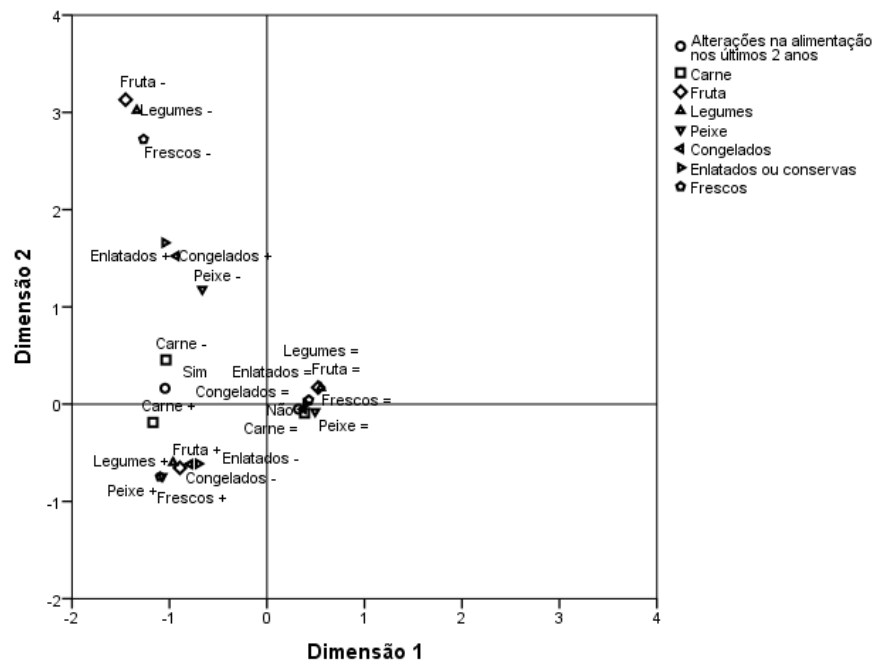


Figura A4 - Projeção dos scores (Apêndice ao Anexo 4)



Anexo 5

Análise de *clusters*

- Considerando todos os casos da amostra (n=2007).
- Considerando os scores das duas dimensões compreendidas na ACM apresentada no anexo 4.
- Obteve-se uma solução a 4 dimensões através do método de Ward e uma solução a 3 dimensões através do método do vizinho mais afastado; optou-se por uma solução a 4 dimensões, por se terem observado, a partir da análise dos indicadores compreendidos nas variáveis de input da ACM, diferenças substantivas entre os 4 grupos definidos a partir da análise de clusters (sendo estas diferenças apresentadas em lugar próprio no relatório).
- Abaixo apresentam-se quadros de caracterização dos quatro perfis.

Quadro A10 - Caracterização do perfil 1 (Apêndice ao Anexo 5)

	N.º	%
Região (NUT II)		
Norte	23	41,1
Centro	13	23,2
Lisboa	17	30,4
Alentejo	3	5,4
Algarve	0	0
Tipo de meio		
Urbano	38	67,9
Semiurbano	13	23,2
Rural	5	8,9
Indicador familiar de classe		
ELD	2	4,7
PTE	11	25,6
TI	1	2,3
TIpl	2	4,7
AI	6	14,0
AIpl	8	18,6
EE	7	16,3
OI	0	0,0
AEpl	6	14,0
Situação profissional dos pais		
Ambos empregados	26	51,0
Um empregado e um desempregado	15	29,4
Ambos desempregados	3	5,9
Um empregado e um noutra situação	3	5,9
Outras situações	4	7,8
Escolaridade dos pais		
Até 2º CEB	7	12,5
Até 3º CEB	14	25,0
E. Secundário	20	35,7
E. Superior	15	26,8
Rendimento mensal médio do agregado		
<500	11	20,8
500<750	14	26,4
750<900	9	17,0
900<1200	8	15,1
>1200	11	20,8
% famílias com apoios no âmbito da ASE	24	42,9
N.º de crianças no agregado		
Uma	28	50,0
Duas	23	41,1
Três ou mais	5	8,9
% de pais c/ subsídio de desemprego (no grupo dos pais desempregados)	6	54,5
% de mães c/ subsídio de desemprego (no grupo das mães desempregadas)	4	26,7
% de pais c/ mais do que um trabalho	3	6,3
% de mães c/ mais do que um trabalho	8	14,8
Índice de segurança alimentar (média)		

Quadro A11 - Caracterização do perfil 2 (Apêndice ao Anexo 5)

	N.º	%
Região (NUT II)		
Norte	213	35,6
Centro	127	21,2
Lisboa	192	32,1
Alentejo	39	6,5
Algarve	27	4,5
Tipo de meio		
Urbano	356	59,6
Semiurbano	143	24,0
Rural	98	16,4
Indicador familiar de classe		
ELD	107	19,2
PTE	187	33,6
TI	9	1,6
TIpl	10	1,8
AI	70	12,6
AIpl	40	7,2
EE	59	10,6
OI	9	1,6
AEpl	66	11,8
Situação profissional dos pais		
Ambos empregados	402	70,2
Um empregado e um desempregado	104	18,2
Ambos desempregados	15	2,6
Um empregado e um noutra situação	38	6,6
Outras situações	14	2,4
Escolaridade dos pais		
Até 2º CEB	35	6,1
Até 3º CEB	73	12,7
E. Secundário	228	39,6
E. Superior	240	41,7
Rendimento mensal médio do agregado		
<500	42	7,6
500<750	66	11,9
750<900	74	13,3
900<1200	81	14,6
>1200	292	52,6
% famílias com apoios no âmbito da ASE	161	27,0
N.º de crianças no agregado		
Uma	251	42,0
Duas	293	49,0
Três ou mais	54	9,0
% de pais c/ subsídio de desemprego (no grupo dos pais desempregados)	20	37,0
% de mães c/ subsídio de desemprego (no grupo das mães desempregadas)	30	32,6
% de pais c/ mais do que um trabalho	65	11,6
% de mães c/ mais do que um trabalho	63	10,7
Índice de segurança alimentar (média)		

Quadro 15 - Caracterização do perfil 3 (Apêndice ao Anexo 5)

	N.º	%
Região (NUT II)		
Norte	445	38,9
Centro	248	21,7
Lisboa	313	27,4
Alentejo	84	7,3
Algarve	54	4,7
Tipo de meio		
Urbano	628	54,9
Semiurbano	308	26,9
Rural	208	18,2
Indicador familiar de classe		
ELD	187	17,8
PTE	431	41,0
TI	16	1,5
TIpl	29	2,8
AI	113	10,7
AIpl	66	6,3
EE	95	9,0
OI	14	1,3
AEpl	101	9,6
Situação profissional dos pais		
Ambos empregados	755	71,8
Um empregado e um desempregado	181	17,2
Ambos desempregados	20	1,9
Um empregado e um noutra situação	77	7,3
Outras situações	19	1,8
Escolaridade dos pais		
Até 2º CEB	60	5,6
Até 3º CEB	141	13,1
E. Secundário	388	36,0
E. Superior	490	45,4
Rendimento mensal médio do agregado		
<500	50	4,9
500<750	99	9,6
750<900	135	13,1
900<1200	201	19,5
>1200	544	52,9
% famílias com apoios no âmbito da ASE	275	24,1
N.º de crianças no agregado		
Uma	501	43,8
Duas	525	45,9
Três ou mais	118	10,3
% de pais c/ subsídio de desemprego (no grupo dos pais desempregados)	50	54,3
% de mães c/ subsídio de desemprego (no grupo das mães desempregadas)	51	31,7
% de pais c/ mais do que um trabalho	96	9,1
% de mães c/ mais do que um trabalho	80	7,2
Índice de segurança alimentar (média)		

Quadro A13 - Caracterização do perfil 4 (Apêndice ao Anexo 5)

	N.º	%
Região (NUT II)		
Norte	68	32,5
Centro	45	21,5
Lisboa	74	35,4
Alentejo	12	5,7
Algarve	10	4,8
Tipo de meio		
Urbano	124	59,3
Semiurbano	39	18,7
Rural	46	22,0
Indicador familiar de classe		
ELD	21	11,5
PTE	63	34,4
TI	3	1,6
TIpl	4	2,2
AI	32	17,5
AIpl	18	9,8
EE	19	10,4
OI	2	1,1
AEpl	21	11,5
Situação profissional dos pais		
Ambos empregados	115	62,2
Um empregado e um desempregado	40	21,6
Ambos desempregados	6	3,2
Um empregado e um noutra situação	19	10,3
Outras situações	5	2,7
Escolaridade dos pais		
Até 2º CEB	23	11,3
Até 3º CEB	22	10,8
E. Secundário	86	42,2
E. Superior	73	35,8
Rendimento mensal médio do agregado		
<500	28	14,4
500<750	22	11,3
750<900	30	15,4
900<1200	44	22,6
>1200	71	36,4
% famílias com apoios no âmbito da ASE	275	24,1
N.º de crianças no agregado		
Uma	89	42,6
Duas	85	40,7
Três ou mais	35	16,7
% de pais c/ subsídio de desemprego (no grupo dos pais desempregados)	8	34,8
% de mães c/ subsídio de desemprego (no grupo das mães desempregadas)	7	17,1
% de pais c/ mais do que um trabalho	30	16,0
% de mães c/ mais do que um trabalho	29	14,1
Índice de segurança alimentar (média)		